

**COMUNISMO
OU
CIVILIZAÇÃO
1**

Em lingua portuguesa

1981

COUCP 1

COMUNISMO OU CIVILIZAÇÃO pela
INVARIÂNCIA da teoria do proletariado.

- Defendida na Liga dos Comunistas (Manifesto do Partido Comunista – 1848); na AIT (obra do Conselho Geral de Londres dirigido por Marx); quando da Comuna; na Segunda Internacional; contra a degenerescência e falência desta (Esquerda socialista na Alemanha, Bolcheviques, Esquerda Socialista na Itália – Fração Abstencionista).

- Que triunfa na Rússia em 1917 e internacionalmente:
Moscou 1919: fundação da terceira Internacional;
Livorno 1921: fundação do Partido Comunista da Itália: ruptura com a democracia.

- Defendida pela Esquerda Comunista contra a degenerescência de Moscou; contra a União Sagrada na resistência ao fascismo.

- Que deve ser restaurada, assim como o Partido Comunista – órgão da classe proletária – fora de todo democratismo, carreirismo, individualismo, contra o imediatismo e contra toda dúvida revisionista quanto à doutrina.

- O objetivo de “Comunismo ou Civilização” é a reformalização do Partido Comunista.

“O comunismo é a VERDADEIRA solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a verdadeira solução do conflito entre a objetivação e a afirmação de si, entre o indivíduo e a espécie. Ele é o enigma resolvido da história e é consciente disto”. (Marx, 1844)

“A civilização e a justiça da ordem burguesa mostram-se sob sua face sinistra cada vez que os escravos desta ordem levantam-se contra seus mestres. Então, esta civilização e esta justiça desmascaram-se como a selvageria sem máscara e a violência sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor faz ressaltar este fato com maior impacto. As atrocidades dos burgueses em junho de 1848 desaparecem por si mesmas diante da indizível infâmia de 1871. O heróico espírito de sacrifício, com o qual a população de Paris – homens, mulheres e crianças – combateu durante dias após a entrada dos Versalheses, reflete tanto a grandeza de sua causa, quanto as glórias infernais da soldadesca refletem o espírito inato desta civilização de que são os mercenários e os defensores. Gloriosa civilização, certamente, cujo grande problema é saber como livrar-se das pilhas de cadáveres que ela produziu, uma vez encerrada a batalha”. (Marx, “A guerra civil na França”)

“O determinismo, na sua amadurecida aceitação, nada tem a ver com a passividade. Ele mostra apenas que o homem age antes de ter querido agir e quer antes de saber por que quer, seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro sendo ainda o menos seguro de seus órgãos. Assim, o melhor uso que um grupo de homens pode fazer de seu cérebro é ainda prever o momento histórico em que (nada a ver portanto com a passividade) ele será catapultado no turbilhão da ação e da luta – por uma vez a cabeça na frente”. (Diálogo com os mortos, 1957)

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO..... | 5 |
| I – TESES FUNDAMENTAIS DA TEORIA COMUNISTA, BASE VIVA DA EMANCIPAÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA..... | 14 |
| 1. ESPÉCIE HUMANA E COMUNIDADE..... | 14 |
| 1.1. Caráter social da espécie humana..... | 14 |
| 1.2. Grandes momentos da comunidade..... | 19 |
| 1.3. A espécie humana é o proletariado..... | 21 |
| 2. EMERGÊNCIA DO PROLETARIADO E DO SEU PROGRAMA COMO SOLUÇÃO HISTÓRICA..... | 22 |
| 2.1. Natureza e origem do proletariado..... | 22 |
| 2.2. Base material e superestrutura..... | 25 |
| 2.3. O Comunismo, solução prática das contradições sociais..... | 26 |
| 3. PROGRAMA, CLASSES E PARTIDO..... | 31 |
| 3.1. Invariância e anti-democratismo..... | 31 |
| 3.2. Partido histórico e partido formal..... | 35 |
| 3.3. Comunismo contra democracia..... | 40 |
| 3.4. O partido como prefiguração da sociedade futura..... | 51 |
| II - BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO COMUNISTA..... | 57 |
| 1. O MOVIMENTO COMUNISTA NA ÁREA EUROPEIA DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DA 1ª. INTERNACIONAL..... | 57 |
| 2. A 1ª. INTERNACIONAL..... | 61 |
| 3. O PROGRAMA COMUNISTA FRENTE AO ASSALTO DA DÚVIDA REVISIONISTA..... | 67 |
| 3.7. Gênese da Esquerda Comunista na Itália..... | 69 |
| 3.8. O assalto revolucionário da classe proletária contra a sociedade burguesa..... | 71 |
| 4. A VAGA REVOLUCIONÁRIA DE 1917-1928..... | 72 |
| 4.1. O outubro russo: vitória do programa comunista..... | 72 |
| 4.2. A Tragédia da Revolução na Europa Central..... | 75 |
| 4.3. A IIIª Internacional (Internacional Comunista)..... | 76 |
| 4.4. Descenso da Vaga Revolucionária e Oposição de Esquerda..... | 81 |
| 4.5. Final da Vaga Revolucionária e Ascenso da 3ª Vaga de Oportunismo..... | 85 |
| 5. A ESQUERDA COMUNISTA DA ITÁLIA NA VAGA REVOLUCIONÁRIA DE 1917-1928..... | 88 |
| 5.4. Da Fração Comunista Abstencionista ao Partido Comunista da Itália..... | 90 |
| 5.5. A Fração Comunista Abstencionista no IIº Congresso da Internacional Comunista: acordo de princípios com os bolcheviques, desacordo quanto à tática..... | 91 |
| 5.6. Posição sindical da Esquerda Comunista..... | 98 |
| 5.7. O Partido Comunista da Itália..... | 100 |
| 5.8. A Esquerda e o Fascismo..... | 103 |
| 5.9. A Esquerda e a Degenerescência do Movimento Proletário. As Teses de Lyon (1926)..... | 106 |
| 6. A ESQUERDA COMUNISTA DA ITÁLIA NA CONTRA-REVOLUÇÃO EM ESCALA MUNDIAL. OS ANOS QUE SE SEGUIRAM A 1928..... | 108 |

APRESENTAÇÃO

O primeiro número desta revista comunista em português apresenta teses que não surgiram do vazio, fora do movimento real, ou ainda como novidades teóricas elaboradas a partir das cogitações de um grupo de intelectuais.

Ao contrário, nossa revista inscreve-se na rígida linha da tradição comunista internacional, já presente na história em 1847/1848 (publicação de “Miséria da Filosofia” e do “Manifesto do Partido Comunista”) e nas lutas seculares do proletariado mundial para a elaboração e defesa do seu programa comunista, que se ergue em totalidade orgânica nos meados do século passado. Ela é também o produto do movimento real da luta de classes, cujos primeiros sintomas de um próximo retorno proletário descortinam a necessidade fundamental do proletariado em reapropriar seu programa invariante na sua totalidade. Esta é uma exigência de toda classe social engajada num implacável combate que culmina no enfrentamento armado e a derrota das classes inimigas – no caso do proletariado, da abolição de todas as classes, inclusive de si mesmo. Assim, como um exército não parte para a guerra com armas reformadas, improvisadas, do mesmo modo o proletariado necessitará, no próximo enfrentamento com seu inimigo de sempre, o capital e as classes que o representam, da totalidade de seu programa revolucionário, firmemente restaurado após mais de cinquenta anos de contra-revolução.

Nós nos situamos no seio desta tradição comunista revolucionária, que constitui o partido histórico, que começa com o “Manifesto do Partido Comunista”; é defendida por Marx e Engels no seio da Primeira Internacional contra os anarquistas e as tendências pequeno-burguesas no interior do proletariado; confirmada praticamente pelas explosões revolucionárias de 1848 na Europa, da Comuna de Paris em 1871; defendida por Engels contra o revisionismo no interior da II. Internacional, depois pelas esquerdas socialistas e os bolcheviques; novamente verificada integralmente e vitoriosa na explosão da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia; defendida durante a vaga revolucionária de 1917-1918 na Europa, pelas correntes de esquerda no seio da Internacional Comunista, ligadas aos potentes movimentos operários da Alemanha (1919), da Itália (1917-1921), da Hungria (1919), etc...; defendida essencialmente pela Esquerda Comunista da Itália frente a uma oposição total, após a derrota da revolução em escala mundial e a degenerescência definitiva da Internacional Comunista (em 1928, com a vitória da teoria do “socialismo num só país”).

A corrente formada pela Esquerda Comunista da Itália possui suas raízes na Esquerda do Partido Socialista Italiano do começo do século (em 1912, fundação do Círculo Karl Marx). Durante toda sua luta, defendeu intransigentemente os princípios comunistas contra o eleitoralismo, o reformismo, o democratismo e a corrupção do partido. Fundou em 1921, o Partido Comunista da Itália, em Livorno, dirigindo-o até 1924, ano em que foi vitoriosa a corrente centrista de Gramsci.

Após a derrota, a Esquerda Comunista da Itália não procurou reverter o curso dos acontecimentos (como desejava Trotsky e sua ridícula “quarta internacional”), mas fixou como tarefa traçar um rigoroso balanço da vaga revolucionária derrotada e, sem ceder ao

derrotismo e ao desencorajamento, mostrou que, se política e socialmente o proletariado fôra vencido (curso capitalista na Rússia), a teoria revolucionária tinha mais uma vez triunfado.

Dos anos 1930 até 1966, apenas um pequeno grupo de comunistas (principalmente na Itália, Bélgica e França), fiéis à linha invariante dos princípios comunistas soube defender e restaurar em parte os fundamentos do programa comunista, combatido, falsificado e traído por todos quando da contra-revolução. Esta corrente soube, entre outras coisas, caracterizar a natureza capitalista de países como a URSS, a China, Cuba, etc.; negar que o proletariado deva engrossar a frente democrática face ao fascismo, não são mais do que formas complementares do poder do capital; caracterizar a segunda guerra mundial como guerra imperialista clássica e não cruzada da liberdade contra a tirania, donde a designação dos blocos de resistência (Itália, França) e de união nacional como órgãos de colaboração de classe; defender, em pleno período de “prosperidade” capitalista, de “milagres” nacionais e de orgia desenvolvimentista, a tese comunista do curso catastrófico da sociedade burguesa, afirmando que a era das crises, das guerras e das revoluções não tinha absolutamente terminado e que o mundo burguês conheceria novamente crises de amplitudes gigantescas, que recolocariam em causa os próprios fundamentos da ordem social capitalista; enfim, soube afirmar a unidade e a atualidade do programa proletário e da obra de Marx, completamente falsificados pelos estalinistas e esquerdistas.

Nossa revista é, portanto, herdeira de uma sólida tradição comunista, cuja missão é a de manter as posições ortodoxas do programa comunista e transmiti-lo intacto às gerações futuras, para preparar o assalto revolucionário da classe proletária na revolução futura. Ela se coloca diretamente no “fio vermelho” que une organicamente as lutas do proletariado revolucionário de ontem e de hoje, ao amanhã da emancipação da verdadeira comunidade humana, ao comunismo. Esta totalidade orgânica é o programa do Partido Comunista. Este, na sua acepção histórica, é a força material que mantém o programa enquanto totalidade. Entretanto, o Partido na sua existência formal apenas surge na cena histórica quando as condições históricas impõem aos proletários sua constituição em classe, portanto em partido político distinto. A dissolução do partido formal durante as fases de contra-revolução não suprime a base material do Programa comunista. Este é mantido na sua integralidade e invariância pelo partido histórico e reapropriado pela classe no momento em que ressurgem as condições favoráveis ao assalto revolucionário.

A contra-revolução, cujo acabamento nós vemos hoje, não é a primeira que os comunistas conheceram. Ela não é um fato que a teoria não tivesse previsto, pois a teoria revolucionária é também teoria da contra-revolução. Não é a primeira vez que os comunistas se defrontam com uma tal situação e a cada vez que isto acontece (cf. Marx e Engels após 1852, após 1871) fazendo o balanço da fase revolucionária precedente, eles retornam aos fundamentos da teoria para reforçá-la e defendê-la, a fim de preparar a retomada revolucionária e de realizar uma restauração teórica em ligação com o movimento a vir, que terá novamente a classe revolucionária reapropriando o seu programa.

Nossa revista liga-se diretamente a esta invariante e integral força material – o partido na sua ampla acepção histórica do qual Comunismo ou Civilização constitui um

momento - tendo portanto, como posição de princípio de que nenhum fato, nenhum acontecimento, nenhuma tendência histórica nova desmente a teoria comunista. O leitor não encontrará aqui nenhuma nova elaboração doutrinária, inovação teórica ou criação intelectual, de enriquecimento e de “superação” de um Marx supostamente ultrapassado, mas a defesa intransigente e rigorosa do programa comunista.

Opomos este rigor e esta firmeza a três tipos de inimigos, já seguramente identificados e combatidos no passado:

- 1º. – Os inimigos declarados: burgueses, partidários e defensores do modo de produção capitalista.
- 2º. – Os falsificadores stalinistas e esquerdistas, que dizem fundar suas ações na teoria comunista, mas que na verdade desenvolvem uma política reformista contra-revolucionária.
- 3º. – Os pretensos discípulos da teoria revolucionária, que entretanto acham que é necessário, para conquistar o proletariado hoje, retificar algumas “partes defeituosas” da nossa teoria, de modo a explicar “fatos novos” que ela não teria previsto.

Para estes últimos, nós afirmamos o caráter de totalidade e de unidade indissolúvel do programa comunista. Não se pode colocar em questão uma parte sem atingir profundamente a totalidade e, por conseguinte, destruir todo o edifício.

A validade do programa comunista é para nós integral ou não é, pois ele é a arma essencial do proletariado na luta contra as relações de produção capitalistas e não pode adaptar-se a nenhuma modificação nas suas partes sem que o próprio todo seja comprometido.

Desde 1848 já estão seguramente descritos na obra comunista:

- as características da sociedade futura: o comunismo (abolição das classes e da divisão do trabalho, o desaparecimento do Estado e das formas de mercado, a abolição do salário e da propriedade privada;
- o curso integral e catastrófico do modo de produção capitalista, através de sua periodização em dois momentos: fase de submissão formal do trabalho ao capital (produção de mais valia absoluta) e fase de submissão real do trabalho ao capital (produção de mais valia relativa) , que coloca a espécie humana, encarnada no proletariado, frente à alternativa Comunismo ou Civilização;
- os meios, para o proletariado, de instauração da sociedade futura (constituição da classe em partido político distinto, o Partido Comunista; tomada do poder político; instauração da ditadura do proletariado em todos os países; utilização do terror revolucionário para “sufocar as classes dominantes”. (Lenine)

A partir de então, ou os acontecimentos confirmam e confirmarão integralmente a teoria – do que não temos nenhuma dúvida – ou se poderia demonstrar que os acontecimentos históricos não foram previstos pela teoria e, então seria possível declará-la

caduca na sua totalidade. Qualquer expediente utilizado para remendar a teoria seria então uma vã ilusão. Por conseguinte, solidamente engajados nas fileiras proletárias, defendemos para além das gerações sucessivas nosso programa comunista, fazendo da invariância histórica do comunismo nossa palavra de ordem.

Desenvolveremos neste número , com mais detalhes (cf. parte II, “Breves notas sobre a história do movimento comunista”), nossa filiação e o que nos liga à Esquerda Comunista da Itália. As teses que publicamos devem contribuir para dar referências ao estudo dessa corrente de Esquerda. Nosso objetivo não é o de fazer a história da esquerda nem de bancar os arquivistas do movimento operário, mas de dar elementos para compreender a trajetória histórica daquela corrente, de seu nascimento à sua morte.

Iniciada nos anos 1910, no momento em que se desprendia uma esquerda internacional apta a restabelecer as posições autênticas de classe, sua obra interrompe-se em 1966. Embora esta obra não tenha sido realizada até o fim (com efeito, a Esquerda não restaurou integralmente o programa do proletariado), ela forneceu elementos importantes para permitir reencontrar o conteúdo original e invariante do programa comunista. Mas enquanto momento da totalidade do programa comunista, ela cumpria, no tenebroso refluxo da luta de classes, sua missão de defender intransigentemente as posições comunistas para sua transmissão às gerações futuras. A cisão de 1966 foi necessária para superar a Esquerda e manter sua aquisição, isto é, as posições autênticas que remontam o Manifesto do Partido Comunista.

Depois de 1966, o trabalho prosseguiu sob uma forma exclusivamente teórica através de diversas revistas. Desde 1976 é editada a revista “Comunismo ou Civilização”, em língua francesa, cujo objetivo é obrar na restauração integral do programa comunista. Neste sentido, 1976 constitui um novo momento, prolongando e superando os trabalhos que se seguiram a 1966, notadamente a revista “Invariance”, primeira série (n.º 1 – 7), que consideramos como o ponto mais alto da tentativa de superação da Esquerda. A morte daquele abrasante momento passado, que se exprimiu em “Invariance”, n.º 6, obriga-nos à sua superação ao futuro, a Marx. Apenas aqui podemos encontrar os princípios invariáveis que iluminam as necessidades presentes e futuras do proletariado mundial.

Somente o retorno à gigantesca obra de Marx nos possibilitou tirar as lições dos erros de previsão do curso revolucionário e das ambigüidades em torno da unidade histórico-formal de nosso partido, questões nas quais se manifestou o esgotamento da esquerda italiana. O modernismo de uns e o conservadorismo de outros, caracterizam presentemente os diversos grupos e núcleos que vivem daquele passado, principalmente em meio a ações polêmicas obscenas com trotskistas, luxemburgistas, leninistas e outros grupos contra-revolucionários.

A afirmação do retorno a Marx é a condição da reinserção da Esquerda Comunista da Itália na totalidade do movimento comunista. É necessário restaurar a totalidade do programa comunista e considerá-la como um de seus momentos. Somente dessa maneira é que se pode permanecer ligado com o futuro e não ser re-englobado pelo passado.

Revista teórica, Comunismo ou Civilização deve ser considerada, portanto, na perspectiva da reformalização do Partido Comunista. O que significa dizer que faremos tender todos os nossos esforços à obra de restauração programática, condição necessária para esta reformalização mas, ao mesmo tempo, nós não nos consideramos como o Partido Comunista no sentido formal do termo, nem mesmo como seu núcleo, mas como um momento do partido histórico, cuja reformalização apenas poderá realizar-se com a retomada do movimento proletário. Desejar criar um partido por fora o ressurgimento deste movimento, é soçobrar no ativismo e no sectarismo.

Já situamos a perspectiva histórica que nos determina: o comunismo. Nascido da violência (a revolução proletária), ele introduz no curso da história uma ruptura, pois somente com o comunismo é que começa a história do Ser humano (da verdadeira comunidade humana), terminando a pré-história é, ao mesmo tempo, a negação absoluta de todas as pretensas aquisições da humanidade que os burgueses e seus lacaios desejam preservar com todas as suas forças. Assim, o comunismo é o enigma resolvido da história e ele o é conscientemente, uma vez que integra todo o curso do desenvolvimento das forças produtivas da espécie humana destruindo, tanto as antigas relações de produção que aprisionam este desenvolvimento, bem como as formas dadas às forças produtivas por este desenvolvimento, liberando-as em sua plenitude. (“O comunismo é o conhecimento de um plano de vida para a espécie humana” - Bordiga).

O Manifesto do Partido Comunista, esta “apologia da burguesia”, mostra que o desenvolvimento gigantesco das forças produtivas por ela executado coloca, portanto as bases para sua superação. Desenvolvendo-se, a “pretensa civilização” não conduz ao bem-estar todos os homens, como deseja a ideologia burguesa mas, ao contrário, à miséria os explorados, pois ela é o desenvolvimento da dominação do capital sobre a sociedade.

“Todos os progressos da civilização, isto é, todo aumento das forças produtivas sociais, ou das forças produtivas do próprio trabalho, não enriquecem o operário mas o capitalista e isto se dá do mesmo modo com os resultados da ciência, das descobertas, da divisão e da combinação do trabalho, do melhoramento dos meios de comunicação, do mercado mundial ou do emprego das máquinas. Tudo isso aumenta unicamente a força produtiva do capital e, como o capital encontra-se em oposição ao operário, tudo isso faz apenas aumentar sua dominação material sobre o trabalho”. (Marx – “Grundrisse”)

Aí aonde o burguês fica embasbacado diante do “progresso da civilização”, os “milagres da ciência” e outras “maravilhas da técnica”, nós comunistas vemos o progresso do capital, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e a miséria do operário. O maior mito contra-revolucionário consiste em fazer abstrair o desenvolvimento das forças produtivas das relações sociais que as enquadram e em apresentar os resultados como progresso da humanidade, isto é, como beneficiando imediatamente a todos os homens. Ora, demonstramos que este desenvolvimento é do capital. Como dizia Bordiga, há uma “clássica identidade” entre maquinismo e modo de produção capitalista. Quer isto dizer que amanhã, estando a humanidade liberada da carcaça capitalista não utilizará as máquinas e que, do mesmo modo, não utilizará as invenções, as descobertas, etc.? Certamente que não: ela utilizará máquinas, invenções, mas subverterá a natureza destas,

uma vez destruídas a ciência e a técnica capitalista. Se, efetivamente, a máquina “é inocente das misérias que ela engendra”, toda sua morfologia, seu modo de funcionamento (e não apenas sua utilização, palavra que enche a boca dos democratas) , são determinados pelo modo de produção capitalista e serão subvertidos. Não se trata, portanto, de saber se os “resultados” da ciência são “bem” ou “mal” aplicados (Oh moral, você ainda presente!), mas de ver que a ciência inteira (no seu objeto, nos seus objetivos, no seu método, na sua organização) é específica no modo de produção capitalista, totalmente determinada pelas exigências da valorização do capital. A ciência só pode ser capitalista. Ela é segregada organicamente pelo capital, a fim de responder às suas necessidades.

“Lancemos, portanto, o grito que deixa perplexos todos aqueles que são cegados pela sugestão dos pútridos lugares comuns: Abaixo a ciência!” (Bordiga - Reunião de Milão, 1962)

Concentração dos meios de produção, desenvolvimento das forças produtivas, extensão das relações sociais capitalistas a todos os membros da sociedade, alienação do trabalho comum, eis aí o resumo do que Marx chama a ação civilizadora do capital. Mas, realizando seu desenvolvimento, o capital atinge também o umbral de sua negação. Para além da ação civilizadora do capital aparece a ação emancipadora do proletariado, para além da civilização emerge a verdadeira comunidade humana (Gemeinswesen)

O termo “civilização” não entra no quadro dos conceitos da dialética materialista, a qual só conhece diferentes modos de produção. (cf. Parte I, “Teses fundamentais da teoria comunista, base viva da emancipação da espécie humana”). Nós o utilizamos aqui enquanto sinônimo do modo de produção capitalista. Ora, a marcha da civilização é o desenvolvimento inelutável da fome e da miséria para a humanidade. A história não deixa, de fato, outra alternativa à humanidade: ou sua destruição nas crises e nos massacres, cada vez mais violentos, engendrados pelo próprio movimento do capital ou a morte deste último pelo seu carrasco: o proletariado. O comunismo não é, conseqüentemente, um estado que se constrói mas o movimento que a revolução proletária liberará, destruindo a civilização capitalista.

“Nas crises vê-se espalhar uma epidemia social que em qualquer outra época pareceria absurda: a epidemia da superprodução. A sociedade encontra-se subitamente de volta a um estado momentâneo de barbárie: é como se a fome, uma guerra de extermínio houvesse suprimido todos os meios de viver – a indústria e o comércio parecem aniquilados, e por que? Porque a sociedade possui demasiada indústria, demasiado comércio. As forças produtivas de que dispõe não servem mais para fazer avançar o regime da propriedade burguesa – pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para ela, que as entravam; e, todas as vezes que as forças sociais produtivas triunfam sobre tal obstáculo, lançam na desordem toda a sociedade burguesa e ameaçam a existência da propriedade burguesa”. (Manifesto do Partido Comunista)

Novamente o curso histórico prepara-se pra demonstrar a validade das posições comunistas sobre a crise: o capital deve conhecer uma intensificação de suas contradições que conduzem à crise catastrófica. Novamente abre-se um curso marcado pela alternativa

guerra ou revolução. As contradições do modo de produção capitalista só podem desembocar num novo holocausto mundial cujas conseqüências serão horrendas para o proletariado e a espécie humana, a menos que este não se erga para opor sua solução revolucionária. Não se pode separar o curso que segue na direção da revolução do curso que segue em direção à guerra. Frente à crise catastrófica do modo de produção capitalista, trata-se de uma alternativa histórica cujos dois termos encarnam cada um dos dois grandes campos opostos na guerra de classes. Do lado do capital a solução reside na guerra imperialista mundial; do lado do proletariado a solução reside na revolução comunista internacional, a insurreição de todas suas forças vitais para acabar de vez com o massacre operado pelo capital, seja na guerra ou na “paz”. Novamente o dilema diante do qual se encontrará colocada a humanidade é o seguinte: ou continuação da CIVILIZAÇÃO capitalista, com seus banhos e ossuários, ou vitória do COMUNISMO, da sociedade sem classes.

O comunismo não é, repetimos, a apropriação das realizações do modo de produção capitalista, mas sua negação. Assim, no combate em que a burguesia tem tudo a perder, ela desdobra toda sua potência e toda sua astúcia para dissimular a disputa histórica. Assim que o espectro do comunismo novamente rondar o mundo inteiro, assistir-se-á à Santa-Aliança dos vermes da contra-revolução. Estes, para conduzir o proletariado a se deixar massacrar nos campos de batalha, fornecerão suas mais belas fábulas de “salvaguarda da civilização” na podridão da colaboração de classes.

É porque o capital fará da defesa da civilização sua última fortificação que indicamos precisamente o sentido para o qual irá a revolução comunista: esta só pode ser CONTRA a civilização.

A publicação desta revista também em português, que ora se inicia, é uma prova concreta e viva do internacionalismo sem o qual o trabalho dos comunistas não tem nenhuma importância e é fadado à impotência. A divisão do modo de produção capitalista em nações distintas implica que os proletários de cada país devem lutar para estabelecer laços com seus camaradas de outros países e quebrar o cabresto do chauvinismo e do patriotismo.

O conteúdo do programa comunista é UNO e invariável em todos os países. Não existe “via nacional ao socialismo”, mas em todos os lugares o proletariado deverá se defrontar com a alternativa guerra ou revolução, Comunismo ou Civilização.

Já reafirmamos várias vezes que não pretendemos ser os únicos comunistas na face da terra, o que não passaria de um comportamento infantil. Também não somos moralistas que pretendem possuir uma verdade iluminada para convencer a todos o que é “certo” ou “errado”, o que é “bom” ou “mal”. Também não possuímos uma teoria asséptica que não pode entrar em contato com a contaminação da vida, da luta de classes. Hoje, quando apenas os primeiros sintomas do movimento a vir se manifestam, quando se apresentam os primeiros sintomas da crise do capital – a qual não é permanente mas cíclica, como sempre insistiu Marx – é de uma importância primordial prosseguir com o máximo de rigor e firmeza nosso difícil trabalho de restauração, para garantir a continuidade e a invariância programática de nosso partido; para defender com toda potência, o objetivo (o comunismo),

o qual o proletariado forte e armado opõe à classe capitalista e seus aliados; para reforçar a crítica da sociedade capitalista e seus fundamentos, prevendo sua crise catastrófica e sua destruição violenta pela luta armada, a implantação da ditadura e do terror proletário. Sabemos que nossa tarefa não é fácil. Detestamos as revoluções fáceis, como dizia Lenine.

As possibilidades do movimento revolucionário a vir serão tanto maiores na medida em que um imenso trabalho teórico terá sido cumprido.

Neste sentido, no próximo número, publicaremos teses de trabalho sobre a revolução comunista, delimitando nossas posições gerais.

Os principais pontos que serão tratados são os seguintes:

- Breve histórico do movimento da classe proletária.
- As revoluções anti-coloniais.
- A questão russa.
- O curso do modo de produção capitalista.
- Estado e mistificação democrática.
- Partido e programa comunista.
- Revolução e sociedade comunista.

Ora, como já exprimia há 130 anos o “Manifesto do Partido Comunista”, o capital alastrando-se por todo o planeta, de Berlim a São Paulo, de Londres a Pequim, de Paris a Moscou, de Honduras a Turim, de Chicago à Cidade de Ho-Chi-minh, destruiu todos os particularismos locais, as culturas nacionais, o isolamento das nações.

“Impulsionada pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade o mundo inteiro. Necessita implantar-se em toda parte, explorar em toda parte, estabelecer vínculos em toda parte. Pela exploração do mercado mundial, a burguesia dá um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países. Para o grande desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram e continuam sendo destruídas todos os dias. Elas são suplantadas por novas indústrias, cuja adoção torna-se, para todas as nações civilizadas, uma questão de vida ou morte; estas indústrias não empregam mais matérias-primas indígenas, mas matérias-primas vindas das regiões mais longínquas e cujos produtos não são consumidos dentro do próprio país, mas em todas as partes do mundo. Em vez as antigas necessidades satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem necessidades novas que reclamam para sua satisfação produtos de países e climas os mais longínquos. Em lugar do antigo isolamento e da autarquia local e nacional, desenvolve-se um comércio generalizado, uma interdependência generalizada das nações. E isto que vale para a produção material, vale também para as produções do espírito. As obras intelectuais de uma nação tornam-se um bem comum. O particularismo e a fronteira nacional tornam-se mais e mais impossíveis; da multiplicidade das literaturas nacionais e locais nasce uma literatura mundial. Pelo rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e a melhoria infinita dos meios de comunicação, a burguesia introduz na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. O baixo preço de seus produtos é a artilharia pesada que arreventa todas as muralhas da China e obriga a capitular os bárbaros mais decididamente

hostis aos estrangeiros. Ela força todas as nações a adotar o estilo de produção da burguesia – mesmo se elas não o desejam; ela as força a introduzir nelas a pretensa civilização, quer dizer, a tornarem-se burguesas. Em uma palavra, ela forma um mundo à sua imagem. A burguesia submeteu o campo à cidade. Ela criou enormes cidades, aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à do campo e, com isto, arrancou uma parcela importante da população ao embrutecimento da vida rural. Do mesmo modo que ela submeteu o campo à cidade, os países bárbaros ou semi-bárbaros aos países civilizados, ela subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.” (“Manifesto do Partido Comunista”)

Mas a marcha da civilização, do modo de produção capitalista desenvolvendo sempre mais as forças produtivas, significa que a existência para os proletários torna-se sempre mais precária e incerta, as crises sempre mais profundas, mais extensas e violentas, os cataclismas mundiais das guerras imperialistas sempre mais mortíferos. O capital só pode sobreviver “sugando uma quantidade sempre maior de mais valia dos proletários...”, esgotando assim os trabalhadores, de um lado, do mesmo modo que ele esgota a terra do outro.

É justamente do gigantismo atingido hoje pelo monstro capitalista que podemos deduzir, com mais certeza, a inevitabilidade e a amplitude de sua queda. Nas entranhas da civilização capitalista encontra-se uma potente força: o comunismo, que o proletariado organizado em partido comunista deverá liberar do modo de produção capitalista, no desmoronamento da crise catastrófica.

Naquele momento então, em todas as línguas da terra, a palavra de ordem do proletariado internacional erguer-se-á, novamente com o clássico e unísono grito de guerra:

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

o0o

I – TESES FUNDAMENTAIS DA TEORIA COMUNISTA, BASE VIVA DA EMANCIPAÇÃO DA ESPÉCIE HUMANA

1. ESPÉCIE HUMANA E COMUNIDADE

1.1. Caráter social da espécie humana.

“Todas as ideologias que procuram colocar em primeiro plano o homem em relação ao mundo físico e dar-lhe uma superioridade que o libera da determinação deste último, não pensam no homem-espécie, mesmo quando isto não é confessado abertamente, mas no homem-pessoa. Todos os idealismos são individualismos. Todos os Croce que dizem que a ciência encontra sua única origem no ato do pensamento admitem como campo de pesquisa o pensamento e o cérebro que pertence a um único homem”. (Bordiga – “O Conceito Original do Programa Comunista”).

1.1.1. O homem é um ser social. Ele apresenta-se primordialmente como gênero, como espécie e não como indivíduo. Longe de prosseguirem isoladamente seus destinos individuais, os homens estabelecem entre si, no curso da história, relações sociais determinadas no seio das quais eles vivem, produzem, se reproduzem e conhecem.

1.1.2. A sucessão destas formas de produção dá o ritmo das grandes etapas do desenvolvimento da espécie humana. Globalmente, pode-se dizer que este curso é o do reforço da unidade e da interdependência dos indivíduos, no seio da totalidade da espécie, mesmo que, durante todo o período que vai da dissolução das comunidades primitivas ao comunismo superior, este desenvolvimento se faça sob uma forma alienada e negativa, estando a coletividade dos homens, o ser humano, dividida em classes sociais distintas e com interesses antagônicos.

1.1.3. É desta afirmação do caráter social da espécie humana (encarnada no seio do modo de produção capitalista, apenas pela classe proletária), que os comunistas concluem pela necessidade inelutável da reapropriação, pela espécie humana, de sua comunidade humana (gemeinwesen), no comunismo. Sem esta reapropriação, é a própria existência da humanidade que está ameaçada.¹

“O ser humano sendo a verdadeira comunidade (Gemeinwesen) humana, deve produzir, pela atividade de seu ser, a organização coletiva humana - o ser social, que não é uma potência abstratamente geral face ao indivíduo isolado, mas o ser de

¹ "Em outras palavras: isto vem do fato de que as forças produtivas engendradas pelo modo de produção capitalista moderno, bem como o sistema de repartição dos bens que ele criou, entraram em contradição flagrante com este modo de produção e em grau tal que torna-se necessária uma subversão do modo de produção e repartição, eliminando todas as diferenças de classe se não se quer ver toda a sociedade perecer." (Engels - “Anti-Dühring”)

cada indivíduo, sua própria atividade, sua própria vida, seu próprio gozo e sua própria riqueza.” (Marx – “Manuscritos de 1844”)

1.1.4. O homem afirma-se como espécie social em primeiro lugar face à natureza, da qual ele é uma parte, e que ele afronta pela mediação da praxis. Unindo suas forças para tentar dominar a natureza, ele age como um ser produtivo, genérico. É assim que a espécie humana faz, praticamente, sua própria história.

“Produzindo praticamente um mundo objetivo, moldando a natureza não orgânica, o homem afirma-se como um ser genérico consciente, quer dizer, como um ser que reporta-se à sua espécie como a seu próprio ser e que reporta-se a si mesmo como um ser genérico. É verdade que o animal também produz. Ele constrói seu ninho, seu abrigo como a abelha, o castor, a formiga, etc... Mas ele só produz aquilo de que tem imediatamente necessidade para si mesmo ou para seus filhotes. Ele produz de maneira unilateral, enquanto que o homem produz de uma maneira universal; o animal só produz sob o comando de uma necessidade física imediata, enquanto que o homem produz mesmo quando está liberado de qualquer necessidade física e, só produz realmente quando libertado desta. O animal só produz a si mesmo, enquanto que o homem reproduz a natureza inteira. O produto do animal faz diretamente parte de seu corpo físico, enquanto que o homem afronta livremente seu produto. O animal só produz segundo a lei e segundo as necessidades da espécie à qual pertence, enquanto que o homem sabe produzir segundo a lei de qualquer espécie, e sabe aplicar ao objeto a lei que lhe é imanente. É por isso que o homem sabe igualmente criar segundo as leis da beleza. É precisamente moldando o mundo objetivo que o homem afirma-se realmente como um ser genérico. Esta produção é sua vida genérica criadora. Graças a esta produção, a natureza aparece como sua obra e sua realidade. O objeto do trabalho é portanto a objetivação da vida genérica do homem, pois aí ele não desdobra-se idealmente na consciência, mas ativamente, realmente, e ele contempla-se portanto dentro de um mundo que ele mesmo criou. Assim, enquanto o trabalho alienado arranca do homem o objeto de sua produção, ele lhe arranca sua vida genérica, sua verdadeira objetividade genérica e transforma sua superioridade sobre o animal em inferioridade, pois seu corpo não orgânico, a natureza, lhe é furtado.” (Marx – “Manuscritos de 1844”)

1.1.5. – Nesta relação com a natureza exterior (não orgânica), o homem universaliza-se, reproduzindo-se e reproduzindo a natureza transformada numa escala sempre mais vasta, mais universal. A termo, este movimento (que não se efetua de uma maneira harmoniosa e linear, mas segundo o curso acidentado e dialético da sucessão das sociedades de classe) só poderá realizar-se no comunismo, o homem sendo obrigado a reapropriar-se (através da revolução proletária) da totalidade das condições de vida das quais foi separado e que desenvolveram-se durante aquela separação. Somente então poderá resplandecer real e plenamente a essência objetiva, genérica e universal da espécie humana.

“Do mesmo modo, a abolição positiva da propriedade privada – isto é, a apropriação sensível, pelo homem e para o homem da vida e do ser humano, do homem objetivo, das obras humanas – não deve ser compreendida no único sentido do gozo imediato, parcial, no sentido da posse, do haver. O homem apropria seu ser universal de uma maneira universal portanto, enquanto homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo: a vista, a audição, o odor, o gosto, o tato, o pensar, a intuição sensível, o sentimento, a vontade, a atividade, o amor, em suma, todos os órgãos de sua individualidade - assim como aqueles que, em suas formas, são imediatamente órgãos sociais – são no seu comportamento objetivo, ou na sua relação com o objeto, a apropriação deste. A apropriação da realidade humana, sua relação com o objeto, é a manifestação da realidade humana; é a atividade humana e o sofrimento humano pois, compreendida de uma maneira humana, sofrimento é uma satisfação que o homem tem de si mesmo.

A propriedade privada tornou-nos tão bobos e bitolados que um objeto é nosso apenas quando o temos, quando ele existe como capital ou quando ele é imediatamente possuído, comido, bebido, vestido sobre nosso corpo, habitado por nós, etc... em suma, quando ele é utilizado por nós. Além disso, a propriedade privada só concebe todas estas realizações diretas da própria posse como meios de vida e a vida, à qual elas servem de meios, nada mais é que a vida da propriedade privada, o trabalho e a capitalização.

A todos os sentidos físicos e intelectuais substitui-se portanto a simples alienação de todos estes sentidos, o sentido do haver. O ser humano tinha que ser reduzido àquela pobreza absoluta para possibilitar o nascimento de toda sua riqueza interior.” (Marx – idem)

1.1.6. – Engajando-se numa relação prática, ativa com o mundo exterior, (“o homem reproduz a natureza inteira” – Marx), a espécie humana não reproduz apenas sua existência natural, mas tece, ao mesmo tempo, relações sociais que ela reproduz igualmente, transformando assim a natureza de sua existência.

“Produzir a vida, tanto a sua própria, pelo trabalho, quando a vida do outro, pela procriação, aparece-nos portanto desde agora como uma relação dupla: de uma parte, como uma relação natural, de outra, como uma relação social – social no sentido que se entende, assim, a ação conjugada de inúmeros indivíduos, pouco importa em que condições, de que maneira e com que objetivo. Depreende-se daí que um modo de produção ou um estágio industrial determinados estão constantemente ligados a um modo de cooperação ou a um estágio social determinados, e que este próprio modo de cooperação é uma “força produtiva”; depreende-se ainda que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social e que deve-se, por consequência, estudar e elaborar incessantemente “a história dos homens” em ligação com a história da indústria e do comércio”. (Marx – “Ideologia Alemã”, grifo nosso)

1.1.7. – Este caráter social, se ele varia nas suas formas no curso da história, não desaparece jamais; e é isto que permite-nos depreender da história humana um fio geral que unifica as diferentes manifestações do ser humano num vasto curso histórico.

“A história não é outra coisa senão a sucessão das diferentes gerações em que cada uma explora os materiais, os capitais, as forças produtivas que lhe são transmitidas por todas as gerações precedentes. Disto resulta que cada geração prolonga de uma parte, o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas e, de outra parte, modifica as antigas circunstâncias, dedicando-se a uma atividade radicalmente diferente.” (Marx – idem)

1.1.8. – Não foi a partir de uma especulação intelectual ou filosófica que se pôde depreender a natureza social da espécie humana mas, precisamente, ‘estudando e elaborando incessantemente a “história dos homens” em ligação com a “história da indústria e do comércio como é dito acima por Marx, isto é, depreendendo as condições materiais para a afirmação do ser humano como ser social.

“Para o comunismo, a questão é afrontada no campo de toda sociedade e de toda sua história, e, a pesquisa não se dirige mais para o comportamento e o pensamento do indivíduo mas para o comportamento e a ideologia das classes sociais e das formas que se sucedem na história.(...). A diferença entre os dois materialismos (o vulgar e o de Marx, ndr), não é portanto, como se pretende de uma maneira falsa, que Marx teria abandonado o terreno monista para estabelecer uma vazia igualdade entre a natureza e o homem, um tipo de neo-dualismo, mas reside no critério fundamental segundo o qual não passamos pela determinação fugidia, operante no organismo individual e no cérebro pessoal, não procuramos a imagem oca da “personalidade”, mas fundamos a relação sobre as condições materiais de uma comunidade social e sobre toda a série de suas manifestações e seus desenvolvimentos históricos.” (Bordiga – “O conteúdo original do programa comunista é a abolição do indivíduo como sujeito econômico, detentor de direitos e ator da história humana.”)

1.1.9. – Um dos momentos-chaves da obra comunista, a afirmação de que as características da sociedade capitalista moderna (auto-valorização do valor pela exploração do trabalho assalariado) não são naturais nem eternas, mas históricas e transitórias, encontra uma confirmação material na história passada da própria espécie humana, ao demonstrar que existiram sociedades em que afirmava-se diretamente o caráter social da espécie humana, organizada em comunidade.

“Pode-se constatar que na primeira forma desta propriedade territorial, a comunidade natural é a condição primordial: seja por casamentos cruzados, seja por associação, a família amplia-se às dimensões da tribo. Podemos admitir que o estado pastoril e a migração em geral constituem o primeiro modo de existência; não que a tribo se fixe sobre um determinado território: mas por onde ela passa esgota as pastagens; os homens não são sedentários por natureza (a não ser no caso de encontrarem-se num meio ambiente natural tão fértil que lhes possibilite viver

nas árvores como macacos; em geral eles vagam ao acaso como animais selvagens). Assim, a comunidade tribal, a comunidade natural, aparece não como o resultado, mas como a condição da apropriação (temporária) e da utilização comuns do solo. Uma vez fixada, esta comunidade primitiva sofrerá modificações mais ou menos profundas, segundo as várias condições ambientais – climáticas, geográficas, físicas – e suas disposições naturais, seu caráter tribal. A comunidade tribal primitiva, ou o estado gregário, é a primeira condição – a comunidade sangüinea, linguística, dos costumes, etc. – da apropriação das condições objetivas da vida e da atividade reprodutiva e criadora de produtos (como pastores, caçadores, cultivadores, etc.). A terra é o grande laboratório, o arsenal que fornece ao mesmo tempo os meios e os materiais de trabalho, assim como a residência, base da comunidade. Na relação com esta base, propriedade da comuna, assim como com a comuna que se produz e se reproduz com o trabalho vivo, os homens comportam-se ingenuamente. Cada indivíduo só detém o status de proprietário ou de possuidor enquanto membro da comunidade. É nestas condições que não são em si mesmas o produto do trabalho, mas que aparecem como naturais ou divinas – que efetua-se a apropriação real por intermédio do processo de trabalho”. (Marx - “Formas anteriores à produção capitalista”)

1.1.10. - Marx e Engels apropriaram-se dos trabalhos de Morgan, na medida em que estes confirmaram a tese comunista, estabelecendo definitivamente a existência – não apenas na América, mas em todas as partes do mundo – na alvorada da história humana, de formas de produção comunitárias que não conheciam nem divisão da sociedade em classes, nem divisão social do trabalho, nem dinheiro, nem Estado, nem democracia.

“Chegamos agora a uma outra descoberta de Morgan; de uma importância pelo menos igual àquela da reconstituição das formas primitivas da família partindo dos sistemas de parentesco. Morgan provou que os grupos consangüíneos designados por nomes de animais no interior de uma tribo de índios americanos, são essencialmente idênticos às gentes dos gregos, às gentes dos romanos; que a forma americana é a forma original, enquanto que a forma greco-romana é a forma posterior, derivada; que toda organização social primitiva dos gregos e dos romanos em gens, fratria e tribo tem seu paralelo exato na organização social americana-indígena; que a gens (na medida em que as fontes disponíveis nos permitem até agora julgar) é a instituição comum a todos os bárbaros até sua entrada na civilização, e mesmo mais tarde ainda. E esta prova elucidou, de um só golpe, as partes mais difíceis da história grega e romana mais antiga e deu-nos, ao mesmo tempo, esclarecimentos insuspeitos sobre os traços fundamentais do regime social dos tempos primitivos – antes da instauração do Estado. Por mais simples que pareça a coisa, a partir do momento em que é conhecida, ela só foi recentemente descoberta por Morgan; em seu livro precedente editado em 1871, ele não tinha ainda desvendado o mistério cuja revelação reduziu, desde então, ao mais completo silêncio os pré-historiadores ingleses, geralmente tão senhores de si.” (Engels – “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”.)

1.1.11. - Uma vez destruídas estas antigas formas comunitárias, a espécie humana conheceu o longo desenvolvimento das sociedades de classe. Mas, para que a essência

social da espécie humana resplandeça de novo, será necessário destruir todas as barreiras que se opõem à apropriação pelo homem de seu ser humano. E isto se fará no curso da revolução comunista, dirigida pelo proletariado organizado em classe e portanto em Partido Comunista, que varrerá os entraves ao desenvolvimento social e comunitário da espécie humana.

“Se o homem é formado pelas circunstâncias, as circunstâncias devem ser formadas humanamente. Se o homem é social por natureza, ele só desenvolverá sua verdadeira natureza na sociedade e o poder de sua natureza deve medir-se não pela força do indivíduo singular, mas pela força da sociedade.” (Marx – “A Sagrada Família”)

1.2. Grandes momentos da comunidade

1.2.1. - Restaurar a teoria da comunidade humana (Gemeinwesen) é de uma importância vital para o movimento comunista, porque o fio histórico, o fio do tempo que encontra-se na obra de Marx, como um todo, foi encoberto, mascarado e depois perdido. E este fio que liga os dois grandes períodos da história humana, as comunidades humanas primitivas ao comunismo superior. A comunidade humana primitiva foi destruída e ela existe negativamente, travestida, invertida no modo de produção capitalista e sua comunidade. A missão do proletariado é a de permitir, em um nível histórico superior, a reapropriação daquela comunidade pela espécie humana. O substrato desta transformação reside no movimento real: todo o movimento econômico-social tende para o comunismo. Isto é, as condições materiais - o comunismo já em ação na sociedade atual - permitem ao proletariado exprimir seu programa: o comunismo. A espécie humana pode ser emancipada apenas pela revolução proletária e portanto a questão da comunidade humana (Gemeinwesen) é a questão central do movimento proletário.

1.2.2. - Os grandes momentos do movimento da comunidade humana apresentam-se historicamente do seguinte modo:

a) comunidades comunistas primitivas

Como já verificamos anteriormente, estas caracterizam-se pela ausência da propriedade privada da terra, de divisão da sociedade em classes e de divisão social do trabalho. A espécie humana agrupa-se na horda ou na tribo, segundo laços naturais (laços de sangue). Não existe nestes grupos nem comércio, nem moeda e a apropriação das riquezas e dos produtos do trabalho humano se faz coletivamente. Mas esta apropriação é limitada pelos laços da comunidade, que não podem reagrupar toda a espécie humana, mas apenas, e limitadamente, pequenos grupos de homens isolados e sem relações entre si. O caráter produtivo do trabalho dos grupos é enquadrado, limitado pelo objetivo de manutenção e conservação da comunidade. Rapidamente, esta base torna-se demasiado estreita para enquadrar o necessário desenvolvimento das forças produtivas do trabalho humano, por mais fraco que seja este desenvolvimento. As trocas, que em de terminado

momento só eram efetuadas de comunidade para comunidade, acabam voltando-se sobre as próprias comunidades, exercendo nelas uma ação dissolvente. Neste movimento o indivíduo é pouco a pouco produzido historicamente.

b) destruição das comunidades primitivas e desenvolvimento de dois movimentos : o da autonomização do valor e o da expropriação dos homens. Contrariamente às afirmações dos stalinistas e outros falsificadores de Marx , a análise das “formas do valor” (conf. “O Capital”, livro I, seção I, cap.I) não tem um caráter apenas “teórico” , mas também histórico. Por isso a análise das “formas do valor”, perfeitamente efetuada por Marx, é um elemento fundamental e imprescindível para se conhecer a realidade das formas pré-capitalistas e a passagem à dominação completa e plena do capital, um valor em processo que atinge sua autonomia. Cada forma sucessiva do valor porta em si o germe de sua própria superação no estágio superior e pode-se dizer que, a partir do momento em que se dissolveu a relação primitiva, na qual o homem produzia apenas para o bem-estar da tribo (produção centrada apenas no valor de uso), o processo dirige-se obrigatoriamente, ao mesmo tempo, do ponto de vista teórico e do ponto de vista histórico, para o valor autonomizado.

Para que se estabeleça entretanto, a verdadeira relação social capitalista, não basta que se tenha de um lado o dinheiro, valor que atingiu a autonomia; é necessário também que, do outro lado, tenha-se produzido uma massa de homens despojados de tudo, não dispondo de nenhuma comunidade nem com a terra, nem com os meios de produção, em resumo, sem nenhuma reserva: o proletariado.

A classe proletária foi sempre, e em todos os lugares, parida no curso de um longo e doloroso processo que implica a ruptura dos laços com a terra, a destruição de todos os laços comunitários entre os trabalhadores, para fazê-los indivíduos sem reserva, dispondo apenas de sua potência de trabalho, que são obrigados a vender no mercado, em troca de um salário, para poderem subsistir fisicamente.

Estes dois movimentos, o da autonomização do valor e o da expropriação dos homens, da criação dos trabalhadores livres, concomitantemente produzidos na história, fusionam-se com a emergência do modo de produção capitalista.

Vemos portanto que é apenas com um certo grau do desenvolvimento histórico que o valor começa a agir enquanto capital. Este aparece, em primeiro lugar, como resultado deste desenvolvimento, e depois como fator de seu próprio processo. Vemos portanto que não é o capital que criou a situação histórica que lhe permite dominar a produção, mas pelo contrário, que ele é criado por ela.

c) temos então a formação de uma comunidade do capital, tornando-se este último o único pressuposto das relações entre os homens. Colocando-se como ser autônomo e dotado de vida face ao trabalho vivo dos proletários, do qual alimenta-se, o capital absorve todas as forças vitais da espécie humana, quer dizer, do proletariado, apresentando-se finalmente, de maneira mistificada como comunidade entre os homens.

d) O comunismo

Operando a destruição radical do modo de produção capitalista, última forma de exploração que conhecerá a humanidade, o proletariado possibilitará à espécie humana inteira, na revolução comunista mundial, o reencontro com seu ser comunitário, sua *Gemeinwesen*, integrando e superando, ao mesmo tempo, todas as conquistas dos períodos anteriores.

1.3. A espécie humana é o proletariado

1.3.1. Hoje, quando todas as formas comunitárias do passado foram irremediavelmente destruídas, somente a classe proletária representa a espécie humana. No seio do modo de produção capitalista a reprodução e a sobrevivência da espécie humana, do seu trabalho produtivo passado, presente e futuro, repousam apenas sobre esta classe, a única classe produtiva neste modo de produção, a única classe explorada.

Ela é portanto a única classe a encarnar o caráter genérico e social do homem. A classe proletária é aquela que sofre a mais profunda alienação e é justamente por isso, porque ela está situada no coração da sociedade, produzindo-a e reproduzindo-a, que é também a única classe revolucionária, capaz de liquidar de uma vez por todas a exploração.

“O homem é um ser genérico não apenas porque, no plano prático como no plano teórico, ele transforma a sua própria espécie, assim como a de todas as coisas, em seu objeto, mas ainda – e isto é apenas outro modo de dizer a mesma coisa – porque ele se relaciona consigo mesmo como a uma espécie real, viva (...), como a um ser universal, portanto livre(...).

O fato que o trabalho alienado torna estranhos ao homem: 1º.) – a natureza, 2º.) - a si mesmo, sua própria função ativa, sua atividade vital, ele torna também estranho ao homem, a espécie humana: ele faz da vida genérica um simples meio de vida individual. Primeiramente ele torna estranhas a vida genérica e a vida individual; em seguida, ele transforma esta última numa abstração e num objetivo da primeira, que é também reduzida a uma forma abstrata e alienada. Inicialmente o trabalho, a atividade vital, a vida produtiva aparecem para o homem como um simples meio de satisfazer uma necessidade, a necessidade de conservação da existência física. Mas a vida produtiva é a vida genérica. É a vida engendrando a vida. No modo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, seu caráter genérico. Ora, a atividade livre, consciente, é o caráter do homem. A própria vida aparece como simples meio da vida.” (...) “O trabalho alienado conduz portanto aos seguintes resultados: de uma parte, o ser genérico do homem, sua natureza e suas faculdades intelectuais genéricas, são transformadas num ser que lhe é estranho, em meio de sua existência individual. O trabalho alienado torna o homem estranho a seu próprio corpo, ao mundo exterior assim como à sua essência espiritual, à sua essência humana. De outra parte, a alienação do homem em relação ao homem aparece como uma consequência direta do fato de que ele foi tornado estranho ao produto de seu trabalho, à sua atividade vital, a seu ser genérico. Quando o homem opõe-se a si mesmo, ele opõe-se também a outrem. O que é verdadeiro para a relação do homem a seu trabalho, ao produto de seu trabalho e a si mesmo, também o é para a sua relação com outrem, bem como ao trabalho e ao objeto do trabalho de outrem.

De uma maneira geral, dizer que o homem é estranho a seu próprio ser genérico é dizer que os homens tornaram-se estranhos uns aos outros e que cada um deles tornou-se estranho à espécie humana.

A alienação do homem, de uma maneira mais geral, sua relação consigo mesmo, realiza-se e reflete-se na sua relação com o outro. Portanto, nas condições do trabalho alienado, cada homem considera o outro segundo os critérios e as condições de sua própria situação enquanto trabalhador.” (Marx – “Manuscritos de 1844”)

1.3.2. A amplitude da alienação sofrida pelo proletariado permite-lhe opor à separação da espécie e de seu ser humano, uma solução radical. Até a aparição do proletariado como classe efetiva na história, as outras classes portavam apenas soluções parciais. A burguesia, por exemplo, colocava a questão da reconquista da comunidade apenas sob o ângulo político, propondo aos homens sua unificação ilusória enquanto cidadãos. Mas o proletariado não pode contentar-se com uma tal solução, pois:

“o ser coletivo (Gemeinwesen) do qual o trabalhador está isolado, é um ser coletivo de uma outra realidade, de uma outra amplitude que a do ser político. O ser coletivo do qual o separa seu próprio trabalho é a própria vida, a vida física e intelectual, os costumes humanos, a atividade humana, a satisfação humana, o ser humano. O ser humano é o verdadeiro ser coletivo dos homens. Assim como o isolamento fatal deste ser é incomparavelmente mais universal, mais insuportável, mais terrível, mais cheio de contradições que o fato de ser isolado do ser coletivo político; do mesmo modo, a supressão deste isolamento – e mesmo uma reação parcial, uma sublevação contra este isolamento – tem uma amplitude muito mais infinita, assim como o homem é mais infinito que o cidadão e a vida humana que a vida política. O levante industrial, por mais parcial que seja, encerra em si uma alma universal. O levante político, por mais universal que seja, dissimula na sua forma colossal um espírito estreito.” (Marx – “O Rei da Prússia e a Reforma Social” - 1844)

2. EMERGÊNCIA DO PROLETARIADO E DO SEU PROGRAMA COMO SOLUÇÃO HISTÓRICA

2.1. Natureza e origem do proletariado

2.1.1. O fato da humanidade possuir, como vimos acima, um caráter social, não implica que ela viva sua história na unidade e de maneira harmoniosa. A história humana não se efetua linearmente, mas através de rupturas e de saltos qualitativos: toda a história da humanidade depois da dissolução das comunidades primitivas é a história da luta de classes.

2.1.2. Nas sociedades de classe existe uma fração explorada da humanidade que suporta todo o peso da reprodução deste. No modo de produção capitalista é unicamente o proletariado que realiza esta tarefa, assegurando a reprodução da espécie humana ao preço de uma exploração feroz.

Despojado, na sua existência material, de toda e qualquer qualidade humana, o proletariado exprime ao paroxismo a condição da humanidade em um dado momento de sua história. A separação do homem e do seu ser humano (*Gemeinwesen*) não é uma situação específica do proletariado, mas apenas ele a vive universalmente. É por isso que apenas o proletariado poderá antepor-se eficazmente contra esta situação, pois apenas ele a vive de uma maneira intolerável. O proletariado enquanto classe revolucionária representa a esfera negativa da sociedade capitalista e ele não pode reivindicar um estado, uma situação, uma participação nesta sociedade.

“As condições de vida da antiga sociedade já estão destruídas nas condições de vida do proletariado. O proletário não tem propriedade, suas relações com sua mulher e seus filhos nada mais têm em comum com aquelas da família burguesa; o trabalho industrial moderno, a moderna servidão ao capital, tanto na Inglaterra quanto no França, na América, na Alemanha, despojam o proletariado de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião, são do seu ponto de vista outros tantos preconceitos burgueses. (...) Os proletários nada têm a salvar que lhes pertença: eles devem destruir quaisquer garantias privadas, quaisquer seguranças privadas anteriores.” (“Manifesto do Partido Comunista”)

“Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem mundial tradicional, ele traduz apenas o segredo de sua própria existência imediata, pois ele é a dissolução efetiva desta ordem mundial. Quando o proletariado reclama a negação da propriedade privada, ele apenas erige em princípio do proletariado o que nele – enquanto representante negativo da sociedade – já está personificado, sem que ele nada tenha feito para isto.” (Marx – “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”)

2.1.3. O proletariado tem portanto uma missão histórica a cumprir, cujo fracasso implicaria na destruição da humanidade. Esta só pode sair do estado desumanizado em que a submerge o capital se a classe totalmente desumanizada tomar em mãos o destino de todos os homens, ao mesmo tempo que seu próprio destino.

“Se os autores socialistas atribuem ao proletariado este papel histórico, não é absolutamente como a Crítica crítica procura demonstrar, porque consideram os proletários como deuses. É justamente o contrário. No proletariado plenamente desenvolvido encontra-se praticamente acabada a abstração de toda humanidade, mesmo da aparência de humanidade; nas condições de vida do proletariado encontram-se condensadas todas as condições de vida da sociedade atual, no que elas podem ter de mais desumano. No proletariado, o homem perdeu-se efetivamente a si mesmo, mas adquiriu ao mesmo tempo a consciência teórica desta perda; além disto, a miséria que ele não pode mais evitar nem mascarar, a miséria que se impõe a ele inelutavelmente – expressão prática da necessidade – força-o diretamente a se revoltar contra tal desumanidade: é por isso que o proletariado pode e deve necessariamente, libertar-se por si mesmo. Mas ele não pode libertar-se por si mesmo sem abolir suas próprias condições de vida sem abolir todas as condições desumanas de vida da sociedade atual, resumidas na sua própria situação. Não é em vão que ele passa pela rude mas fortificante escola do trabalho. Não se trata de saber que objetivo tal ou tal proletário, ou mesmo o proletariado inteiro,

propõe-se momentaneamente, trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele será obrigado historicamente a fazer em conformidade com este ser. Seu objetivo e sua ação histórica lhe são traçados, de maneira tangível e irrevogável, na sua própria situação, assim como em toda a organização da sociedade burguesa atual.” (Marx – “A Sagrada Família”)

Reivindicando o ser humano integral, o ser coletivo, a Gemeinwesen do homem, o proletariado anuncia-se como a classe da emancipação, da totalidade, a única classe revolucionária, a classe sobre a qual repousa o devir da humanidade. Todas as outras classes da sociedade são conservadoras e representam o passado. O proletariado não tem uma tarefa política a cumprir, quer dizer, limitada, mas sim sua obra humana. Ele efetua uma revolução universal.

2.1.4. – É desta situação material, física, do fato que o proletariado é, ao mesmo tempo, uma classe na e contra a sociedade, classe portadora do comunismo, que ele tira a possibilidade de enunciar teoricamente os fundamentos de seu movimento, de seu objetivo e os meios para alcançá-los. À humanidade só se coloca que ela pode resolver e é a partir do momento em que as bases do comunismo já existem no seio da sociedade (isto é, desde 1848) e que o proletariado moderno ergue-se como classe, que o comunismo pode emergir, não mais como sonho utópico, mas como programa. Designamos por programa a totalidade da teoria comunista, que é unitária e orgânica e surge em bloco, já acabada, no sentido em que o quadro geral da atividade proletária já é dado e não pode ser modificado todas as manhãs ao sabor das circunstâncias.

“M.Heinzen imagina que o comunismo é uma certa doutrina que partiria de um princípio teórico determinado – o núcleo -, do qual se tiraria ulteriores conseqüências. M. Heinzen engana-se redondamente. O comunismo não é uma doutrina, mas um movimento; ele não parte de princípios mas de fatos. Os comunistas têm por pressuposto não tal ou tal filosofia, mas toda a história passada e especialmente seus resultados efetivos atuais nos países civilizados. O comunismo é o produto da grande indústria e de suas conseqüências, da edificação do mercado mundial, da concorrência sem entraves que lhe corresponde, das crises comerciais sempre mais possantes e universais que já tornaram-se perfeitas crises do mercado mundial, da criação do proletariado e burguesia que dela decorre. Na medida em que ele é teórico, o comunismo é a expressão teórica da posição do proletariado nesta luta e o resumo teórico das condições de liberação do proletariado.” (Engels – “Os comunistas e Karl Heinzen”, 1847)

Somente com uma justa apreciação das relações entre teoria e prática é que podemos elucidar a questão do “resumo teórico” das condições de luta de uma determinada classe, não apenas no que diz respeito ao proletariado e seu programa na época atual, a da fase de submissão real do trabalho ao capital, mas também no que diz respeito à totalidade dos grandes “sistemas” de pensamento que surgem com cada forma de produção.

2.2. Base material e superestrutura

2.2.1. – No curso da história não se apresenta nenhum sistema teórico, ou doutrina geral, que seja válido para toda a história e por conseqüência não desapareceria jamais. Ocorre, pelo contrário, que cada grande sistema teórico está ligado a um ciclo particular da história humana – isto é, a um modo de produção particular – que não pode ser medido em anos ou décadas, mas em séculos. Mais precisamente a doutrina que impõe-se como verdade de uma época no curso de uma etapa histórica determinada, é aquela ligada a uma força social (classe) que representa a emergência de condições novas, revolucionárias. Tal teoria representa então a síntese das condições de vida e de luta daquela força social, síntese que deve desempenhar o papel de guia e de suporte na ação.

2.2.2. Marx definiu, da maneira mais clara possível, quais são as ligações dialéticas entre as condições materiais e as expressões ideológicas. Enquanto as condições materiais dadas (relações de produção) não são superadas pela história, as ideologias que elas suportam encontram um fundamento real.

“São os homens que produzem as suas representações, suas idéias, etc... mas os homens reais, atuantes, tais quais condicionados por um desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e do modo de relações correspondente, compreendidas aí as formas mais amplas que estas forças produtivas possam assumir. A consciência nunca pode ser senão o Ser consciente e o Ser dos homens é seu processo de vida real. E, se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem-nos virados de cabeça para baixo, como numa câmara escura, este fenômeno decorre de seu processo de vida histórica, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico(...)

Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o resto da ideologia, bem como as formas de consciência que lhes corresponde, perdem de imediato toda aparência de autonomia. Elas não têm história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com esta realidade que lhes é própria, o pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira maneira de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda maneira, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência. Esta maneira de considerar as coisas não é desprovida de pressuposições. Ela parte das premissas reais e não as abandona por um instante sequer. Estas premissas, são os homens, não isolados e fixados de algum modo imaginário mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real, em condições determinadas, desenvolvimento empiricamente visível. A partir do momento em que representa-se este processo de atividade vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como para os empiristas, que são eles mesmos ainda abstratos, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas.” (Marx – “Ideologia Alemã”)

2.2.3. – Esta brilhante concepção dialética foi reduzida por todo o marxismo vulgar, de Kautsky a Stalin, a um mero mecanismo de articulações entre “infraestrutura” e superestrutura. Ora, para a teoria comunista, o que caracteriza um modo de produção é sua base material, que não pode ser reduzida a alguns “fatos” econômicos característicos, cuja descrição quantitativa permitiria explicar a essência de uma dada sociedade. Não se pode compreender a natureza de tal ou tal modo de produção senão procurando apreender, no seu movimento e na sua dinâmica histórica as condições reais, materiais, que fundamentam-no.

Estas são as condições nas quais a espécie humana produz, se reproduz e transmite seu patrimônio às gerações futuras. Apenas ligando dialeticamente (e não mecânica e metafisicamente) as expressões do pensamento humano ao conjunto destas condições de vida, como momentos da vida da espécie humana, é que poderemos ter uma compreensão autenticamente materialista, retirando de uma vez por todas às idéias, às teorias, etc., seu caráter de esferas autônomas que evoluem num mundo separado, isolado de todas as condições materiais terrestres. Não há portanto história, ou “trajetória” autônoma destas expressões do pensamento humano, mas o fio dialético que prende-as intimamente às condições de vida materiais dominantes, no seio de um modo de produção, que fazem com que elas surjam em momentos históricos precisos, quando o conjunto destas condições de vida da sociedade está a ponto de ser subvertido.

2.3. O Comunismo, solução prática das contradições sociais.

2.3.1. Apenas numa sociedade dominada pelo capital, isto é, o valor tendo atingido a autonomia, é que podia afirmar-se a doutrina política burguesa: liberdade, igualdade... e propriedade! E cabia à própria burguesia apresentar estes conceitos como puros produtos do Espírito, princípios eternos e naturais que regem a conduta dos homens. Ao mesmo tempo, apenas a classe burguesa, rompendo com a estreiteza e o localismo das relações feudais, generalizando o mercado mundial e as mesmas condições de vida para todas as nações, podia produzir uma cultura universal e pretender elaborar uma concepção definitiva e acabada do mundo. Enquanto a classe burguesa era uma classe revolucionária, que destruía os entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, seu catálogo dos “Direitos Universais do Homem” constituía o “resumo teórico” de suas condições de luta revolucionária e despertava a esperança entusiasta da emancipação universal.

Enquanto as condições materiais de dominação da burguesia não forem por sua vez destruídas, esta doutrina – que tornou-se conservadora e contra-revolucionária – subsistirá enquanto ideologia dominante.

“Os pensamentos da classe dominante também são, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que é a potência material dominante da sociedade também é a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe, igualmente, dos meios de produção intelectual, de tal modo que, os pensamentos daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual são igualmente submetidos a esta classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias, sendo portanto a expressão das relações que

fazem de uma classe a classe dominante; ou seja, são as idéias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, igualmente, uma consciência e em consequência disto pensam; é porque dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda sua amplitude, segue-se que estes indivíduos dominam em todos os sentidos e porque detêm uma posição dominante como seres pensantes também, enquanto produtores de idéias, que eles regulam a produção e a distribuição dos pensamentos de sua época; suas idéias são portanto as idéias dominantes de sua época. Consideramos como exemplo uma época e um país onde a potência real, a aristocracia e a burguesia disputam entre si o poder e onde este é portanto partilhado; nestas condições, o pensamento dominante expressa-se na doutrina da divisão dos poderes, que é então enunciada como uma “lei eterna”. Reencontramos aqui a divisão do trabalho que encontráramos anteriormente como uma das forças capitais da história. Ela manifesta-se também na classe dominante sob forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho sob forma de divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho material, a ponto de encontrarmos duas categorias de indivíduos nessa mesma classe. Uns serão os pensadores desta classe (os ideólogos ativos, que refletem e tiram sua substância principal da elaboração da ilusão que esta classe faz de si mesma), enquanto que os outros terão uma atitude mais passiva e mais receptiva frente a estes pensamentos e estas ilusões porque são, na realidade, membros ativos desta classe e porque têm menos tempo para produzir ilusões e idéias sobre suas próprias pessoas. No seio desta classe, esta divisão pode até desembocar numa certa oposição e numa certa hostilidade das duas partes presentes. Mas no momento em que surge um conflito prático, em que toda a classe é ameaçada, esta oposição desaparece por si mesma, ao mesmo tempo em que esvanece-se a ilusão que as idéias dominantes não seriam as idéias da classe dominante e que elas teriam um poder distinto do poder desta classe. A existência de idéias revolucionárias numa época determinada já supõe a existência de uma classe revolucionária, e já dissemos anteriormente tudo que devia ser dito sobre as condições prévias que isto supõe”. (Marx – “Ideologia Alemã”)

Hoje, esta classe revolucionária é o proletariado. Este não tem idéias a opor à burguesia, mas seu programa, conforme a seu ser revolucionário.

2.3.2. A partir do momento (fixado por nós em 1848, para a Europa) em que as condições materiais reunidas historicamente pela burguesia fizeram com que a massa de proletários se erigisse em classe revolucionária, coveira da burguesia, capaz de destruir a antiga ordem social, esta última encerrou seu papel histórico enquanto classe revolucionária, o que implica igualmente que ela não pode mais progredir em sua teoria, mas que deve dirigir e regular todos os seus esforços teóricos contra o proletariado e seu programa.

O programa do proletariado, como toda teoria, não surge a qualquer momento. Ele surge no momento em que as condições materiais do comunismo, no seio do modo de produção capitalista, estão suficientemente desenvolvidas para que a classe que encarna a solução histórica para a humanidade possa enunciar as condições teóricas da passagem ao comunismo.

É portanto a partir da situação material do proletariado, no seio da sociedade burguesa, que se poderá definir rigorosamente a teoria de que é portador.

“A situação da classe operária é a base real donde saíram todos os movimentos sociais atuais porque ela é ao mesmo tempo o ponto máximo e a manifestação mais visível da miserável situação social atual. Os comunismos operários francês e alemão são disso o resultado direto; o fourierismo, o socialismo inglês, bem como o comunismo da burguesia alemã culta, o resultado indireto. O conhecimento das condições de vida do proletariado é uma necessidade absoluta se quisermos assegurar uma base sólida às teorias socialistas bem como aos juízos sobre a sua legitimidade, acabar com todas as divagações e fabulações fantásticas pró e contra.”(Engels, “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”)

2.3.3. – O proletariado, que já prefigura negativamente a sociedade comunista, não possuindo nada que lhe seja próprio na sociedade burguesa, sendo excluído de todas as satisfações que esta possa oferecer, não tira, portanto, sua poesia do passado, mas do futuro e mostra-se capaz de descrever teoricamente a sociedade futura. A teoria comunista é determinada por esta situação real: o proletariado não tem nenhuma ideologia a produzir, nenhuma visão de mundo a elaborar, mas ele exprime teoricamente as condições de sua luta e de sua atividade revolucionária condensando-as nos princípios invariantes do seu programa.

É isto que explica que a teoria proletária exprime-se de chofre (desde os primeiros textos de Marx em 1842-44) enquanto crítica. Ela nasce em oposição aberta a todas as formas de expressão teóricas precedentes: filosofia, religião, direito, economia política, ciência; combatendo-as integralmente e criticando-as como formas de expressão mistificadas e como momentos da ideologia dominante.

2.3.4. – Se a humanidade procurou às vezes reapropriar-se de seu ser humano, ela o fez de maneira mistificada, dando à sua procura formas políticas, religiosas ou filosóficas. E não poderia ser de outra maneira, na ausência de uma força social capaz, por sua ação revolucionária, de favorecer a reapropriação do ser humano pela espécie inteira. Isto foi expresso por Marx desde 1843, o que mostra que mesmo antes que a teoria tenha assumido um caráter definitivo, sua essência já era conhecida. Produzida por uma classe negativa, a teoria comunista não pode ser a elaboração de um sistema de pensamento que fornece uma explicação contemplativa do mundo, mas deve mostrar como destruí-lo e quais são as condições de sua transformação.

“Nós não apresentamo-nos ao mundo enquanto doutrinários com um novo princípio: eis a verdade, ajoelhem-se! Nós desenvolvemos para o mundo princípios novos que tiramos dos princípios do mundo. Não lhe dizemos: renuncia às tuas lutas, pois elas não passam de besteiras, e faremos com que ouças o lema do combate! Apenas mostramos ao mundo porque ele luta na realidade, e a consciência consiste unicamente em tornar o mundo consciente de si mesmo, em tirá-lo do estado de sonho que o engana a si mesmo, em tornar-lhe claras as suas próprias ações. Todo nosso objetivo só pode consistir, como é aliás o caso na crítica da religião de Feuerbach, em dar uma forma humana consciente às questões religiosas

e políticas. Nosso lema será portanto: reforma da consciência, não através de dogmas, mas pela análise da consciência mística, obscura a si mesma, manifesta tanto na religião como na política. Veremos então que, há muito tempo, o mundo possui o sonho de uma coisa da qual lhe falta consciência para possuí-la realmente. Veremos que não se trata de fazer um grande traço entre o passado e o futuro, mas de atender às idéias do passado. Veremos enfim que a humanidade não começa uma nova tarefa, mas realiza seu antigo trabalho em conhecimento de causa. (...) Para ser absolvida de seus pecados, basta que a humanidade reconheça-os enquanto tais.” (Marx – Carta à Ruge, setembro de 1843).

Marx colocava aqui as bases materialistas de nossa doutrina: esta exprime no plano teórico a tarefa revolucionária do proletariado. São as condições práticas da luta de classes, a existência real do proletariado, que fazem deste último o sujeito revolucionário; a teoria exprime este fato, mas não inventa-o. Após a dissolução das comunidades primitivas, a humanidade sonhou inúmeras vezes em reencontrar sua antiga unidade. Mas apenas o proletariado pode realizar este sonho, dando-lhe uma realidade: o comunismo.

2.3.5. – Isto supõe que o proletariado rompa com toda visão romântica, mística, etc., da reconquista da comunidade humana. Ele critica todos estes aspectos mistificados porque chegamos a um estágio histórico em que todos os elementos materiais da solução histórica estão dados. Afirmar, ao contrário, que se tem primeiro a elaboração de uma teoria e em seguida apenas a sua aplicação é próprio do voluntarismo e do idealismo.

“Em luta contra estas condições sociais, a crítica não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Ela não é um bisturi, mas uma arma. Seu objeto é seu inimigo, que ela não quer refutar mas arrasar. Pois o espírito destas condições sociais foi refutado. Em si e para si, estas condições sociais não são objetos dignos de atenção, mas são existências desprezíveis e desprezadas. A crítica não precisa explicar-se acerca deste objeto, porque é absolutamente clara em relação a seu sujeito. Ela não mais se apresenta enquanto objetivo próprio, mas apenas enquanto meio. Seu “phatos” essencial é a indignação, a denúncia é seu trabalho essencial”. (Marx – “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”)

Não se poderia limitar a teoria, definindo-a apenas como uma tentativa de “explicar o mundo a si mesmo” (mesmo se acrescentarmos que este “ensino” não utiliza nem quadro negro nem doutos professores, mas guilhotinas e rudes proletários!). A teoria comunista, o programa, é mais que isto, pois exprime a crítica radical da sociedade burguesa e a descrição da sociedade futura. Os dois aspectos não podem ser dissociados: negação do capital e afirmação do comunismo estão indissolivelmente ligados.

2.3.6. – Nas páginas dedicadas ao “comunismo grosseiro” (conforme “Manuscritos de 1848), Marx reprovava, com justeza, às primeiras expressões do comunismo, o fato de negarem apenas a propriedade privada, o capital.

Ao comentar estas páginas, Bordiga ligou à questão da maturidade histórica do comunismo, o fato de que suas primeiras expressões limitavam-se a uma negação apenas negativa do capital. Os primeiros partidários do comunismo emitiram inicialmente uma

negação da propriedade privada que assumia a forma de sua generalização (o igualitarismo grosseiro, o nivelamento dos salários, a comunidade das mulheres, etc, são reivindicações características desta forma ainda não desenvolvida, não acabada enquanto programa, da reivindicação comunista).

“Mas o curso da forma capitalista e a reação de classe provocada por ela não eram ainda suficientes para erigir a doutrina da morte do capitalismo, da revolução proletária, da sociedade comunistas.

Enquanto a tentativa de traçar o programa da sociedade futura só pode ser embrionária e disforme mesmo, ela constitui todavia a primeira supressão positiva da propriedade privada, segundo as palavras gravadas no manuscrito de Marx. Os comunistas grosseiros sabiam o que desejavam destruir, mas não podiam ainda saber a palingenésia grandiosa que surgiria sobre as ruínas da destruição. Nós é que o sabemos”. (Bordiga – “Comentários dos Manuscritos de 44”)

Se o sabemos, é que numa etapa posterior as condições históricas mais amadurecidas permitiram aos proletários forjar “a doutrina do comunismo que conhece não apenas a abjeção ilimitada do mundo burguês, mas também os caracteres sublimes do mundo comunista”. (idem)

2.3.7. É por isso que uma das primeiras tarefas que afrontaram Marx e Engels foi a crítica do socialismo francês, que conduziram juntamente com a filosofia alemã e da economia política inglesa, de longe a mais importante. Os resultados das três críticas fusionam-se. Assim, a teoria não é formada “por aquilo que há de melhor” nestas três disciplinas, como afirma uma infeliz formulação, mas ela nasceu da unidade dialética de suas críticas, de sua liquidação . Ou seja, a teoria comunista só tem por genitor as lutas de classe proletária contra o mundo burguês e suas teorias . O proletariado não partilha nem da cultura, nem da ideologia da classe dominante; ele também não deve procurar opor-lhe OUTRA ideologia, OUTRA cultura, mas tão somente seu programa, a resolução prática das contradições da sociedade capitalista.

“A verdadeira solução prática desta fraseologia, a eliminação destas representações na consciência dos homens só será realizada, repitamos, por uma transformação das circunstâncias e não por deduções teóricas. Para a massa dos homens, isto é, para o proletariado, estas representações teóricas não existem, portanto para esta massa elas também não precisam ser suprimidas e, se esta jamais teve quaisquer representações teóricas do tipo de religião, há muito tempo que elas estão destruídas pelas circunstâncias”. (Marx - “Ideologia Alemã”)

Quando o proletariado ergue-se como carrasco da sociedade, quando ele manifesta seu ser revolucionário, ele mostra ao mesmo tempo sua não subserviência às representações teóricas tradicionais, ele está então em condições de apropriar-se do seu programa: o comunismo. Ele mostra também qual será o caminho: a ditadura do proletariado, a “ditadura dos ignorantes e dos miseráveis” de que falava Bordiga.

3. PROGRAMA, CLASSES E PARTIDO

3.1. Invariância e anti-democratismo.

3.1.1. As primeiras expressões (inadequadas) do comunismo, que teorizavam os grupos proletários em luta contra a sociedade burguesa, não conseguiam definir-se frente a esta última como programa puramente proletário. Daí o fato de Marx tê-las definido como “comunismo grosseiro”. Este primeiro comunismo esbarrava numa contradição: como a classe miserável e ignorante, violentamente explorada, pode ao mesmo tempo ser depositária do destino da humanidade e compreender seu movimento?

Este comunismo grosseiro teorizava também a generalização da condição operária e a repartição universal dos bens. Em vez de atingir uma consciência clara da necessidade de abolir a propriedade privada, desembocava na sua generalização. Marx fez da comunidade das mulheres “o segredo confessado deste comunismo ainda selvagem e estúpido”, fundamentalmente igualitário em seu espírito e em seus objetivos.

“Ao negar constantemente a personalidade do homem, este comunismo não passa de uma expressão conseqüente da propriedade privada, que é ela mesma esta negação. A inveja geral erigida em potência é a forma dissimulada da restauração da cupidez, que apenas satisfaz-se então de uma outra maneira. O espírito de toda propriedade privada enquanto tal é hostilidade – e o mínimo que se pode dizer – contra a propriedade privada mais rica e manifesta-se pela inveja e o desejo de nivelamento – forças que constituem a própria essência da concorrência. O comunismo selvagem nada mais é do que o acabamento desta inveja e deste nivelamento: tudo deve ser reduzido a um mínimo representado por uma medida precisa e limitada. A limitadíssima apropriação real que implica esta supressão da propriedade privada é o que prova precisamente a negação abstrata de toda cultura e de toda civilização, o retorno à frugalidade contrária à natureza, (a exaltação) do homem pobre e sem necessidades, que não apenas não superou o estágio da propriedade privada, como ainda não o alcançou. Esta comunidade significa simplesmente uma comunidade do trabalho e igualdade do salário pago pelo capitalista coletivo, a comunidade enquanto capitalista universal. Os dois pólos (capital/trabalho) do sistema são elevados a uma generalidade imaginária, o trabalho enquanto função atribuída a todos e o capital enquanto universalidade e potência reconhecida da comunidade.

A primeira supressão positiva da propriedade privada, o comunismo selvagem, não passa portanto de uma forma de manifestação da ignomínia da propriedade privada que pretende apresentar-se como sendo a comunidade positiva”. (Marx – “Manuscritos de 1844”)

Incapaz de compreender realmente porque a classe explorada era ao mesmo tempo a classe revolucionária, o comunismo grosseiro só desembocava portanto na generalização da condição de proletário no seio da “república do trabalho”, sem apreender a natureza profunda da emancipação do proletariado, que abole todas as classes e abole a si próprio realizando a comunidade dos homens.

3.1.2. Mas ao constituir-se enquanto programa, o comunismo que, por oposição ao primeiro, foi denominado “científico”, resolve também a contradição precedente, teorizando a forma partido.

Já afirmamos que por programa entendemos a totalidade da expressão teórica do proletariado, que conhece não apenas a natureza da sociedade atual com sua violenta exploração, mas também a sociedade futura, o comunismo, e os caminhos para alcançá-la.

Programa e teoria não são portanto duas coisas distintas. Para a ideologia burguesa, a “teoria” sempre é algo de contemplativo, uma pura atividade intelectual visando compreender idealmente o movimento das coisas.

3.1.3. Para nós comunistas a teoria, o programa, é antes de tudo fruto e resultado da atividade prática da classe proletária. É somente a classe enquanto classe organizada em partido, que teoriza e conhece seu próprio movimento.

Os conceitos de partido e de programa são organicamente ligados. O ser do partido, sua qualidade, seu conteúdo, sua alma, é a teoria, é o programa comunista. Se sempre afirmamos a necessidade vital do partido de classe, do partido comunista, para dirigir a revolução, não foi em virtude de um fetichismo das formas de organização. Logo após a derrota de 1928 e as desilusões e traições que se seguiram, certas correntes proletárias (comunistas de esquerda holandeses e alemães, por exemplo) teorizavam as causas da falência como provenientes de um excesso de autoritarismo, de uma superestimação do papel do partido, afirmando em seguida que era preciso renunciar ao partido e encontrar uma forma de organização “mais próxima das massas”: o conselho operário (idem para Gramsci na Itália e seu fetichismo pequeno-burguês do conselho de fábrica, terreno em que o proletário sofria inexoravelmente todos os golpes da ofensiva fascista). Esta “nova” teoria não passa de um velho desvio: o anarquismo pequeno-burguês “à la” Proudhon.

Para nós, a revolução não é uma questão de forma de organização, a questão do partido não é uma questão de forma mas de conteúdo. O partido cuja alma é o programa comunista, é o órgão autenticamente revolucionário do proletariado. Mas, dialeticamente, para que este programa se afirme, não como uma pura elaboração teórica, mas como força material, como arma de guerra contra o modo de produção capitalista e seus representantes, é necessário que ele se formalize, encarne-se numa organização que é o partido comunista. Este é efetivamente um órgão que reagrupa, coordena, unifica e organiza todos os momentos da luta do proletariado. Ele é portanto sua expressão mais acabada. Ele recolhe todas as energias revolucionárias da classe e totaliza-as numa unidade que é superior à simples adição numérica destas energias. O que faz o partido, o que define profundamente seu ser, não é o número X de proletários que a ele aderem, nem o que pensa cada um em tal ou tal momento, mas o programa, isto é, a compreensão do eu é o proletariado do que ele será historicamente forçado a fazer.

“Em termos gerais, a tarefa do partido proletário no processo histórico apresenta-se do seguinte modo:

A todo momento, as relações econômicas e sociais do capitalismo são ressentidas como intoleráveis pelos proletários e impulsionam-nos para a tentativa de superá-las.

Através de complexas vicissitudes, as vítimas destas relações são levadas a constatar a insuficiência dos meios individuais nesta luta instintiva contra os sofrimentos e as privações comuns a um grande número de indivíduos e a experimentar formas de ação coletiva para aumentar, pela associação, o peso de sua influência sobre a situação social que lhes foi imposta. Mas a sucessão destas experiências, que marcam todo o desenvolvimento da atual forma social capitalista, conduz à constatação de que os trabalhadores não terão nenhuma influência real sobre sua própria sorte enquanto não tiverem unificado seus esforços acima de todos os limites locais, nacionais e profissionais, enquanto não os tiverem dirigido para um objetivo geral e integral, que concretiza-se na derrubada do poder político da burguesia – pois, enquanto as estruturas políticas atuais permanecerem erigidas, sua função será sempre a de aniquilar todos os esforços da classe operária para livrar-se da exploração.

Os primeiros grupos de proletários que atingem esta consciência são aqueles que intervêm nos movimentos de seus camaradas de classe e que, pela crítica de seus esforços, dos resultados obtidos, dos erros e das decepções, levam um número sempre crescente para o terreno desta luta geral e final, que é uma luta pelo poder, uma luta política, uma luta revolucionária.

Assim aumenta, primeiramente, o número de trabalhadores convencidos de que apenas a luta revolucionária final resolverá o problema de suas condições de vida, ao mesmo tempo em que engrossam as fileiras daqueles que estão dispostos a afrontar as privações e os sacrifícios inevitáveis da luta, encabeçando as massas cujos sofrimentos levam à revolta, a fim de utilizar racionalmente seus esforços e assegurar-lhes uma plena eficiência.

A tarefa insubstituível do partido apresenta-se portanto de duas maneiras: como fato de consciência inicialmente e como fato de vontade em seguida; a primeira maneira traduz-se numa concepção teórica do processo revolucionário, que deve ser comum a todos os aderentes; a segunda, na aceitação de uma disciplina precisa que assegura a coordenação e portanto o sucesso da ação”. (“Partido e Ação de Classe”, in: Rassegna Comunista – 1921)

3.1.4. O programa é portanto, antes de tudo, impessoal; ele é verdadeiramente a expressão unitária dos interesses e da luta histórica de uma classe e não de um ou mais indivíduos. É por isso que nossa teoria não pode definir-se senão como teoria do partido. A consciência de seus objetivos históricos, possuída pela classe em seu conjunto, não nasce por agregação sucessiva das consciências particulares das diversas moléculas humanas, terminando por fornecer uma visão de conjunto.,

A consciência do proletariado, isto é, seu programa forjado nas lutas, consegue de chofre elevar-se a um nível que o indivíduo por si só jamais alcançará. O indivíduo não passa de um produto alienado da ruptura de todos os laços comunitários e, totalmente separado de seu ser humano, na sociedade capitalista, completamente determinado e submerso pelas categorias da sociedade burguesa. Por si mesmo, o indivíduo não superará jamais o horizonte limitado da oficina, da fábrica, da região, da nação. É justamente esta

fraqueza inerente ao indivíduo, agindo quotidianamente e segundo condições que o dominam sem que as compreenda, que faz, dialeticamente, a força da classe.

Isolados, divididos pela concorrência, os operários não têm outro recurso senão unir-se para – em primeiro lugar – defenderem seus interesses frente aos avanços da burguesia. Mas é preciso mais que isto; é necessário que a classe constitua um órgão capaz de superar seus interesses imediatos para fazer valer seus interesses históricos: o partido.²

Da fusão dos esforços individuais e coletivos de gerações sucessivas de operários nasce portanto uma força coletiva, superior, exprimindo o ser da classe: o programa. Este não pode ter ligação com nenhum nome. Frente àqueles que gagarejam-se com os termos “marxismo”, “marxismo-leninismo”, etc., para afirmar na maioria das vezes que é preciso enriquecê-lo e superá-lo, nós opomos o anonimato e a impessoalidade do nosso programa comunista invariante, afirmando que Marx (entre outros) foi durante toda sua vida apenas o brilhante teórico do partido, que não exprimia uma visão pessoal, mas o programa de classe.

Isto relaciona-se para nós com outro ponto vital para a compreensão do nosso programa: este não pertence a uma determinada geração de proletários, mas é o fruto das lutas apaixonadas da classe operária. O ser da classe proletária não se modifica a todo instante, ele permaneceu fundamentalmente o mesmo desde que surgiram na história estes “proletários modernos” dos quais fala o Manifesto, estes coveiros da sociedade burguesa. O que une os canutos franceses de 1830, os tecelões alemães de 1844, os revolucionários da Comuna de Paris, os operários bolcheviques, os spartaquistas alemães, os combatentes da “semana sangrenta” de Buenos Aires de 1919, os trabalhadores de Changai de 1927, é o fato de pertencerem, além das gerações sucessivas, a uma mesma classe, que possui os mesmos interesses históricos, o mesmo objetivo e o mesmo programa. Quem quer que ouse hoje em dia – sobretudo tratando-se de um intelectual recém-saído de uma universidade – afirmar que este programa está superado e que deve-se modificá-lo em qualquer uma de suas partes, afrontará não apenas a cólera dos vivos, mas também a dos mortos, unidos num movimento único de luta contra a sociedade burguesa, movimento que culminará e se completará enfim na revolução comunista em escala mundial. Será então proporcionada a uma dada geração de proletários, em todos os países, a tarefa de realizar o grande objetivo histórico para o qual tenderam todos os esforços de milhões e milhões dos seus, desde que surgiu na história a mais imunda e infame forma de exploração que a humanidade jamais conheceu: o modo de produção capitalista. Quem quer que ouse hoje em dia pretender que esta luta não é mais atual e reivindicar que se decida democraticamente sua modificação,

² É por isso que na perspectiva clássica do comunismo, os sindicatos devem ser submetidos ao partido de classe. Enquanto a classe não tinha sido unificada diretamente pelo capital (o que é realizado com a generalização da fase de submissão real do trabalho ao capital), os sindicatos constituíam, não apenas na luta cotidiana contra o capital, mas também na passagem ao comunismo, uma potente alavanca para unificar o proletariado numa única e grande força coletiva. Com a generalização da fase de submissão real do trabalho ao capital, os sindicatos, totalmente esvaziados de sua substância proletária e integrados no Estado do capital, tornaram-se definitivamente uma força contra-revolucionária. É ao partido de classe que caberá a tarefa de dirigir as lutas imediatas da classe operária. Chocando-se desde hoje contra os sindicatos integrados ao Estado, o proletariado deverá obrigatoriamente destruí-los amanhã pela força, do mesmo modo que qualquer outro órgão do Estado burguês

terá que se afrontar com a mais evidente das constatações da unidade e da invariância do programa comunista: os mortos não votam.

3.1.5. Impessoal, o programa comunista é também fundamentalmente caracterizado por seu caráter invariante. Como vimos, as formas teóricas pelas quais exprimem-se os interesses das classes em luta, não surgem a qualquer momento e em qualquer lugar, e sobretudo não podem ser modificadas ao sabor dos acontecimentos contingentes.

Isto é particularmente correto para o proletariado que é a última classe revolucionária da história e que apresenta portanto a última teoria de classe. Enquanto classe universal, apta a emancipar a humanidade, o proletariado representa portanto os interesses da espécie humana. E este programa não deve ser modificado ao sabor das circunstâncias, mas firmemente defendido e restaurado, para ser reapropriado pelo proletariado e no desenrolar dos próximos afrontamentos revolucionários ser de novo a arma infalível, o “terrível míssil” (Marx), que estilhaçará as últimas fortificações da sociedade burguesa.

3.2. Partido histórico e partido formal

3.2.1. Assim é o programa comunista. Da liquidação do indivíduo efetuada por este programa decorre que o mesmo não pode ser expresso por UM proletário, nem mesmo pela maioria ou pela totalidade dos proletários. Para que ele se exprima é preciso que nasça um órgão que represente a humanidade comunista, os interesses da espécie, um cérebro social que seja a antecipação da comunidade humana (Gemeinwesen). Este órgão é o partido do proletariado, o partido comunista.

“Nós ressentimos o resultado da passividade inconsciente do indivíduo; mas, segundo nosso determinismo, não pretendemos prever e verificar ao nível individual. Nós o colocamos em evidência no campo social com a análise histórica (e econômica), e não excluimos que a regra geral seja contrariada em casos particulares muito variados, nem que isto vem há a denegrir a nossa teoria. Não procuramos a prova do determinismo nas opiniões que jazem na cabeça dos homens tomados um a um, nem sua ruptura na vontade consciente e na iniciativa de ações pessoais, pequenas ou grandes. Todavia a ruptura ocorre e, em geral, na história, sua consciência teórica sempre seguiu sua efetivação nos fatos. A ruptura que se seguirá ao determinismo da época burguesa, que faz com que as vítimas do sistema pensem segundo sua ideologia, virá, mas pela primeira vez na história (e não por efeito inato no ato criativo divino ou na imanência da idéia) – e nisto reside a “inversão da praxis” - com a aparição de um sujeito consciente, que quer e que age segundo sua própria iniciativa, que não é uma pessoa, mas o partido revolucionário. Este exprime a organização da classe proletária moderna, mas, mais do que representá-la num sentido burguês de delegação democrática, ele representa-a no seu programa e na sua futura realização; ele representa a sociedade comunista de amanhã, e é o sentido do salto (Marx-Engels) do regime da necessidade ao da liberdade, que não é cumprido pelo homem face à sociedade, mas pela espécie humana face à natureza”. (“Il Programma Comunista”, no. 22/23, 1958).

3.2.2. O que caracteriza os comunistas é que eles têm “sobre o resto do proletariado a vantagem de uma clara inteligência das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário”, segundo as palavras do Manifesto de 1848.

A defesa do programa comunista, ao longo do ciclo infame da civilização burguesa, só pode ser garantida por um órgão impessoal: o partido comunista.

Todavia o proletariado só constitui formalmente seu partido, só dispõe de sua organização em momentos bem precisos do curso histórico, quando inicia-se um período revolucionário, um curso de ascenso à revolução.

Aí então, as circunstâncias históricas impõem ao proletariado dotar-se novamente de seu órgão de guerra: o partido. Apenas nestes momentos fulgurantes oferece-se ao proletariado a possibilidade de agir enquanto classe e de inverter o curso histórico. E se ele não consegue então alcançar a vitória, e se o curso da contra-revolução predomina, o proletariado perde obrigatoriamente sua organização de classe, do mesmo modo que um exército derrotado é desmantelado e desarmado pelo campo vencedor.

Não faltam exemplos históricos de organizações do proletariado (conforme parte II – Breves Notas sobre a História do Movimento Comunista) que, tendo cumprido sua tarefa e tendo-se chocado com a ofensiva irreduzível da contra-revolução, deixaram de desempenhar um papel de órgão de luta do proletariado (Internacional Comunista após 1928), ou simplesmente deixaram de existir (Liga dos Comunistas depois de 1852, AIT depois de 1872).

Para julgar a continuidade e a unidade de sua obra histórica, os comunistas não se referem apenas à história tormentosa dos partidos formais mas à trajetória do partido histórico.

O que se mantém através do partido histórico é programa comunista invariante. A partir do momento em que o proletariado sofre uma derrota grave e duradoura (período de contra-revolução), os comunistas não podem mais, por meio de uma atividade de agitação, de organização, etc., influir sobre a situação, reverter o curso histórico desfavorável. Isto é uma ação voluntarista e todas as experiências passadas provam que a termo acaba-se por abandonar todas as posições de classe, no afã de conquistar um proletariado inteiramente submetido, de modo temporário, à ditadura e à ideologia do capital; esquecendo-se que é apenas nos rasgos das crises e das lutas do proletariado contra o capital, que os proletários estão em condições de reapropriar-se do seu programa; de fazerem-se uma força material agitante.

Vimos muito bem, no desenrolar da última (e ainda presente) vaga contra-revolucionária, que só não foram varridos pela tormenta aqueles que tinham compreendido a impossibilidade e a inutilidade de se tentar influenciar um curso contra-revolucionário tornado irreversível após 1928., Eles compreenderam que era necessário voltar às posições autenticamente revolucionárias e traçar um balanço do período encerrado. Apenas a este preço é que mesmo as derrotas sociais e políticas mais sangrentas podem tornar-se vitórias teóricas e confirmar integralmente a teoria comunista.

3.2.3. A principal tarefa dos comunistas, em período de contra-revolução (sobretudo quando prolonga-se por 50 anos, como este que estamos atravessando), é portanto a defesa integral do ser do partido, seu programa, mesmo se o partido formal desapareceu. O que manifesta-se nos períodos de revolução, assim como nos de recuo, é a continuidade e a invariância do nosso ser, é a afirmação de nosso “programa-partido” na sua ampla acepção histórica. Não é portanto contraditório, para os comunistas, retirar-se da atividade pública, com a condição de que isto seja feito para dedicar-se a um árduo trabalho de restauração da teoria, de defesa intransigente do programa, a fim de que este seja preservado, preparando assim a futura retomada revolucionária.

“Devo dizer-te, inicialmente, que desde 1851 não tive mais a menor relação com nenhuma das sociedades operárias públicas (mesmo aquelas ditas comunistas). Os únicos operários com quem encontro-me são 20 a 30 homens selecionados, aos quais faço privadamente exposições de economia política.” (Marx a F. Lassale – 6/11/1859)

Pode ocorrer que um pequeno grupo de homens ou mesmo um “indivíduo” exprima esta continuidade mais corretamente que outros, mas isto não se deve às suas capacidades pessoais (seu “gênio”, como dizem os burgueses), mas unicamente à fidelidade deste pequeno grupo de homens ao programa invariante. Mesmo nos períodos da mais profunda apatia da classe operária, Marx tinha o direito de dizer: “Engels e eu formamos a vanguarda do proletariado mundial”. Só quem vive de esmolas é modesto, dizia Goethe e só um imbecil pode ver nesta afirmação de Marx uma presunção individual. Não é o cidadão, o indivíduo Marx que exprimiu-se desta forma, mas o que os comunistas da época e nós mesmos chamamos de “partido Marx”. Nos períodos de recuo, Marx e Engels insistiam no fato de que a manutenção artificial de uma organização formal, uma vez destruídas as condições reais do seu surgimento, podia inclusive tornar-se um entrave à continuidade do programa e do partido histórico, com os revolucionários esgotando suas energias numa vã tentativa de querer modificar o curso do movimento real.

“A ação internacional das classes operárias não depende de modo algum da existência da AIT. Esta foi apenas a primeira tentativa de dotá-la de um órgão central; tentativa que, pela impulsão que forneceu, teve resultados duráveis, mas que, sob sua primeira forma histórica não podia sobreviver muito tempo após a queda da Comuna da Paris.” (Marx – “Crítica do Programa de Gotha”)

Durante estes períodos, Marx e Engels utilizavam suas energias militantes para precisar certos pontos do programa, para defendê-lo.

“Gostaria de dizer-te inicialmente que, após a dissolução da Liga sob minha solicitação, em novembro de 1852, não pertenci – nem pertenço – a nenhuma organização secreta ou pública; ou seja, o partido no sentido absolutamente efêmero do termo, deixou de existir, para mim, há oito anos (...).

Eu tinha a firme convicção de que meus trabalhos teóricos serviam mais à classe operária de que minha adesão a associações que já cumpriram seu papel no continente. Por

isso fui atacado, inúmeras vezes, senão abertamente, pelo menos de uma maneira declarada, por causa de minha “inatividade”(...)

Conseqüentemente, do “partido” de que me falas na tua carta, nada mais sei desde 1852. Se tu és um poeta, eu sou um crítico e as experiências feitas de 1849 a 1852 me bastaram amplamente. Tanto a Liga, quanto a “Société des Saison” de Paris e outra centena de organizações, foram apenas um episódio na história do partido, que nasce espontaneamente do solo da sociedade moderna. (...) Expressar abertamente minha opinião, que espero que você compartilhe no essencial. Além disso, tentei eliminar o mal-entendido que procura entender por “partido” uma Liga morta há oito anos, ou uma redação de jornal dissolvida há doze anos. Quando falo entretanto de partido, entendo o partido no seu amplo sentido histórico.” (Marx a Freiligrath - 29/2/1860)

3.2.4. – Portanto, a necessidade de se precisar certos pontos do programa significa precisar melhor o curso revolucionário geral organicamente ligado ao objetivo: o comunismo. Assim, contrariamente aos utopistas e burgueses, desde 1848 a teoria proletária encontra na previsão a mediação necessária que introduz em permanência o objetivo no seio da existência imediata da classe proletária, por meio do partido.

Conforme o método dialético, segundo o qual o conhecimento das formas mais desenvolvidas permite a compreensão das formas inferiores, é colocando-se no terreno do comunismo, da destruição do modo de produção capitalista, em suma, da classe proletária enquanto negação do capital, que o partido comunista conduz sua crítica do modo de produção capitalista e das formas sociais que o precederam. Aí reside a força do programa comunista, na sua capacidade de conhecer antecipadamente e de descrever o objetivo final do movimento proletário e, ligando dialeticamente este objetivo ao próprio movimento, prever o curso integral do modo de produção capitalista e os meios necessários à destruição do capital.

O fato do modo de produção capitalista conhecer duas fases históricas não exprime uma mudança de sua natureza mas, ao contrário, sua realização. Sempre afirmamos que é um erro caracterizar uma ruptura rígida entre as duas fases (fase de submissão formal do trabalho ao capital e fase de submissão real do trabalho ao capital), que são de fato dois momentos da vida de um mesmo ser, o capital. Este não conhece, portanto, duas formas antagônicas mas um único desenvolvimento em duas fases que se caracteriza pela predominância qualitativa de uma forma de submissão do trabalho ao capital, ou de outra.

“Se considerarmos à parte cada uma das formas da mais-valia, absoluta e relativa, a cada mais-valia absoluta sempre antecede à da mais-valia relativa. Mas estas duas formas da mais-valia correspondem duas formas distintas de submissão do trabalho ao capital, ou duas formas distintas de produção capitalista, a primeira sempre abrindo caminho à segunda, embora esta última, que é a mais desenvolvida das duas possa seguir constituir, por sua vez, a base para a introdução da primeira em novos ramos de produção”. (Marx – “Um capítulo inédito do Capital”)

Isto implica que não há modificação dos princípios comunistas em ambas as fases. Periodizar o capital permite precisar mais rigorosamente os seus diferentes aspectos num tempo e espaço determinados, permite a compreensão dialética do Modo de Produção Capitalista em seu movimento, de seu nascimento à sua morte na revolução comunista. Por conseguinte, a importância da previsão do curso integral do Modo de Produção Capitalista para o partido revolucionário é que ela assegura, dialeticamente, a ligação entre o objetivo e o movimento. É apenas graças à previsão geral do curso histórico que se pode fundamentar a ação revolucionária do modo firme e seguro, sem que ela seja efetuada a cada dia em função das reviravoltas da situação e da sucessão fortuita de acontecimentos imprevistos. O que permite ao partido não permanecer imobilizado na realidade imediata, é sua capacidade de prever os diversos momentos do curso histórico, sejam eles favoráveis ou não ao proletariado.

Neste último caso, o partido demonstra e demonstrou sua capacidade de conhecimento dos obstáculos encontrados pelo proletariado. O que pode ser dito de outro modo quando afirma-se que a teoria comunista também é uma teoria das contra-revoluções. Integrar a compreensão do curso contra-revolucionário, quando este inaugura-se, é assegurar o reforço do programa comunista, permitir às parcas forças não atingidas pela derrota de preservarem-se e manterem-se no único terreno da defesa do comunismo, fora de qualquer ativismo e imediatismo.

Mas, isto apenas pode ser feito – e sem isto a melhor atividade teórica seria apenas um trabalho de erudição intelectual – ligado organicamente ao próximo ciclo revolucionário. E o partido tira sua força não apenas do fato de ligar-se à revolução a vir, mas porque sabe inserir-se na totalidade do arco histórico do comunismo, unindo entre elas todas as gerações do proletariado revolucionário. É em nome destas, isto é, das gerações passadas e futuras que os vivos executam a sentença da história. O partido – na sua ampla aceção histórica – deve saber prever onde e quando as condições históricas estarão novamente reunidas para que o proletariado oponha, na luta de classes, sua solução revolucionária frente ao capital, seu Estado, seus partidos, seus sindicatos.

É portanto da sociedade comunista, cujas premissas e bases materiais já estão presentes nos flancos da antiga sociedade, que a teoria revolucionária tira toda sua potência e sua força. Ela apenas pode reencontrar-se no labirinto da história. Ela é a bússola que indica sempre o norte revolucionário, para o qual orienta-se o proletariado que não renunciou a perder suas correntes. Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário. Sem previsão não há partido revolucionário. É da comunidade humana a vir, comunidade para a qual tende o desenvolvimento da espécie humana e, da qual, a mesma deverá forçosamente reapropriar-se para não perecer, que o partido comunista tira suas características fundamentais.

3.2.5. A Esquerda comunista da Itália soube insistir na distinção, já exposta por Marx, entre partido histórico e partido formal. Mas esta distinção não pode, de modo algum, corresponder a uma escolha à qual os militantes confrontar-se-iam livremente a todo momento, e em qualquer período histórico.

É a própria derrota que impõe aos comunistas o recolhimento à exclusiva atividade teórica de restauração do programa, e o fato de não procurar reanimar organizações moribundas, esvaziadas de qualquer conteúdo proletário pelo próprio movimento da história.

O que afirmamos através desta dialética partido formal/partido histórico, não é uma oposição entre dois momentos da vida do proletariado, mas, pelo contrário, a profunda continuidade que manifesta-se como permanência e invariância do programa comunista.

É apenas com a reapropriação do seu programa, pela classe revolucionária, que a unidade entre forma (partido) e conteúdo (programa) se realizará novamente, ou seja, o partido histórico se reformulará na luta. O partido-programa foi produzido num dado momento da luta da humanidade. A organização proletária só pode desenvolver-se com uma certa amplitude da luta de classes, isto é, com o reencontro da classe com seu programa. Em outros termos, o partido não se forma pela vontade direta dos homens. Ele recria-se em períodos determinados, quando os proletários do mundo inteiro reapropriam-se de seu programa de classe, impessoal, invariante e internacional.

3.3. Comunismo contra democracia.

3.3.1. De tudo que dissemos anteriormente de nosso programa comunista, depende-se uma característica essencial: o partido de classe não é organizado democraticamente. Ele é movido pela soma das decisões e opiniões individuais da maioria dos seus membros, mas pela linha invariante do programa comunista. Este é quem determina o ser do partido e também seu modo de vida, o centralismo orgânico.

“O critério democrático é para nós, até aqui, um elemento material e acidental na construção de nossa organização interna e na formulação de nossos estatutos de partido: ele não é a plataforma indispensável. É por isso que, quanto a nós, não exigiremos em princípio a bem conhecida fórmula organizativa do “centralismo democrático”. A democracia não pode ser para nós um princípio; o centralismo, ele sim indubitavelmente o é, pois as características essenciais da organização do partido devem ser a unidade de estrutura e de movimento. O termo centralismo basta para exprimir a continuidade da estrutura do partido no espaço; e para introduzir a idéia essencial da continuidade no tempo, isto é, a continuidade do objetivo para o qual tende-se a da direção na qual avança-se através de obstáculos sucessivos que devem ser sobrepujados, ou melhor, para ligar numa mesma fórmula essas duas idéias essenciais de unidade, proporemos dizer que o partido comunista funda sua organização no “centralismo orgânico”. (“O Princípio Democrático”, in “Rassegna Comunista”, no. 18, 28/2/1922)

Guiado pela linha histórica do programa, o proletariado não pode acionar a democracia para uso próprio, mas deve destruí-la enquanto forma de organização do governo burguês, da ditadura da burguesia.

3.3.2. Contrariamente às ilusões disseminadas pela burguesia, ao mesmo tempo em que generalizava-se sua dominação de classe, a democracia não é uma forma natural e eterna de relações entre os homens. Ao contrário, os trabalhos dos comunistas sobre as comunidades

primitivas (conf. Engels na “Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Marx nos “Grundrisse”), mostraram que estas não conheciam a democracia, a qual surge simultaneamente com o Estado e com a gênese do indivíduo, separado da comunidade. Todavia a verdadeira realização e generalização da democracia se dá na sociedade burguesa plenamente desenvolvida, quando desapareceu todo resíduo de comunidade humana. É então que pode completar-se a mistificação idealista da democracia, que faz do indivíduo a medida de todas as coisas. Como mostra um texto fundamental da Esquerda da Itália, “O Princípio Democrático”, (1922), fazer do indivíduo a base do movimento histórico é recusar-se, de uma parte, a inseri-lo no todo social e negar portanto a visão clássica do comunismo da divisão da sociedade em classes, em luta umas contra outras; de outra parte, é abraçar a perspectiva idealista que vê, no livre arbítrio o indivíduo, a expressão de uma soberania de que cada homem seria possuidor, independentemente da base material e das condições de vida nas quais evolui.

3.3.3. A democracia é portanto uma ilusão que baseia-se no mito da igualdade entre os indivíduos, tendo como figura central o indivíduo soberano, autônomo e livre. Mas qual é a fonte que possibilita esta ilusão?

Em primeiro lugar, como já dissemos, a dissolução das comunidades primitivas, no curso da qual rompe-se a unidade do indivíduo com o grupo, a tribo, a comuna, etc. Mais profundamente, na raiz de todo este movimento, encontra-se o processo de autonomização do valor. Enquanto o valor de uso – que constituía a base das comunidades primitivas – tem por fundamento a utilidade social da mercadoria e é o resultado do trabalho concreto, o valor é o tempo de trabalho abstrato cristalizado e sua magnitude é igual à quantidade de trabalho abstrato materializado na mercadoria. Desta abstração e do caráter quantitativo da medida dos trabalhos humanos, que completa-se então, surge a figura do indivíduo comerciante, que entra em contato com os membros da sua espécie pela mediação da mercadoria, sobre a base da igualdade abstrata de seus trabalhos. A base das noções de indivíduo e de igualdade – fundamentos da democracia – já está dada em gênero, mas é apenas numa sociedade em que a produção mercantil é generalizada – modo de produção capitalista – que a mistificação inerente a esta relação poderá desenvolver-se plenamente. Nas formas de produção pré-capitalistas, em que a espécie ainda não estava completamente atomizada em indivíduos, a dominação de classe caracterizava-se ainda amplamente enquanto dominação pessoal, como é o caso da Idade Média europeia.

“Ao invés do homem independente, encontramos aqui todos dependentes, servos e senhores, vassallos e suseranos, leigos e clérigos. Esta dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material, quanto todas as outras esferas da vida às quais ela serve de fundamento. Ora, é precisamente porque a sociedade baseia-se sobre a dependência pessoal que todas as relações sociais aparecem como relações entre as pessoas. Os diversos trabalhos e seus produtos não precisam, conseqüentemente, assumir uma figura fantástica, distinta de sua realidade. Eles apresentam-se como serviços, prestações e fornecimentos “in natura”. A forma natural do trabalho, sua particularidade – e não sua generalidade, seu caráter abstrato, como na produção mercantil – também é sua forma social. A corvéia tanto é medida pelo tempo quanto o trabalho que produz mercadorias, mas cada indivíduo sujeito a este tributo sabe muito bem, sem recorrer a Adam Smith,

que é uma quantidade determinada de sua força de trabalho pessoal que ele despense a serviço de seu senhor. O dízimo a ser fornecido ao padre é mais claro que a benção do padre. Portanto, de qualquer modo que se considere as máscaras usadas pelos homens nesta sociedade, as relações sociais das pessoas em seus respectivos trabalhos afirmam-se claramente como suas próprias relações pessoais, ao invés de disfarçar-se em relações sociais das coisas, dos produtos do trabalho”. (Marx – “O Capital”, livro 1, seção 1)

Uma tal sociedade é portanto inapta para representar uma base material adequada ao resplandecimento da mentira democrática. É apenas quando todos os laços comunitários ou de dependência pessoal foram definitivamente rompidos, isto é, quando trata-se de uma sociedade que apresenta-se como (mistificadamente) composta apenas de indivíduos independentes, que entram em contato entre si pela mediação da troca, que pode resplandecer plenamente e erigir-se em doutrina o mito da realidade, da igualdade e da auto-determinação do indivíduo.

“... a troca de valores é a base produtiva real de todas as liberdades e da igualdade. A título de idéias puras, elas são apenas expressões idealizadas; no momento em que elas se desenvolvem em relações jurídicas, políticas e sociais, sua base é a mesma, mudando apenas a sua força, o que de resto foi confirmado pela história”. (Marx – “Grundrisse”)

3.3.4. – Assim, de modo dialético e materialista, explica-se a origem da doutrina burguesa que erige a democracia em princípio eterno e natural da vida da espécie. Enquanto o movimento real não generalizar as condições materiais desta mistificação, esta não pode exprimir-se adequadamente.

“O que impedia Aristóteles de ler na forma valor das mercadorias que todos os trabalhos são expressos aqui como trabalho humano indistinto e conseqüentemente iguais, era que a sociedade grega repousava sobre o trabalho escravo e tinha por base natural a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. O segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, porque enquanto são trabalho humano, só pode ser decifrado quando a idéia da igualdade humana já adquiriu a tenacidade de um dogma popular. Mas isto só ocorre numa sociedade em que a forma mercadoria tornou-se a forma geral dos produtos do trabalho, onde conseqüentemente a relação dos homens entre si como produtores e trocadores de mercadorias é a relação social dominante. O que mostra o gênio de Aristóteles é que ele descobriu na expressão de valor das mercadorias, uma relação de igualdade. Apenas o estágio particular da sociedade em que encontrava-se impediu-o de encontrar qual era o conteúdo real desta relação”. (Marx – “O Capital”, livro 1, seção 1)

É precisamente ao desvendar “o conteúdo real desta relação” que a crítica comunista mostra o conteúdo mistificador e ilusório da democracia, pois “sabe-se que nas profundezas desenvolvem-se outros movimentos em que desaparece esta aparente igualdade e liberdade dos indivíduos” (Marx). O fato, para a teoria comunista, de romper o invólucro mistificador da realidade, leva-a a mostrar quais são as relações reais de classe que

repousam nos fundamentos da sociedade, estilhaçando a ideologia segundo a qual os indivíduos trocam livre e igualitariamente conforme sua livre vontade e sua consciência. O comunismo mostra que não se trata de indivíduos, livres e iguais, mas de duas classes principais e precisas: a classe capitalista e a classe proletária, em que uma explora a outra.

3.3.5. – Tanto quanto a esfera do indivíduo é apta para servir de base à mistificação da igualdade entre os homens, aquela das classes mostra o caráter explorador da troca entre indivíduos na sociedade capitalista.

A dominação da burguesia repousa sobre seu monopólio das condições de produção: meios de produção, meios de subsistência e meios de circulação e distribuição (dinheiro).

Frente a ela, o proletariado é despojado de tudo, sem reserva, dispondo apenas de sua força de trabalho. Esta é a única mercadoria que possui para trocar. A ficção da igualdade jurídica entre burgueses e proletários, exploradores e explorados, não resiste à evidência de que o proletário é forçado a vender sua força de trabalho se não quiser morrer de fome.

“... a própria natureza da troca de mercadorias não impõe nenhuma limitação à jornada de trabalho e ao trabalho extra. O capitalista defende seu direito de comprador, quando procura prolongar esta jornada o máximo possível para fazer dois dias em um só. De outra parte a natureza especial da mercadoria (força de trabalho – NDR) exige que seu consumo pelo comprador não seja ilimitado e o trabalhador defende seu direito de vendedor quando quer restringir a jornada de trabalho a uma duração normalmente determinada. Ocorre então uma antinomia, direto contra direito, os quais portam o certificado da lei que regula a troca de mercadorias. Entre dois direitos iguais quem decide? A força.” (Marx – “O Capital, livro 1)

Se as categorias da circulação, devido ao seu caráter abstrato e mistificado, alimentam a ilusão da igualdade jurídica entre os homens, o mesmo não ocorre quando vislumbramos a situação das classes no seio da produção capitalista em geral.

“A esfera da circulação das mercadorias, onde completam-se a venda e a compra da força de trabalho, é na realidade um verdadeiro Eden dos direitos naturais do homem e do cidadão. O que aí reina com exclusividade é Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois nem o comprador, nem o vendedor de uma mercadoria agem coagidos; ao contrário, eles são determinados apenas pelo livre arbítrio. Assinam um contrato conjuntamente, na qualidade de pessoas livres e possuidoras dos mesmos direitos. O contrato é o livre produto no qual suas vontades adquirem uma expressão jurídica comum. Igualdade! Pois eles entram em contato um com o outro apenas como possuidores de mercadoria e trocam igualmente contra equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas daquilo que lhe pertence. Bentham! Pois para cada um deles trata-se apenas de si mesmo. A única força que coloca-os em presença e em relação é a de seu egoísmo, do seu lucro particular, de seus interesses privados. Cada um por si, ninguém preocupa-se com o

outro, e é precisamente por isso que, em virtude de uma harmonia pré-estabelecida das coisas, ou sob os auspícios de uma providência engenhosa, cada um trabalhando para si, cada um na sua, eles trabalham simultaneamente para a utilidade geral, para o interesse comum.

No momento em que saímos desta esfera da circulação simples que fornece ao livre cambista vulgar suas noções, suas idéias, sua maneira de ver e o critério de seu julgamento sobre o capital e o assalariamento, vemos que parece operar-se uma certa transformação na fisionomia dos personagens de nosso drama. Nosso antigo homem com dinheiro toma a dianteira e, na qualidade de capitalista, avança primeiro; o possuidor da força de trabalho segue-o atrás na qualidade de seu trabalhador; aquele, o olhar safado, com ar de importante e muito ocupado; este, tímido, hesitante, indócil, como alguém que levou sua própria pele ao mercado e só pode esperar uma coisa: ser curtido.” (Marx – “O Capital”, livro 1)

Era necessário mostrar a crítica da democracia em seus fundamentos, na sua base material: produção mercantil generalizada, autonomia do valor, para mostrar que quando os comunistas criticam a democracia, não o fazem de um ponto de vista político, para propor uma forma melhor ou mais adequada de governo dos homens.

3.3.6. Depreende-se portanto de tudo que afirmamos, que a democracia tenta conciliar e mascarar os antagonismos que produzem-se no seio de uma sociedade irreversivelmente cindida em classes sociais distintas, que possuem interesses contraditórios e antagônicos. Ela é portanto uma impossibilidade prática, uma mentira teórica, que oculta e ao mesmo tempo procura conciliar os conflitos de classe. Deste ponto de vista, não se pode separar a questão da democracia daquela do Estado, órgão da classe dirigente, que coloca-se como órgão de toda sociedade. O Estado nasce também da divisão da sociedade em classes e da necessidade de se dispor de um órgão que possa regular os negócios comuns. A classe que domina economicamente a sociedade é também a que exerce o poder político no seio do Estado, simples instrumento de coerção nas mãos da classe dominante. É por isso que Marx e Engels consideravam a república democrática como a forma acabada do Estado burguês, pois o regime da democracia é aquele em que completa-se mais profundamente a mistificação inerente ao Estado capitalista. A democracia é a tentativa de organizar-se os homens em nome de critérios jurídicos abstratos, constituições, etc., - tentativa impossível pois ela precisa fazer abstração da luta de classes. Ela apresenta-se como uma solução constitucional (política, portanto) frente à perda da comunidade. Ora, como Marx mostrou em toda sua obra, o proletariado não deve opor a esta perda uma melhor solução política, mas sim uma solução humana: o comunismo. Daí que todos os debates obscenos sobre como realizar uma “verdadeira” democracia, uma “verdadeira” liberdade, igualdade, etc, não são nossos debates.

Na medida em que Marx diz, em alguns lugares de sua obra, que uma das primeiras tarefas é a de destruir o “monstro hegeliano” (a teoria do Estado ocupa uma grande parte, senão a maior, da obra de Hegel), compreende-se que os textos ditos de “juventude” – primeira tentativa grandiosa de sintetizar as aquisições da luta do proletariado num programa comunista – dão uma grande importância à questão do Estado e da democracia. Na “Crítica do direito hegeliano” (1843), Marx já destrói os próprios postulados do

raciocínio hegeliano, mostrando que nenhuma solução é possível enquanto se permanece no plano burguês do indivíduo, em vez de se ver como a espécie humana move-se na história e resolve praticamente suas contradições.

À Hegel, que coloca como condição do acabamento do Estado político a participação de todos nas tarefas comuns (universais), Marx, constatando sua impossibilidade prática, material, responde:

“O próprio Hegel coloca-se o dilema: ou a sociedade civil burguesa (a maioria, a multidão) toma parte na deliberação e na decisão concernentes aos negócios do Estado na sua universalidade por intermédio de deputados, ou todos os fazem a título de indivíduos singulares. Isto não é a oposição da essência, como Hegel mais adiante tenta apresentar as coisas, mas da existência, e da existência a mais exterior, do número, no qual a razão que o próprio Hegel caracterizou como “exterior”, a maioria dos membros, permanece a melhor razão que vai contra a participação imediata de todos. A questão de saber se a sociedade civil burguesa deve tomar parte do poder legislativo, ou seja, de duas coisas, uma, que ela o faça por intermédio de deputados, ou que, “todos, cada um individualmente”, imediatamente participem, é uma questão no interior da abstração do Estado político, ou no interior do Estado político abstrato. É uma questão política abstrata.” (Marx, “Crítica do direito hegeliano”)

O caráter mistificador da democracia explode quando vemos como se efetua na prática a “soberania” do indivíduo. O drama do pensamento burguês é procurar melhores formas de organização, para permitir ao indivíduo uma participação sempre mais soberana e livre nos negócios da sociedade, na gestão do Estado, etc. Mas, por trás do mito do indivíduo, estão de fato forças sociais que agem no seio da sociedade. Para a burguesia, não se trata, portanto, de outra coisa senão de encontrar a melhor fórmula no interior da esfera política, isto é, fora da vida real. Esta abstração, que caracteriza a política e a democracia burguesas explica que todos os problemas sejam encarados sob o ângulo da quantidade. O que Marx critica é o aspecto quantitativo da democracia, que considera unicamente o indivíduo na sua singularidade, o indivíduo da sociedade burguesa, atomizado, cortado da comunidade; que considera mecanicamente o todo como a soma das diversas esferas particulares. É no voto, com o sufrágio universal, que a democracia mostra plenamente seu caráter quantitativo, incapaz de integrar o menor fator qualitativo: “a democracia é o reino da quantidade, eternamente impotente a se tornar qualidade”. (Bordiga) A teoria burguesa é vítima de seu próprio idealismo, de sua própria mistificação.

3.3.7. Marx mostra que a questão das relações entre indivíduo e espécie – que apenas será resolvida no comunismo - , é posta por Hegel (pela burguesia) sob um ângulo exclusivamente político, é específica da sociedade burguesa.

“Tomar parte nos negócios do Estado e tomar parte no Estado são portanto a mesma coisa. Que, por conseguinte, um membro do Estado, uma parte do Estado tome parte do Estado e que esta participação só possa aparecer como consulta ou decisão, ou formas assemelhadas, que por conseguinte todo membro do Estado participe da consulta e da decisão (caso estas funções sejam compreendidas

enquanto as funções da participação real do Estado) , é uma tautologia. Se, por conseguinte, trata-se dos membros reais do Estado, não se pode discutir esta participação quanto ao modo do dever ser. Neste caso, tratar-se-ia muito mais de sujeitos que devem ser, ao que se diz, os membros do Estado e querem sê-lo mas não o são realmente.

Se, por outro lado, trata-se de negócios determinados, de um ato singular do Estado, fica claro uma vez mais que não são todos singularmente que o cumprirão. Senão o singular seria a verdadeira sociedade, tornando supérflua a sociedade. Seria preciso que o indivíduo tudo fizesse ao mesmo tempo, enquanto que a sociedade faz os outros trabalharem para ele tanto quanto ela o faz trabalhar para os outros. A questão de saber se todos singularmente devem tomar parte da “consulta e da decisão relativas aos negócios universais do Estado”, é uma questão que resulta da separação do Estado político em relação à sociedade civil burguesa”. (Marx – “Crítica do direito hegeliano”)

Fundada sobre esta separação, a exigência democrática é contraditória. Ela desejaria que sobre esta base dualista não se estivesse às voltas com uma dualidade. Ela quer o Estado (a democracia é a forma mais acabada do Estado), mas sem a dualidade que lhe é inerente, sem a obrigatória separação em relação à sociedade civil, sem a cisão entre o homem e o cidadão. Ora, ou esta separação existe e, neste caso, é preciso uma representação do homem no Estado político, o que significa que o indivíduo singular não participa enquanto tal dos negócios do Estado; ou esta separação não existe e, neste caso, esvanecem-se a base da contradição e a necessidade de uma representação individual.

Aprisionado na esfera do indivíduo, o pensamento burguês é incapaz de apreender a totalidade como todo orgânico representando MAIS que a soma das partes que o compõem. O que forma o todo, para ele, é a simples justaposição das unidades particulares. Onde, o todo será tanto mais real, tanto mais adequado, se ele reunir o maior número dessas singularidades. Serão, portanto, simples variações quantitativas que decidirão o acabamento ou não da democracia.

Considerando o homem como um ser social, o comunismo não coloca o problema da ação individual sob o ângulo da livre determinação do indivíduo soberano, mas como participação às tarefas da coletividade, como inserção do indivíduo no Todo. No comunismo, todos os homens individualmente não terão todos os talentos, pois senão a necessidade da sociedade desapareceria, mas o acabamento do ser de cada um far-se-á para e pela totalidade dos homens. É, portanto, somente pela integração dos indivíduos no seio do seu Todo, pela abolição do dualismo entre indivíduos e sociedade, entre o homem e o cidadão, etc., que a questão da gestão da sociedade “por todos ou por alguns” será resolvida, pois ela mesma não mais se colocará. Na Gemeinwesen comunista, o ser coletivo não se autonomiza mais sob a forma ilusória do Estado. Não há mais necessidade de uma mediação exterior ao ser humano para unir os homens, pois sua união se faz pela mediação de sua própria práxis. A espécie humana decide organicamente sobre seu destino e cada um encontra na comunidade o espelho de sua própria existência. Não se trata, por conseguinte, de uma solução política (parcial), mas de uma solução humana.

3.3.8. – Para realizar sua tarefa humana, o proletariado, erigido em Partido comunista, terá necessariamente que completar a destruição da democracia, do Estado e de seus órgãos: parlamentos, sindicatos, polícia, etc. Ou seja, para realizar esta tarefa, a solução dos comunistas é a revolução comunista, a destruição do aparelho do Estado burguês e a substituição deste pelo seu próprio, a fim de exercer sobre as outras classes da sociedade e sobre si mesmo sua ditadura. O Estado (quer dizer, a democracia) e a democracia, (quer dizer, o Estado) são na sociedade capitalista, a organização da violência burguesa relativamente à classe proletária. O exercício da ditadura e do terror vermelho não pode fazer-se sem que esta organização seja arrebatada pelo proletariado e substituída pelo seu próprio aparelho coercitivo: o Estado proletário. Este, que não é mais do que a ditadura revolucionária do proletariado, assegura a dominação política do proletariado sobre a sociedade, enquanto dura a transformação revolucionária da sociedade capitalista em sociedade comunista.

“Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista, coloca-se o período de transformação revolucionária daquela nesta, a que corresponde um período de transição política onde o Estado não poderia ser outra coisa senão a ditadura revolucionária do proletariado”. (Marx, “Crítica do programa de Gotha”)

Erigido portanto em classe dominante, o proletariado permanece sob a direção do partido de classe o qual, enquanto portador do programa, fornece aos organismos da ditadura do proletariado (soviets, por exemplo) seu conteúdo revolucionário.

A ditadura do proletariado é, por conseguinte, inseparável da ditadura do partido. Para vencer, o partido deve organizar os proletários num exército vermelho. Não se trata de um “exército” no sentido entendido pela burguesia, que emprega, para defender seus interesses, mercenários que não têm outro motivo senão o dinheiro ou a submissão para participar desta defesa. Os proletários não têm outro motivo que o comunismo para organizar-se militarmente. E o fazem no seio de uma organização centralizada, hierarquizada e disciplinada, organicamente ligada ao seu programa. Com efeito, este exército vermelho já é a negação do exército no sentido burguês do termo, pois hierarquia, disciplina e centralização são voluntariamente aceitos, conforme o objetivo histórico da classe. O proletariado possui sua teoria militar específica, distinta e crítica em relação à arte militar burguesa.

A subestimação da potência do inimigo e a negação da necessidade de um exército vermelho proletário nada mais são do que a negação do programa comunista da revolução, da violência e do terror. Enquanto a ditadura do proletariado ainda não se estendeu às principais metrópoles capitalistas e ainda não sufocou as veleidades da resistência da classe capitalista e das forças sociais que se opõem à revolução proletária, o comunismo não pode se desenvolver livremente. O proletariado deve, portanto, lutar contra a reação capitalista e, para tanto, deve conduzir resolutamente guerras civis e guerras revolucionárias em escala internacional.

A visão segundo a qual o fenômeno revolucionário se manifestará por toda a parte e no mesmo momento com o mesmo grau de pureza é falsa e infantil, assim como é falso apresentar mecanicamente a unidade de revolução mundial como a adição de diferentes

situações revolucionárias, representando diferentes graus de maturação espalhados no tempo e no espaço. O poder proletário que se estabelece numa zona geo-social dada toma imediatamente, além das medidas que visam estender reforçar o fenômeno revolucionário, medidas tendendo a facilitar a instauração do comunismo. Quanto mais a zona é desenvolvida, mais as medidas tendem rapidamente para o comunismo, a extensão do fenômeno revolucionário permitindo generalizá-las e acabá-las totalmente.

3.3.9. – Ao destruir a velha máquina do Estado (o velho aparelho do Estado) para instaurar a sua própria, o proletário desencadeia o movimento dialético que desemboca na extinção do Estado e no desaparecimento das classes. Mas, para destruir o capital e, portanto, sua comunidade (comunidade do capital), é necessário atacar o seu fundamento, é necessário destruir o processo de valorização. Com efeito, a destruição do Estado seria insuficiente se o processo capitalista fosse deixado em seu lugar. Neste caso, chegaria um momento em que o processo de valorização exerceria uma pressão que favoreceria o ressurgimento de forças anti-proletárias, minando e ameaçando varrer o poder do Estado proletário.

Desse modo, a ditadura do proletariado, para atingir o objetivo de extinção do Estado e do desaparecimento das classes, impõe uma série de medidas necessárias para destruir a influência política, social e econômica do modo de produção capitalista. Se a revolução comunista não conseguisse de chofre, melhorar globalmente as condições de vida dos operários, ele seria incapaz de assegurar seus próprios fundamentos. Tais medidas devem ser detalhadas pelo programa comunista bem antes que se coloque o problema de sua aplicação.

Do mesmo modo, deve-se considerar a ditadura do proletariado e as medidas que ele tomará numa dinâmica mundial – o comunismo é um fenômeno mundial e não nacional -, e não de um ponto de vista estático e geograficamente limitado. Assim, segundo o grau de desenvolvimento capitalista, as medidas de ditadura são diferentes, embora sejam dirigidas para um mesmo objetivo: a instauração do comunismo.

3.3.10. A revolução comunista, erigindo um novo poder de Estado para facilitar a emergência da sociedade nova a partir das entranhas da velha é, ao mesmo tempo, uma revolução dirigida contra o Estado. Por conseguinte, o Estado proletário não é um Estado no sentido tradicional do termo. Desde sua aparição ele não é mais do que um semi-Estado. De uma parte, sua administração, sua organização é confiada às grandes massas da população trabalhadora; seus mecanismos, seu funcionamento são simplificados ao extremo, ao ponto em que, mesmo sobre a base da precária instrução fornecida à classe operária e a seus filhos por seus mestres capitalistas, cada proletário pode tomar parte na direção do Estado. Para tanto, medidas essenciais devem ser tomadas imediatamente:

- supressão da burocracia, do funcionamento permanente “colocado acima da sociedade” (Engels).

Donde, entre outras medidas:

- rotatividade das tarefas; eleição dos “funcionários” pelos órgãos do poder proletário; não distinção no nível de vida entre “funcionários” e operários; supressão dos títulos, encargos, carreiras, etc.

- ab-rogação das principais leis do Estado burguês.

Tudo isso implica que os proletários dedicam uma parte de seu tempo de trabalho ao aprendizado do Estado e de suas funções.

De outra parte, devem ser tomadas outras medidas visando o desmantelamento do Estado burguês e a ereção do Estado proletário, tais como:

- supressão do exército permanente, da polícia, dos tribunais. Desarmamento da burguesia. Constituição do exército vermelho, armamento e treinamento do proletariado, criação de milícias proletárias. Desenvolvimento da produção de guerra. Constituição de tribunais revolucionários.
- Interdição de todos os partidos políticos, sindicatos, ligas privadas, associações, etc...
- Fusão dos poderes executivo, legislativo e judiciário no seio do Estado proletário.
- Medidas tendendo a favorecer o desenvolvimento da criatividade e da expressão do proletariado.
- Destruição dos principais edifícios e símbolos políticos e ideológicos da classe capitalista.

O proletariado deve servir-se de seu Estado (que como todo Estado é um “poder especial de repressão” – Lenine) para sufocar as antigas classes dominantes e as forças que se opõem à revolução e, igualmente, para exercer sua ditadura sobre as forças produtivas e reorientá-las de modo a assegurar a emergência do comunismo.

- Expropriação da burguesia e da grande propriedade fundiária.
- Socialização dos meios de produção e de troca.
- Medidas tendendo à abolição do salariado e a instituição do bônus de trabalho. O bônus de trabalho não é dinheiro. Ele não circula. Com ele, pode-se apenas efetuar um único ato: contra uma quantidade de trabalho dada, obtém-se uma quantidade dada de produtos. Ele não pode, portanto, tornar-se equivalente geral. Assim bloqueia-se definitivamente qualquer ressurgimento do modo de autonomização do valor). Para tanto, o proletariado utiliza todos os elementos fornecidos pela própria sociedade burguesa, por exemplo, o desenvolvimento dos bancos , etc.
- Medidas visando à eliminação de qualquer caráter mercantil de produção.
- Reorganização de produção. Levantamento e repartição de todas as atividades produtivas.
- Instalação de um plano de consumo humano, reconvertendo e repartindo as forças produtivas universais.

- Ruptura dos limites nacionais e da empresa. Destruição da empresa, célula de base do modo de produção capitalista.

- Desenvolvimento e mecanização da agricultura. Aumento da força de trabalho destinada ao uso nesta esfera. Planificação demográfica e medidas visando à reconciliação da cidade e do campo.

- Para não cair na lógica capitalista do mínimo de esforços para o máximo de resultados, o proletariado não hesitará, sobre a base herdada da produção capitalista, em aumentar os custos de produção. Assim, enquanto durar a transformação completa da técnica e da tecnologia especificamente capitalista, que não permite a liberação total das forças produtivas, o proletariado deverá romper com as antigas cadências da produção e a produtividade inumana do modo de produção capitalista. Isto não impede a redução do tempo de trabalho. Supressão das atividades anti-sociais. Obrigação do trabalho para todos os membros da sociedade. Generalização do trabalho manual. Desenvolvimento da automação, muito particularmente para as tarefas penosas e perigosas.

- Interdição do trabalho noturno.

- Socialização das tarefas domésticas: trabalhos domésticos, educação das crianças, a fim de suprimir a escravidão das mulheres, cuja emancipação completa é impossível sem a desaparecimento da família.

- Generalização máxima da gratuidade: refeições, serviços coletivos, saúde, transportes, aluguéis, etc.

- Requisição e expropriação das moradias da burguesia. Redistribuição das moradias.

- Paralisação da construção nas grandes cidades.

- Criação de infra-estruturas coletivas próprias à instauração das formas de vida comunitárias.

- Interdição da circulação automobilística nas grandes cidades.

- Medidas visando à reconciliação do trabalho manual e intelectual, e a suprimir a divisão social do trabalho.

- Medidas tendendo a uma educação combinando as atividades intelectuais, manuais e físicas.

A ditadura do proletariado conhece a generalização da condição de proletário no conjunto da sociedade. Ela é a forma inicial fundamental que assume a negação das classes, o objetivo final da revolução comunista. Todavia, enquanto medida transitória, trata-se de uma negação ainda negativa da sociedade de classes. A negação será verdadeiramente completada quando a comunidade humana estiver totalmente acabada. Mas, desde então, com a obrigação do trabalho produtivo para todos os membros da sociedade, a natureza

genérica da espécie humana se reafirma; a partir de então, ela não é mais mascarada pela mistificação salarial. Realizou-se aqui, portanto, um primeiro passo para que a espécie humana afirme-se diretamente na sua atividade produtiva, atividade vivificante e não alienante do homem. Mas para realizá-la completamente, é necessário destruir radicalmente o valor, extirpar completamente as raízes do MPC.

3.4. O partido como prefiguração da sociedade futura.

3.4.1. Na noção de partido-programa, partido histórico, está contida a do partido enquanto prefiguração da comunidade do ser humano. O partido já antecipa-se em relação à sociedade de amanhã: ele é um ser social, isto é, não uma soma de indivíduos mas uma coletividade atuante, dotada de uma consciência, de uma vontade e de um programa que permite-lhe dirigir, ao mesmo tempo, seu destino e o da espécie humana.

O partido afirma este ser humano em oposição ao capital. Ele é um órgão de luta e seria errado pensar naquela prefiguração enquanto uma realização, vendo portanto no partido um cenáculo em que alguns iniciados gozariam das alegrias do ser humano. Engels ridicularizava os anarquistas de Sonvilier (Suíça), que queriam fazer da organização a perfeita realização da sociedade futura, ou seja, suprimir todos os aspectos formais da organização: hierarquia, autoridade, disciplina, etc. Lembrando que uma revolução é a coisa mais autoritária que existe, Engels mostrava como esta autoridade é uma necessidade, desde que se conceba o partido como órgão de luta do proletariado contra o capital.

É necessário que o programa imponha-se à espécie por uma revolução. Daí a necessidade de uma organização, isto é, de uma formalização. Toda a questão da unidade partido formal/partido histórico é portanto a questão da unidade partido-organização/partido-programa.

Enquanto órgão de luta, o partido deve constituir sua organização com tudo o que isto implica como características formais: hierarquia, disciplina, organização militar, trabalho ilegal, trabalho clandestino, etc.

3.4.2. O programa comunista, elaborado pela classe que abole todas as outras classes, coincide com os interesses da espécie humana inteira, ameaçada de destruição pelo capital. Ele está portanto em condições de ir mais além do que a própria revolução. Como dissemos, o proletariado não tem interesses de classe particular para impor à sociedade, mas deve realizar sua tarefa humana, abolindo o modo de produção capitalista. Descrever a sociedade comunista é portanto ir além da ditadura do proletariado, até a sociedade sem classe, onde o proletariado também desapareceu. E não há contradição nisto. Esta capacidade de descrever o futuro da espécie humana prova justamente que a teoria não permanece presa no imediato da sociedade atual, mas que tira sua existência e sua potência da comunidade humana (*Gemeinwesen*) futura. Isto prova também que a teoria não é apenas uma apropriação negativa do ser humano. Ela pode mostrar como o homem apropriar-se-á positivamente de seu ser humano, uma vez completada a revolução. Ela não diz apenas: eis a comunidade capitalista, destruindo-a nós reencontraremos o ser humano; mas ela precisa igualmente o caráter deste ser humano.

Vimos que Marx caracteriza o proletariado como “a classe que livrou-se realmente do mundo antigo e opõe-se a si mesma simultaneamente.” Ora, tendo-se desembaraçado do mundo antigo o proletariado pode possuir um conhecimento seguro da sociedade futura. Mas opondo-se a este mundo, ele precisa de armas. Os dois aspectos são inseparáveis. O proletariado só se desembaraçará efetivamente do mundo antigo opondo-se a ele e portanto organizando-se contra ele. O partido revolucionário não depende das técnicas e formas de organização burguesas, pois é o programa comunista, enquanto conteúdo que o determina.

O partido desempenha um papel determinante no processo revolucionário. É ele que permite à classe agir enquanto força histórica. Ele dirige a revolução, a ditadura e o terror da classe proletária.

Podemos enunciar, portanto, as seguintes características:

1) O partido deve romper com a sociedade burguesa e sua ideologia, não sendo portanto democraticamente organizado. Ele funciona conforme o centralismo orgânico, pois o programa e a tática foram fixados de modo intangível para sempre e a linha de ação do partido não deve ser submetida a discussão todas as manhãs.

Considerando que o centralismo da organização deve ser orgânico, nós privilegiamos assim o conteúdo do partido, seu ser, seu programa. Esta não depende dos indivíduos, não impõe-se de uma maneira democrática, por cooptação dos membros do partido. Ele impõe-se porque é o produto dos ensinamentos das lutas proletárias e porque foi confirmado pela história.

“O partido não se forma sobre a base da consciência individual: não apenas é impossível que cada proletário alcance a consciência menos ainda o domínio cultural da doutrina de classe, nem mesmo é o caso de cada militante tomado individualmente, e inclusive os chefes não constituem nenhuma garantia a este respeito. Esta garantia só pode residir na unidade orgânica do partido. Do mesmo modo que rejeitamos toda concepção que faz derivar a resolução da ação individual, ou ainda da ação de uma massa de indivíduos não ligados entre si por um tecido organizacional preciso, também rejeitamos aquela que considera o partido como um reagrupamento de sábios indivíduos, esclarecidos ou conscientes: para nós, o partido é um tecido, um sistema cuja função orgânica no seio da classe proletária é de cumprir as tarefas revolucionárias desta sob todos seus aspectos e em todas suas fases sucessivas e complexas.” (“Teses Características do Partido” - 1951)

A aceitação do programa por parte de cada militante portanto, só pode ser total, implicando uma fidelidade e uma disciplina a toda prova. Mas, aqui também não existe medida coercitiva – o que significa, no fim das contas, um procedimento democrático – a ser tomada para fazer respeitar aquela disciplina, pois esta impõe-se com o próprio programa (posição defendida pela Esquerda no seio do Partido Comunista da Itália no debate de 1924 sobre a bolchevização). No que diz respeito à organização interna do partido, nenhum terror disciplinar poderia forçar um indivíduo a aceitar o programa e todas suas conseqüências; de qualquer modo, o partido sabe que os problemas de disciplina estão

primordialmente ligados a uma falta a adesão ao programa (em seu seio) como o centralismo orgânico.

“Em nossa concepção de centralismo orgânico, sempre afirmamos, contra os centristas de Moscou, que na seleção dos membros do partido só existe uma garantia: o partido continua (incessantemente) a gravar de maneira sempre mais clara as linhas diretivas de sua doutrina, de sua ação e de sua tática, por meio de um método único, no espaço e no tempo. Todos aqueles que não se sentem à vontade diante destas disposições podem evidentemente abandonar o partido. Mesmo após a conquista do poder, não se pode conceber a adesão forçada ao partido; é por isso que o terrorismo disciplinar é estranho à justa aceção do centralismo orgânico: tais medidas apenas copiam, até no vocabulário, práticas constitucionais desgastadas pela burguesia (...) Para aquele que deseja aderir, o partido não tem planos constitucionais e jurídicos da sociedade futura a apresentar, pois tais formas são próprias das sociedades de classe e apenas delas. Aquele que, vendo o partido avançar nesta via clara e precisa (...) não se sente ainda numa tal altura histórica, sabe perfeitamente que pode tomar qualquer caminho diferente do nosso”. (“Teses Características do Partido” – 1951)

2) O partido realiza em seu seio a negação do indivíduo burguês, pois ele antecipa-se ao cérebro social que é a Gemeinwesen comunista. O partido detém a verdade de classe e organiza toda ação com relação a esta verdade.

Conseqüentemente, no seio do partido não há lugar para a inovação individual, nem para as opiniões pessoais. Os militantes reúnem sua própria atividade em vista do objetivo que perseguem em comum, sabendo perfeitamente que sempre é a totalidade que determina sua ação. Integrando em seu seio todas as atividades físicas e intelectuais do homem e eliminando suas diferenças, o partido TENDE à realização do homem social.

3) O partido recusa em seu seio todo mercantilismo e carreirismo; ele sabe que seu trabalho só será bem sucedido com a condição de ser duro e penoso. Nós desprezamos as revoluções “fáceis”. A hierarquia do partido nada tem a ver com a hierarquia da sociedade burguesa - compreendendo-se aí SEUS partidos – em que o objetivo reside na satisfação pessoal e na rentabilidade capitalista: máximo de resultados com um mínimo de esforços. No partido comunista, ao contrário, a ligação entre os camaradas, a manifestação destes entre si deve inspirar-se no comentário de Marx sobre o livro de James Mill: toda atividade, toda manifestação, deve ser a satisfação humana por comunicação com o outro e, aqui, com a sociedade comunista.

Nesta sociedade:

“Eu teria a satisfação de ter criado por minha manifestação vital, individual, tua própria manifestação vital, de ter portanto afirmado e realizado diretamente, na minha atividade individual, minha verdadeira essência, meu ser humano, meu ser social”. (Marx – “Manuscritos de 1844)

Os proletários sempre encontraram no seu partido não apenas a arma absoluta contra a sociedade burguesa, mas também a satisfação de uma existência verdadeiramente social e humana.

“Quando os operários comunistas reúnem-se, eles têm por objetivo, primeiramente, a doutrina, a propaganda, etc. Mas ao mesmo tempo eles adquirem com isto uma nova necessidade, a necessidade da sociedade, e o que aparece como meio torna-se objetivo. Podemos observar os mais brilhantes resultados deste movimento prático quando vemos reunidos os operários socialistas franceses. Fumar, beber, comer, etc., aí não são mais meios de união, meios unificadores. A sociedade lhes é suficiente e as reuniões e os divertimentos só visam criar aquela sociedade. Neles a fraternidade humana não é uma frase, mas uma verdade e a nobreza da humanidade brilha em seus rostos endurecidos pelo trabalho.” (Marx – “Manuscritos de 1844)

“Os operários ingleses e franceses formaram associações onde não se contentam apenas em conhecer mutuamente suas necessidades imediatas enquanto operários, mas ainda suas necessidades enquanto homens, sem considerar que aí manifestam também uma consciência muito profunda e muito extensa da força “enorme”, “imensa”, que resulta de sua cooperação”. (Marx – “A Sagrada Família”)

4) O partido abole em seu seio os antagonismos sociais ligados às classes e às diversas categorias no interior da classe operária. Ele submete os trânsfugas do campo burguês ou pequeno-burguês à disciplina de ferro do proletariado, cuja primeira verdade para eles é: submissão TOTAL ao programa proletário, único programa revolucionário. No partido, só se conhece militantes comunistas, independentemente da natureza de suas atividades profissionais ou de suas origens sociais.

“ As descargas de alta tensão que jorraram de nossa dialética ensinaram-nos que o camarada, o militante comunista e revolucionário, é aquele que soube esquecer, renegar, arrancar do espírito e do coração a classificação na qual colocou-o o estado civil desta sociedade em putrefação; aquele que se vê e integra-se na perspectiva milenar que um e os ancestrais das tribos em luta contra os animais ferozes, aos membros da comunidade futura, vivendo na fraternidade e na feliz harmonia do homem social”. (Bordiga – “Considerações sobre a Atividade do Partido quando a Situação Geral é Historicamente Desfavorável”)

Uma das conseqüências disto é que o partido não pode ser bolchevizado, isto é, organizado por células de fábrica. A unidade de base do partido deverá ser territorial, para quebrar o cabresto das divisões sociais capitalistas e não reproduzir uma forma de organização tomada à sociedade inimiga. O partido deve permanecer pequeno para ser forte, fora de toda concepção “elitista”;

5) O partido deve ser um órgão da previsão. Efetivamente, a teoria comunista não é a biologia do capital, mas sua necrologia, descrição do comunismo, o que permite prever o desenrolar do modo de produção capitalista, seu de vir no desabamento e a crise catastrófica, assim como as principais características da sociedade futura. Esta antecipação da sociedade futura, apenas o partido é capaz de levá-la a bom termo, enquanto órgão capaz

de antecipar os desenvolvimentos imediatos da luta e de conhecer o desenrolar do curso histórico.

O partido também está em condições de prever os acontecimentos a fim de dirigi-los melhor. Em geral, na história, as forças sociais atuantes manifestam-se sempre não possuindo nem a consciência, nem o domínio de seu movimento. Elas engendram assim forças que elas não podem dominar, cuja consciência compreensão teórica lhes vem “post-festum”, acontecido o fato. É por isso que Hegel diz, a propósito da filosofia, que “A coruja de Minerva alça seu vôo ao cair da noite”.

Com o proletariado, enquanto classe organizada em partido, temos pela primeira vez, ao contrário, um sujeito atuante na história que possui a perfeita consciência de seu movimento e de seu objetivo históricos. Enquanto que o indivíduo é incapaz de superar o horizonte bitolado de seus interesses imediatos, o partido pensa e sabe em escala histórica, não apenas no que diz respeito a ontem e hoje, mas sobretudo amanhã.

Tal é o sentido da “inversão da praxis”. Ela significa que, com a revolução proletária dirigida pelo partido de classe, efetua-se uma inversão do curso da história humana, este último não mais se efetuando segundo um processo cego e contra a vontade dos indivíduos, mas conforme um plano consciente e harmonioso, dominado pela coletividade inteira;

6) Capaz de prever, o partido deve ser a dissolução dos enigmas. Ele deve dissolver todas as zonas nebulosas da realidade social de ontem, de hoje e de amanhã. Apenas então ele poderá aparecer como o “porto de repouso” (Bordiga) para o proletário, o local em que afirma-se sua natureza humana livre da alienação, de tal modo que possa estar apto a mobilizar todas as suas forças contra seu inimigo de classe. O partido deve ser forte, com seu programa intangível, para que não permaneça nenhuma brecha para a dúvida revisionista;

7) Assim como a classe, o partido pertence ao mesmo tempo a esta sociedade e a uma outra. Ela representa a sociedade futura, mas deve destruir a antiga sociedade, possuindo portanto um certo número de caracteres contraditórios, que são resolvidos dialeticamente na revolução comunista e na generalização do ser do partido (programa) ao conjunto da sociedade.

- É um partido político que tem por objetivo destruir a política;

- É um partido de classe e vis a uma sociedade sem classe;

- Utiliza a violência, mas seu objetivo é destruí-la;

- Deve destruir o Estado burguês para edificar um estado que se extinguirá com o desenvolvimento do processo revolucionário e a passagem à sociedade comunista;

- Seu programa é o de uma classe e entretanto coincide com os interesses da espécie;

- Exprime a negação do modo de produção capitalista no seio deste e a solução do antagonismo capitalismo-comunismo.

Assim como o Estado proletário não é uma fórmula constitucional mais justa ou mais radical, o partido de classe não pretende ser “melhor” que outros partidos. Conseqüentemente ele não trava com eles uma luta política idêntica às palhaçadas investidas em que lançam-se os partidos da burguesia sob a cobertura do circo do parlamento. Tomado o poder, o partido comunista exerce a ditadura dissolvendo todos os organismos burgueses, associações, ligas, partidos, comitês, etc.

Opõe-se a eles militarmente, enquanto instrumentos do Estado burguês. Seu destino está ligado ao do Estado. Entretanto, o destino do partido comunista, e é isto que o torna um partido distinto dos outros, está ligado ao da espécie. O comunismo assistirá à generalização das características do partido histórico à espécie inteira.

O Estado proletário define-se e termina por desaparecer, a organização-partido define igualmente, enquanto que seu conteúdo (o programa – partido histórico) generaliza-se à escala social. A comunidade humana não precisa mais da mediação de uma organização para unir os homens. Não haverá “decreto” decidindo que o partido é inútil a partir de então, pela boa razão que as características humanas do partido terão superado os limites de uma organização restrita numericamente. O partido é um MOMENTO na constituição do homem social e, dialeticamente este momento é SUPERADO no momento superior: a comunidade humana (Gemeinwesen). Na medida em que o partido tem por objetivo assegurar a defesa da espécie humana, ele se vê substituído pela sociedade, o ser humano, que assegurará por si só este papel, sem que haja necessidade de uma mediação organizacional. Assim, na comunidade humana (Gemeinwesen) comunista, o curso ascendente do partido histórico encontra ao mesmo tempo um grandioso acabamento e uma perpetuação: sua generalização constitui sua própria superação.

0°0o0o0

II - BREVES NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO COMUNISTA

1. O MOVIMENTO COMUNISTA NA ÁREA ³ EUROPÉIA DAS ORIGENS À FUNDAÇÃO DA 1ª. INTERNACIONAL.

1.1. Ao longo de sua luta, o proletariado engendra seu programa histórico. Desde que o proletariado existe ele reivindica o comunismo mas, uma vez que as condições materiais e históricas não estejam maduras esta reivindicação não se exprime de maneira pura. Verifica-se, durante o período inicial da luta do proletariado, um comunismo marcado por reminiscências religiosas (T.Münzer, 1525), políticas igualitaristas (Babeuf, 1793), ou utópicas (Fourier, Saint-Simon). Mas, com o desenvolvimento da luta de classes, o proletariado tende a individualizar-se enquanto classe.

“A primeira aparição de um partido comunista realmente agitante produz-se no quadro de uma revolução burguesa, no momento em que a monarquia constitucional acaba por ser posta de lado. Os republicanos mais conseqüentes, na Inglaterra os “levellers” (os niveladores igualitários – ndr), na França Babeuf, Buonarotti, etc..., foram os primeiros a proclamar as “questões sociais”. A Conspiração de Babeuf, escrita por seu amigo e companheiro Buonarotti, mostra como estes republicanos retiraram do “movimento” da história a idéia de que desembaraçando-se da questão social: Monarquia ou República, não se resolvia ainda a menor “questão social” no sentido do proletariado.” (Marx – “A Crítica Moralizante e a Moral Crítica”)

Portanto, é no próprio curso de uma revolução burguesa que se exprime nitidamente a ruptura entre o movimento burguês e o movimento proletário, isto é, que se exprimem seus dois caracteres opostos: a revolução burguesa é uma revolução social com alma política e a revolução proletária é uma revolução política com alma social. Mas, o proletariado não estando ainda individualizado enquanto classe distinta, seu movimento entra na sua fase sectária.

³ Para colocar em evidência as conseqüências políticas e sociais que engendra a expansão do modo de produção capitalista, a Esquerda Comunista da Itália utilizou, na falta de outro, o conceito de “área” ou aquele de “campo histórico”.

“(O) campo de aplicação desta atividade (o aspecto histórico da teoria comunista, ndr), que não é uma simples descrição mas participação à vida, à luta, não pode entretanto ser afrontado sem a utilização de certos reagrupamentos geográficos de países e de tempos históricos tendo um caráter e uma dinâmica comuns. (...) Continuamos, portanto, a utilizar o termo de “área” que os americanos introduziram para designar partes do mundo habitado onde vivem uma economia, uma moeda, uma influência política, mesmo se a expressão “campo histórico” nos desgosta menos. Trata-se de fato, de ligar-se, a cada vez, um perímetro geográfico determinado a um intervalo cronológico determinado.” (Bordiga – “Rússia e Revolução na Teoria Marxista”)

Este conceito, que visa cercar os diferentes momentos do desenvolvimento capitalista em sua totalidade, parece bem mais adequado do que os de Nação (muitas delas podem ser englobadas numa dada área), de Estado (a mesma observação e, mais ainda, o Estado se define territorialmente e pelas relações de classe em seu interior), de Região (freqüentemente utilizado para designar a parte de uma nação) e de País (que se define apenas como território determinado).

“A primeira fase na luta do proletariado contra a burguesia é marcada pelo movimento sectário. Ele tem sua razão de ser numa época em que o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para agir como classe. Pensadores individuais fazem a crítica dos antagonismos sociais e dão soluções fantásticas que a massa dos operários só têm que aceitar, propagar e colocar em prática.

Por sua própria natureza, as seitas formadas por estes iniciadores são abstencionistas, estranhas à toda ação real, à política, às greves, às coalizões, em uma palavra, a todo o movimento de conjunto. A massa do proletariado permanece sempre indiferente ou mesmo hostil à sua propaganda. Os operários de Paris e de Lyon não queriam mais os saint-simonianos, os fourieristas, os icarianos, assim como os cartistas e os “trade-unionistas” ingleses não queriam os owenistas. Estas seitas, alavancadas do movimento na sua origem, fazem-lhe obstáculo na medida em que ele as supere; tornam-se, desde então, reacionárias.

Observem as seitas na França e na Inglaterra e, ultimamente os lassalianos na Alemanha que, depois de terem entravado anos de organização do proletariado, acabaram se tornando simples instrumentos da polícia. Enfim, isto pertence à infância do movimento proletário, como a astrologia e a alquimia à infância da ciência.” (Marx – “As pretensões na Internacional” – 1872)

1.2. Na medida em que se desenvolve, o modo de produção capitalista coloca as bases materiais do comunismo e engendra igualmente uma massa crescente de proletários que se encontram reunidos coletivamente em condições propícias à sua constituição em classe capaz de se opor vitoriosamente ao capital.

“A grande indústria aglomera num só lugar uma multidão de pessoas desconhecidas umas das outras. A concorrência divide os interesses mas a manutenção do salário, este interesse comum que eles têm contra seu patrão, reúne-os num mesmo pensamento de resistência - coalizão. Assim, a coalizão tem sempre um duplo objetivo, o de fazer cessar entre eles a concorrência para poder fazer concorrência geral ao capitalismo. Se o primeiro objetivo de resistência foi apenas a manutenção dos salários, à medida que, por seu lado, os capitalistas se reúnem num pensamento de repressão, as coalizões, de início isoladas, formam-se em grupos e, face ao capital, sempre reunido, a manutenção da associação torna-se mais necessária para eles do que a do salário. (...)

Nesta luta – verdadeira guerra civil – reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários para uma batalha a vir. Uma vez atingido este ponto, a associação assume um caráter político. As condições econômicas haviam, inicialmente, transformado a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum. Assim, esta massa já é uma classe frente ao capital mas não ainda para ela mesma. Na luta, da qual assinalamos apenas algumas fases, esta massa se reúne, constitui-se em classe para ela mesma. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. Mas, a luta de classe contra classe é uma luta política.” (Marx – “Miséria da Filosofia” - 1847)

O desenvolvimento do proletariado na área européia colocava as condições necessárias para a emergência de um vasto movimento revolucionário, abrindo a possibilidade para o comunismo. Embora somente na Inglaterra – único país que passava a conhecer verdadeiramente a fase de submissão real do trabalho ao capital – estivessem dadas as bases materiais para uma revolução comunista pura, na França, economicamente mais atrasada, as condições políticas eram propícias para a luta do proletariado, simultaneamente ao lado da burguesia e contra ela. Na Alemanha muito atrasada tanto no plano econômico quanto político, colocava-se a questão da revolução democrática que deveria realizar até o fim a luta contra a monarquia absoluta, a propriedade feudal e as aspirações pequeno-burguesas, na qual o proletariado também devia lutar ao lado da burguesia, na medida em que esta assume um caráter revolucionário (burguês) e contra ela, na medida em que renuncia à sua tarefa histórica e no caso do movimento social desembocar numa superação da ordem social encarnada pela burguesia (revolução dupla).

“Assim, os três grandes países civilizados da Europa – a Inglaterra, a França e a Alemanha – chegam todos à conclusão de que uma revolução radical das relações sobre a base da propriedade comunitária tornou-se, presentemente, uma necessidade urgente e inelutável. O resultado é ainda mais impressionante porque cada uma destas três nações a ele chegou independentemente uma das outras. Pode haver melhor prova de que o comunismo não é apenas a consequência da situação particular da Inglaterra ou de uma nação qualquer, mas ainda a conclusão necessária que se é obrigado a tirar das condições gerais da civilização moderna? (...) Os ingleses chegaram a este resultado de uma maneira prática logo após o rápido crescimento da miséria, da desagregação dos costumes e do pauperismo em seu país; os franceses de maneira política, pelo fato de que foram os primeiros a exigir a liberdade e a igualdade sociais; os alemães chegaram ao comunismo pela filosofia, tirando as conclusões a partir dos primeiros princípios.” (Engels – “Progresso da reforma social sobre o continente”)

A fusão destes três aspectos da luta travada contra o modo de produção capitalista num único corpo teórico, realizou-se com o desencadeamento da crise comercial mundial de 1847 – a “verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e março” de 1848 (Engels) – fazendo manifestar-se, em toda sua pureza, o programa comunista.

O caráter internacional da classe proletária e de sua luta contra a sociedade burguesa exprime-se, do mesmo modo, praticamente, no plano da organização pela emergência da “Société des Saisons”, da “Ligue des Justes”, da “Liga dos Comunistas”, que reagrupavam operários de todas as nacionalidades. A expressão deste movimento encontra-se sintetizada com toda sua força revolucionária na palavra de ordem com que termina o “Manifesto do Partido Comunista”:

“Proletários de todos os países, uni-vos!”

1.3. Em junho de 1848, na França, o proletariado manifesta-se sozinho contra a burguesia e é batido. Na Alemanha, a maioria da burguesia, “desde o início contra-revolucionário, conclui, por medo do povo, quer dizer dos operários e da burguesia democrata, uma ofensiva e defensiva com a reação”. (Engels – Nova Gazeta Renana – 14/6/1848). A

traição da burguesia alemã, o apoio decisivo da Rússia feudal às monarquias reacionárias da Europa central e, principalmente, o período de prosperidade, reiniciado na Inglaterra desde meados de 1848 e tornado geral desde o fim de 1849, derrotou o movimento revolucionário sobre o continente. O período de recuo, face à contra-revolução, começa por volta de 1850. Era preferível dissolver a “Liga dos Comunistas”, pois a classe proletária fôra derrotada e sua organização de luta perdera, portanto, o caráter revolucionário. O momento para o partido tomar o poder não acontecera e somente uma nova crise poderia tornar possível um novo ciclo revolucionário.

“Fomos batidos, nada mais nos resta senão recomeçar novamente. O hiato e o repouso, provavelmente breves, que nos serão concedidos entre o primeiro momento e o começo do segundo, oferecem-nos, por ora, o tempo para uma parte verdadeiramente necessária de nossa tarefa: o estudo das causas que desembocaram na última explosão e, ao mesmo tempo, produziram a derrota. Estas causas não devem ser procuradas em simples elementos acidentais: esforços, talentos, erros, fraquezas, traições dos chefes, mas na situação geral e nas condições de existência de cada nação interessada na agitação revolucionária.” (Marx – “Revolução e Contra-revolução” – 25/10/1851)

1.4. Marx e Engels estudam a fundo o porquê da derrota. Preocupam-se em investigar os efeitos das revoluções que se desencadeiam em outros lugares (China, Turquia, Índia, etc), sobre a economia capitalista das metrópoles. Em suma, preocupam-se em investigar a natureza da radicalização que tais movimentos tenderão a produzir numa nova crise de superprodução de capital que se avizinha, principalmente na Inglaterra pois, a retomada da luta da classe proletária contra a classe burguesa só pode se dar no quadro de uma crise geral do capital.

“Agora que a Inglaterra desencadeou a revolução na China, temos de perguntar-nos qual a reação que a revolução vai levantar nesse país e, daqui a algum tempo, na Inglaterra e daí na Europa. A resposta não é difícil.

O crescimento sem precedentes da indústria manufatureira britânica depois de 1850 despertou, certamente, muitas vezes a atenção dos leitores. Contudo, e no meio desta espantosa prosperidade, não é difícil discernir desde já os sintomas muito nítidos da aproximação de uma crise industrial. Apesar da Califórnia e da Austrália, apesar da migração massiva sem precedentes, é inevitável que, a um certo ponto, e postos de lado incidentes particulares, chegue o momento em que a extensão dos mercados já não poderá acompanhar o ritmo de desenvolvimento das manufaturas inglesas e, tal desequilíbrio, produzirá uma nova crise, tão necessariamente como já a tinha produzido no passado. Se, ainda por cima, uma das mais vastas vias de escoamento se fechar subitamente, isso acelerará inevitavelmente a crise. Ora, no ponto em que as coisas estão, a rebelião chinesa irá produzir precisamente este efeito na Inglaterra.

(...) Desde o começo do século XVIII não houve na Europa uma revolução importante que não fosse precedida por uma crise comercial e financeira. Isto vale para a revolução de 1789 tanto quanto para aquela de 1848. (...) De qualquer modo, podemos estar certos de que, por muito grave que possa vir a tornar-se o conflito

entre as potências rivais, por carregado que possa parecer o horizonte diplomático, ou qualquer ação que possa vir a ser tentada por tal e tal fração dinâmica de uma dada nação, a raiva dos príncipes e a cólera popular estão por igual desarmadas pelos ventos da prosperidade. É pouco provável que as guerras e revoluções assolem a Europa, se não forem o resultado de uma crise geral, comercial e industrial, cujo sinal, como sempre, deverá ser dado pela Inglaterra, representante da indústria européia no mercado mundial.” (Marx – “A Revolução na China e na Europa”, in: The New York Daily Tribune - 14/6/1853)

A retomada do movimento se acelera com a crise de 1857. O desenvolvimento das forças produtivas reproduz o proletariado sobre bases cada vez mais amplas e, em 1864, no curso de uma fase de ascenso do movimento proletário, funda-se a Ia. Internacional. É certo que as condições não eram totalmente favoráveis mas o movimento real fazia o proletariado superar sua fase de seitas e reclamava uma organização internacional.

2. A 1ª. INTERNACIONAL.

2.1. A concentração, sobretudo na área euro-norte-americana, das condições materiais e históricas para a unificação das lutas da classe proletária, colocava portanto espontaneamente a necessidade inelutável da formalização do programa (partido histórico) em uma organização internacional. Esta necessidade impunha a centralização de suas lutas sob o comando do partido político do proletariado internacional. Mas, se por um lado, no seio da AIT não era, enquanto organização formal, este partido unitário e centralizado, na medida em que abarcava tendências não-comunistas, violentamente combatidas em seu seio por Marx, Engels e seus amigos.

“Mas esta associação (a AIT, ndr), fundada expressamente para soldar num único corpo toda a classe operária militante da Europa e da América, não podia proclamar imediatamente os princípios enunciados no “Manifesto”. A Internacional devia ter um programa bastante amplo para ser aceito pelos sindicatos ingleses, pelos proudhonianos franceses, belgas, italianos e espanhóis, e pelos lassalianos alemães.” (Engels – “Prefácio à Edição Inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista”)

No seio da AIT, Marx e Engels encarnavam e defendiam os princípios do comunismo, que são rigorosamente lembrados por ocasião da Conferência de Londres, em 1871.

“Considerando:

que no preâmbulo dos Estatutos é dito que “a emancipação econômica da classe dos trabalhadores é o grande objetivo final ao qual todo movimento político deve ser subordinado como meio”;

que o Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) afirma: “os mestres da terra e os mestres do capital se servirão sempre dos seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos. Bem

longe de servir à emancipação dos trabalhadores eles continuarão a colocar nessa via todos os obstáculos possíveis.”(...)

“A conquista do poder político tornou-se , por conseguinte, o grande dever da classe dos trabalhadores;”

que o Congresso de Lausanne (1867) declarou: “emancipação social dos trabalhadores está inseparavelmente ligada à sua emancipação política”;

que a declaração do Conselho Geral sobre o pretense complot da Internacional francesa à véspera do plebiscito (1870) contém a seguinte passagem: “Segundo o conteúdo de nossos estatutos, todas nossas seções da Inglaterra, do continente e da América têm, indubitavelmente e expressamente o dever de constituir não somente os núcleos de organização da luta do proletariado, devem igualmente sustentar em seus respectivos países todo movimento político que visa atingir nosso objetivo final, a emancipação econômica da classe dos trabalhadores.”(...)

Considerando além disso:

que a Internacional deve fazer face à uma reação desenfreada que esmaga desavergonhadamente toda tentativa de emancipação dos trabalhadores e que se esforça em perpetuar, pela força bruta, a diferença entre as classes e a dominação política das classes possuidoras que daí decorre;

que contra a violência coletiva das classes possuidoras o proletariado só pode agir enquanto classe constituindo-se, ele mesmo, em partido político distinto, em oposição a todas as velhas formações de partido das classes possuidoras;

que a constituição do proletariado em partido é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e do objetivo final: a abolição das classes;

que a união das forças dispersas dos trabalhadores , já realizada até um certo ponto pelas lutas econômicas, deve servir igualmente de alavanca para a massa desta classe na sua luta contra o poder político de seus exploradores;

por estes motivos, a Conferência lembra a todos os membros da Internacional que, na situação de luta do proletariado, seu movimento econômico e sua atividade política estão inseparavelmente ligados.” (Intervenção de Marx na Conferência de Londres, 21/9/1871)

2.2. Marx e Engels lutaram, portanto, no seio da AIT para fazer triunfar o programa e não sua ideologia pessoal, como propalam os anarquistas e todos os nossos adversários.

“Ela (a Aliança, ndr) deseja antes de tudo a igualização política, econômica e social das classes. A igualização das classes, em seu sentido literal, tende à harmonia entre o Capital e o Trabalho que os socialistas burgueses pregaram com insistência. O grande objetivo da Associação Internacional dos Trabalhadores não é a igualização das classes, logicamente insensata e impossível de realizar mas, ao contrário, a

abolição das classes, este verdadeiro segredo do movimento proletário.” (Marx – “As Pretensas Cisões na Internacional” – 1872)

O ponto de atrito, que residia na compreensão fundamentalmente divergente do próprio objetivo, da natureza do comunismo, exprimia-se na discordância sobre o meio de atingi-lo: ditadura do proletariado. Isso teria, conseqüentemente, repercussão na questão da ligação do partido e da classe, e da organização do partido. Tal divergência se traduziu na polêmica sobre centralismo ou federalismo.

(Os aliencistas) “pretendem que, segundo os Estatutos e as decisões do Congresso de fundação, a Internacional nada mais seja do que uma “livre federação de seções autônomas”, que tem por objetivo a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, fora de toda autoridade dirigente mesmo se ela emana do livre consentimento de todos”. Em conseqüência, o Conselho Geral nada mais seria do que um “simples escritório de estatísticas e de correspondência.” (...)

O Conselho Geral retinha em suas mãos, segundo eles, uma perigosa força. A livre união das seções autônomas seria transformada numa organização hierarquizada e autoritária de “seções disciplinadas”, sendo que as seções “estariam inteiramente a seu bel prazer, recusar as admissões ou suspender suas atividades”. (...)

Mas a luta par a emancipação da classe dos trabalhadores é, para Bakounine e seus consortes, apenas um simples pretexto; o verdadeiro objetivo é outro. Dizem eles: “a sociedade futura não deve ser nada mais do que a generalização da organização que a Internacional se dará. Devemos ter o cuidado de aproximar, o melhor possível esta organização do nosso ideal”(…) “A Internacional , o germe da sociedade futura (recordemos, para eles, esta sociedade conheceria a harmonia entre as classes e entre o Trabalho e o Capital, ndr) é obrigada a ser, desde agora, uma cópia fiel de nossos princípios de liberdade e de federalismo e deve rejeitar de seu seio todo princípio que tende à autoridade e à ditadura”.

A nós outros, alemães, reprovam-nos pelo nosso misticismo, mas estamos bem longe deste misticismo. A Internacional, uma imagem antecipadora da sociedade futura, não compreende a fuzilaria dos Versalheses, os tribunais militares, os exércitos permanentes, as interceptações de correio, os tribunais penais de Brunswick! Precisamente agora em que devemos defender nossa pele por todos os meios, o proletariado não deveria organizar-se em função da luta que lhe é imposta a cada dia e a cada hora, mas deveria fazê-lo segundo as representações que alguns espíritos elocubram sobre uma vaga sociedade futura”

Vejamos o que deveria ser nossa própria organização alemã se ela se organizasse segundo este modelo.(..) Quando todos os Stieber e seus comparsas, quando todo o Gabinete negro, quando todos os oficiais prussianos forçarem a extinção, sob ordens, da organização social-democrata, o Comitê, ou melhor, o escritório de correspondência e de estatística não deveria defender-se, pois isto seria instituir uma organização hierarquizada e sectária!

E sobretudo nada de seções disciplinadas! Nada de disciplina de partido, nada de centralização em um ponto e nada de arma de luta! O que seria então da imagem antecipadora da sociedade futura? Em suma, para onde iríamos com uma tal organização? À frouxa e submissa organização dos primeiros cristãos, destes escravos que aceitaram e agradeciam a cada pontapé recebido e apenas obtiveram a vitória de sua religião após três séculos de baixezas – um método de revolução que o proletariado jamais imitará! Os primeiros cristãos tiraram de sua representação do céu um modelo de sua organização; devemos igualmente tomar por modelo o céu social do futuro do qual o Sr. Bakounine nos apresenta a imagem; em lugar de combate, rezar e esperar.” (Engels – “O Congresso de Sonvillier e a Internacional” – in: Der Volkstaat – 10/1/1872)

2.3. No plano puramente teórico, a I^a Internacional conheceu o problema seguinte: quem cria a “riqueza”? O “Capital” de Marx não é somente uma resposta a esta questão mas expõe o programa da classe proletária. O proletariado cria a mais-valia que permite a valorização do capital; a missão histórica do proletariado é, pois, a destruição do capital e a instauração da sociedade comunista. O movimento prático imediato foi a luta para a redução da jornada de trabalho para 10 horas. Este movimento unificou a classe e provou a justeza da teoria.

“Esta luta para a restrição legal das horas de trabalho se desencadeou tão furiosamente que, aterrorizando a avareza, ela interviu na grande querela entre a cega lei da oferta e da demanda, a qual constitui a economia política burguesa e a produção social dirigida pela previsão social, que constitui a economia política da classe operária. É por isso que a lei das dez horas não foi somente um sucesso prático; foi a vitória de um princípio. Pela primeira vez, a economia política da burguesia sucumbiu fragorosamente diante da economia política da classe operária.” (Manifesto Inaugural da AIT – 1864)

2.4. Em 1871, com a Comuna de Paris, a teoria comunista da destruição da máquina do Estado burguês para a implantação da ditadura do proletariado foi verificada definitivamente e aprofundada em toda sua força.

“A multiplicidade das interpretações às quais foi submetida a Comuna e a multiplicidade de interesses que ela exprimiu, mostram que esta era uma forma política bastante suscetível de expansão, enquanto que todas as formas anteriores de governo haviam sido essencialmente repressivas. Eis aqui seu verdadeiro segredo: este era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos apropriadores, a forma política finalmente encontrada (grifo nosso, ndr) que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho.

Sem esta última condição, a Constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um logro. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perenização de sua escravidão social. A comuna devia servir de alavanca para derrubar as bases econômicas sobre as quais se funda a existência das classes, portanto a dominação de classe. Uma vez o trabalho emancipado, todo homem torna-se um trabalhador e

o trabalho produtivo deixa de ser atributo de uma classe.” (Marx – “A Guerra Civil na França” - Circular do Conselho Geral da AIT - 1871)

2.5. Com a derrota da Comuna de Paris a classe é derrotada, e isto de um ponto de vista internacional. No novo período (pós 1871), como naquele que se abriu após 1850, a ação é principalmente a atividade teórica. A transferência da sede do Conselho Geral para New York (1872) foi reprovada pelos elementos blanquistas de Londres (refugiados da Comuna). Estes achavam que uma ação revolucionária ainda era possível e justificavam sua saída da AIT pelo fato de que esta recusava-se a passar à “ação revolucionária”.

“Ora, esta esperança de uma iminente “revanche da Comuna” não é apenas uma ilusão de refugiado, é um ato de fé necessário de pessoas que colocaram à força na cabeça que devem passar-se por “homens de ação”, num momento em que não há absolutamente nada que permita fazer o que quer que seja neste sentido: o de um consciente e inesperado ataque revolucionário.” (Engels – in: Der Volkstaat – 26/6/1874)

Mas, ao mesmo tempo em que a organização formal da Internacional deveria extinguir-se, não se poderia deixar escapar a ligação com os melhores militantes comunistas nos diversos países, donde a intensa correspondência que Marx e Engels estabeleceram com estes últimos.

“Dadas as condições atuais da Europa, é de grande utilidade, a meu ver, fazer passar para último plano, pelo momento a organização formal da Internacional, tendo somente o cuidado, se for possível, de não abandonar o ponto central de New York, a fim de impedir que imbecis como Perret ou aventureiros como Cluseret tomem sua direção e comprometam a causa. Os acontecimentos da inevitável involução e evolução das coisas provirão, por si mesmos, de uma ressurreição da Internacional sob uma forma mais perfeita.” (Cartas de Marx a Sorge - 27/9/1873)

Era também vital não deixar que os despojos da Internacional caíssem nas mãos dos anarquistas e do inimigo de classe.

“Tomai, por exemplo, a Internacional: depois da Comuna ela conheceu um enorme sucesso. Os burgueses, como que atingidos por um raio, acreditavam-na todo poderosa. A grande massa de seus membros acreditava que ela duraria sempre. Nós bem sabíamos que o balão devia estourar. Toda a ralé agarrava-se em nós. Os sectários que nela se encontravam desabrochavam, abusaram da Internacional na esperança de que ela deixaria passar as piores bobagens e baixezas. Mas nós não os suportamos. Sabendo bem que o balão estouraria de qualquer modo, não se tratava para nós de adiar a catástrofe, mas de preocuparmo-nos de que a Internacional permanecesse pura e atrelada a seus princípios sem falsificá-los e isto até o seu final. O balão estourou no Congresso de Haia e sabeis que a maioria dos membros do Congresso nela entrou choramingando de decepção. No entanto, quase todos aqueles que estavam tão decepcionados porque acreditavam encontrar na Internacional o ideal da fraternidade universal e da reconciliação, não haviam conhecido entre si disputas bem piores que aquelas que explodiram em Haia? Os

sectários tagarelas se vêm agora pregando a reconciliação e nos denigrem apresentando-nos como intratáveis e ditadores. Ora, se nós nos apresentássemos em Haia como conciliadores e se abafássemos as veleidades da cisão, qual teria sido o resultado? Os sectários – notadamente os bakouninistas - poderiam dispor de um ano a mais para cometer, em nome da Internacional, besteiras e infâmias ainda maiores; os operários dos países mais avançados desviar-se-iam com desgosto. O balão, ao invés de explodir, esvaziar-se-ia decentemente sob o efeito de algumas aferroadas e, no congresso seguinte à crise, tudo se produziria novamente mas num nível mais baixo de querelas pessoais, pois já se havia abandonado o terreno dos princípios em Haia. Foi nesse momento que a Internacional efetivamente pereceu, morreu por causa da unidade.” (Engels a Bebel – 20/6/1873)

2.6. A partir de 1870, com a realização da unidade alemã, a subversão das estruturas econômicas da Alemanha conduz a um forte desenvolvimento do movimento operário alemão. Este movimento acaba por desembocar, em 1875, na fusão, em um programa comum, do Partido Social-Democrata dos Trabalhadores (fundado em Eisenach em 1869) e da Associação Geral Alemã dos Trabalhadores (fundada em 1864 por Lassale), este último em plena crise. Mas, para realizar a fusão a qualquer preço, os dirigentes social-democratas (Bebel, W. Liebknecht) fizeram vergonhosas concessões às teses lassalianas.

Para combater com a máxima energia possível estas tendências oportunistas é que Marx redigiu as glosas marginais ao programa de fusão, conhecidas como a “Crítica ao Programa de Gotha” (1875).

“Após o congresso de fusão, Engels e eu, publicaremos uma breve declaração na qual diremos que não temos absolutamente nada em comum com este programa de princípios e que guardamos distância frente a ele”(…)

“Um único passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas.(…) Mas, se elabora-se programas de princípio (em lugar de remeter este trabalho para o momento em que uma longa atividade comum ter-lhe-á preparado o terreno), isto deve ser para colocar à vista do mundo inteiro balizas que sinalizem o movimento do partido e marquem sua amplitude. Os chefes lassalianos vieram a nós porque as circunstâncias os forçaram a tal. Se desde o início a eles tivesse sido feito saber que não se aceitaria nenhuma negociação sobre os princípios, a eles restaria apenas contentar-se com um programa de ação , ou com um plano de organização com vistas na ação comum. Ao invés disso permitiu-se que eles chegassem munidos de mandatos nos quais se reconhecia a força obrigatória, e, ficou-se assim à mercê de pessoas que têm necessidade de nós. Para coroar tudo, eles fazem de novo um congresso antes do congresso de compromisso, enquanto que nosso partido faz o seu post festum. É evidente que se quer escamotear toda crítica e impedir nosso partido de refletir. Sabe-se que só o fato da unidade já dá satisfação aos operários, mas engana-se ao pensar que este sucesso momentâneo não implica num pagamento muito caro.” (Marx a Bracke, 5 maio 1875)

Apesar de suas taras e fraquezas e do avanço do oportunismo no movimento operário, o partido social-democrata alemão constituía-se na vanguarda política do

movimento operário europeu. Assim, enquanto duraram as leis anti-socialistas na Alemanha (1878-1890) e apesar da segurança e da arrogância de que gozavam os elementos pequeno-burgueses oportunistas no seio do partido, Engels desaconselhava a iniciativa de uma cisão que não pudesse ser explicada publicamente. Dever-se-ia deixar que estes elementos se desconsiderassem perante os proletários e arranjar-se para que eles mesmos se colocassem fora do partido sem nenhuma possibilidade de recuperar seus órgãos, sobretudo a imprensa. Com efeito, é um princípio vital do movimento comunista jamais deixar cair as armas nas mãos do inimigo. Quando há derrota, toda arte estratégica e tática consiste em recuar em ordem (ver os exemplos da dissolução da liga dos Comunistas e da transferência do Conselho Geral da AIT para New York).

3. O PROGRAMA COMUNISTA FRENTE AO ASSALTO DA DÚVIDA REVISIONISTA.

3.1. Os períodos de revolução são momentos de unificação da classe, de reapropriação do programa comunista; os períodos de contra-revolução são aqueles de fragmentação, de separação da classe de seu programa histórico.

Nos períodos de revolução, o movimento real funde espontaneamente as energias da classe em seu partido único, enquanto que nos períodos de contra-revolução, estando destruída a base da constituição da classe em partido, alguns teorizam o papel da vontade para forçar as reunificações, enquanto que as condições históricas que permitem tal reunificação desapareceram. Mostram-se pois incapazes de compreender a derrota da classe e de individualizar a vaga contra-revolucionária.

3.2. Nos momentos de ascenso do fluxo revolucionário é que a teoria, irrigada pelo potente movimento vital da classe proletária para sua emancipação, exprime-se da maneira mais adequada a seu próprio ser: a teoria torna-se uma força material capaz de influir revolucionariamente sobre a realidade. Ao contrário, nos períodos de derrota, de contra-revolução, somente os pequenos grupos de comunistas que se mantêm fiéis à linha dos princípios revolucionários é que podem continuar, ao preço de mil dificuldades, o esforço teórico. Em todos os casos, os comunistas devem lutar contra as tendências que vêm contradições no corpo da teoria e que especulam sobre sua “atualização” em função de “fatos novos” mais acentuadamente, no seio do movimento proletário, nos momentos de contra-revolução, onde o afastamento do objetivo revolucionário favorece a dúvida revisionista.

3.3. Após a derrota da Comuna de Paris (1871), tem-se um período de preparação da classe proletária o qual, em 1889, desemboca na fundação um pouco “forçada” da II^a Internacional. Com efeito, esta era reivindicada sobretudo pelos possibilistas e pelos diversos elementos reformistas. Para evitar que o movimento proletário mundial sucumbisse sob seus golpes é que Engels aceita sua fundação. Assim, ao contrário da I^a Internacional – que reagrupou o conjunto da classe operária, a II^a Internacional, reagrupando somente parte da classe, enfrentou o problema de sua ligação com a totalidade da classe. O longo período de prosperidade do capital que ampliava sua base material em escala mundial favorecia o alastramento da mistificação democrática. A II^a Internacional não foi capaz de combater seus efeitos em seu seio. Deste modo a classe foi engolfada no

oportunismo parlamentar e na verborragia dos social-pacifistas, caracterizando-se historicamente um abandono da via revolucionária.

3.4. Na II^a Internacional exprimiu-se de maneira flagrante a tentativa de modificação do corpo unitário da teoria, pois, segundo o revisionismo os fatos concretos iam contra as previsões do comunismo e inauguraram um curso harmonioso do capital sem revolução e sem guerra. Esvaziava-se, desse modo, o comunismo de seu conteúdo revolucionário, pretendendo que este não pertencia propriamente à classe proletária mas era um reflexo de baixo quilate do período insurrecional burguês. Como não se tratava mais de ajudar o capitalismo a nascer, dever-se-ia fazer derivar o socialismo através de leis e reformas. Donde a ruptura entre o objetivo e o movimento, a primazia da luta por conquistas graduais e o abandono completo da via revolucionária: “o objetivo não é nada, o movimento é tudo.” (Bernstein)

Mas Engels, após a morte de Marx, continuou a atacar duramente e de modo incessante os desvios democráticos, pacifistas e reformistas no seio da Internacional e do Partido Alemão. Quando os reformistas falsificaram, num sentido democrático e pacifista, seu prefácio às “Lutas de Classes na França” redigida em 1895, Engels reagiu rigorosamente contra os falsários.

“Para meu grande espanto vejo hoje a publicação no Vorwärts, sem que fosse prevenido, de extratos de minha “Introdução” combinados de tal forma que apareço como um adorador pacifista da legalidade a todo preço. Espero, o mais rápido possível, que a “Introdução” apareça sem cortes no Neue Zeit, a fim de que esta impressão ignominiosa seja apagada.” (Engels a Kautsky, 1/4/1895)

3.5. A preocupação essencial, no plano teórico, era a crise econômica, isto é, o curso do modo de produção capitalista. Poderia o capital evitar as crises? Haveria uma evolução gradual que permitiria passar-se insensivelmente ao socialismo? Não é por acaso que Bernstein negava as crises. Mas a posição comunista defendida pelas esquerdas (Lenine, Rosa Luxembourg, etc.) revelou-se coerentemente em 1914: a confirmação do curso catastrófico do modo de produção capitalista. Sobre o plano teórico isto representa uma das maiores vitórias de nosso programa, sendo a última verificação prática necessária da teoria proletária. A II^a Internacional morreu com a resolução prática da questão que a minava: revolução gradual ou crise catastrófica?

3.6. Desde o final do século XIX, assiste-se à emergência, no seio do movimento socialista internacional, de uma corrente de esquerda que tendia a restabelecer o programa comunista em toda sua pureza doutrinal, em reação às mistificações reformistas ou oportunistas. O principal mérito desta corrente de esquerda foi restabelecer a perspectiva puramente proletária de um colapso do capital na crise e no terror, contra as teorias gradualistas “à la” Bernstein.

Esta corrente que compreendia os tribunistas holandeses; o núcleo reunido em torno de Rosa Luxembourg e Karl Liebknecht na Alemanha; os bolcheviks na Rússia, socialistas búlgaros, ingleses húngaros, etc... encontrou sua expressão mais coerente, isto

é, a mais próxima de Marx, na esquerda que se forma no seio do Partido Socialista Italiano (PSI) nos primeiros anos do século XX.

3.7. Gênese da Esquerda Comunista na Itália.

3.7.1. O início do século consagra a predominância crescente do reformismo no seio do PSI (congresso de 1900). O cretinismo parlamentar triunfa com a tese da “autonomia parlamentar” (1902), liberando o grupo parlamentar do controle do partido, o qual é apenas considerado como o instrumento do grupo parlamentar. Em 1904, a ausência de apoio do partido às lutas operárias engendra uma reação de esquerda mas esta assume a força errônea do sindicalismo revolucionário. A individualização de uma Esquerda, ainda não tão nítida nessa época, vai acentuar-se ao longo dos anos de 1910, paralelamente ao crescimento do reformismo da direita (os reformistas possibilistas eram partidários do apoio aos governos burgueses por meio de atividade parlamentar). Desde este momento a Esquerda (da qual um de seus chefes principais era Benito Mussolini, então revolucionário), esboçou uma crítica da ação parlamentar.

3.7.2. Neste processo de despreendimento progressivo da Esquerda, um grande papel foi desempenhado pela Federação da Juventude Socialista, criada em 1907. A Esquerda tomou posição sobre o grande debate que, na época, dividia a Federação: o papel da cultura na formação da juventude proletária. A direita sustentava que o proletariado, para vencer, tinha necessidade da cultura e das luzes da ciência e seu programa era:

“enobrecer e elevar a alma e o espírito da juventude proletária por meio de uma instrução geral, literária e científica.” (Moção da direita, no Congresso de Bolonha, 1912)

A isto, a Esquerda retorquia que a cultura é sempre burguesa e afirmava:

“que a educação dos jovens faz-se mais na ação do que num estudo regrado, segundo um sistema de normas burocráticas.” (Moção da Esquerda, no Congresso de Bolonha, 1912)

Ademais, a única maneira de formar autênticos militantes comunistas é dar um lugar preponderante à teoria comunista e manter rigorosamente seus princípios fora de toda liberdade de crítica.

A grande coerência dessa corrente, que lhe permitiu sobreviver à terrível prova da contra-revolução que se abre em 1926 (vitória da teoria do “socialismo num só país”), vem justamente de sua atitude profundamente teórica. Reafirmava, de um lado, a originalidade da teoria do proletariado constituída em totalidade desde 1848 e, de outro lado, o privilégio exclusivo que possui esta teoria de representar os objetivos e os meios do movimento proletário. A ruptura com o reformismo no plano teórico se completa praticamente com a formação do Círculo Karl Marx em 1912, em Nápoles.

3.7.3. A extrema esquerda em Nápoles surgiu no interior de uma seção socialista totalmente putrefata e reformista. O programa da direita do PSI para o “mezzogiorno” atrasado reivindicava um puro e simples desenvolvimento econômico liberal burguês.

Chegou-se a dizer que a reivindicação da limitação do trabalho das crianças e das mulheres era ilegítima porque sem este trabalho os camponeses morreriam de fome! O caráter reformista do partido aparecia aí mais do que em qualquer outro lugar, sem pintura nem máscara. A crítica da Esquerda teve, portanto, um eco favorável no seio da classe (essa raiz verdadeiramente proletária terá uma importância enorme, mais tarde, em oposição ao círculo de intelectuais pouco rigorosos reagrupados em torno de Gramsci e do Ordine Nuovo).

3.7.4. “A tradição desta corrente política (aquela que fundou o partido comunista da Itália – ndr), remonta à Esquerda do partido socialista que existia antes da guerra. Se uma maioria capaz de lutar por vezes contra os erros reformistas e sindicalistas (esta última caracterizando, até então, a esquerda proletária) tinha sido formada desde o Congresso de Regio Emilia (1912) e Ancona (1914), uma extrema-esquerda aspirando a posições de classe sempre mais radicais tinha-se igualmente delimitado no interior desta maioria. Importantes problemas colocados à classe mais radicais tinha-se igualmente delimitado no interior desta maioria. Importantes problemas colocados à classe operária puderam então ser resolvidos, como os da tática eleitoral, das relações com os sindicatos, da guerra colonial ou da franco-maçonaria.” (Teses de Lyon, 1926)

A Esquerda reclamava a expulsão dos franco-maçons pois estes nada tinham a ver com o comunismo, como exprimiu – muito bem por sinal – Mussolini:

“O socialismo é um problema de classe. É mesmo o único, o único problema de uma só única classe, o proletariado. É somente neste sentido que Marx pode dizer que o socialismo é também um problema humano: a classe operária representa toda a humanidade e, por seu triunfo, abole todas as classes. Mas não se pode confundir nosso humanismo com o humanismo clássico, elástico, vazio e ilógico da franco-maçonaria.

Na mesma época, a Esquerda toma posição contra a guerra na Líbia, define a primazia do partido em relação aos sindicatos e reivindica o abstencionismo como tática eleitoral.

3.7.5. O ano de 1914 assiste a um reflorescimento da combatividade do partido, simultaneamente a um explosão de greves e de lutas armadas através de toda a Itália. É também, em escala internacional, o ano em que se dá a falência da II^a Internacional e de seus partidos que traíram o proletariado, soçobrando no chauvinismo da União Sagrada. A entrada da Itália na guerra (1915) foi uma vitória da direita do partido, encabeçada por Benito Mussolini, o qual tinha subitamente virado casaca nos anos 1914-1915 e fôra expulso do partido por suas pregações abertamente intervencionistas (note-se que Gramsci, hoje louvado pelos stalinistas e pelos esquerdistas, era igualmente intervencionista!).

Sob a dura pressão da Esquerda, o conjunto do PI recusou entrada na guerra e a participação no conflito. Mas a Esquerda foi mais longe: à palavra de ordem majoritária neutralista “nem aderir nem sabotar”, ela opunha aquela do derrotismo revolucionário,

exprimindo as posições comunistas defendidas pela “esquerda de Zimmerwald”⁴. A Esquerda conclama a ofensiva contra a guerra.

“Durante a guerra, se todo ou quase todo o partido se opunha a uma política de união sagrada, sua extrema-esquerda, bem individualizada, defendeu as diretrizes leninistas nas reuniões e congressos sucessivos (Bolonha – maio 1915, Roma – fevereiro 1917, Florença – novembro 1917, Roma 1918): recusa da defesa nacional e derrotismo; a exploração da derrota militar para colocar o problema do poder; luta incessante contra os chefes sindicais e parlamentares oportunistas exigindo-se as suas expulsões do partido.” (Teses de Lyon, 1926)

3.8. O assalto revolucionário da classe proletária contra a sociedade burguesa.

3.8.1. Nos anos que se seguiram à explosão da I^a guerra mundial, viu-se por todo o lado a multiplicação das greves e insurreições do proletariado o qual, sentindo agravadas suas condições de vida, rejeitava os sacrifícios propostos pelos partidos social-democratas para a “reconstrução” da ordem econômica e pela “paz social” capitalista. Com a crise econômica do capital em nível mundial, manifestava-se, dialeticamente, em amplitude internacional, a ofensiva da classe proletária contra a classe capitalista. Este movimento decretou o fim da II^a Internacional, exprimindo se coerentemente na “esquerda de Zimmerwald”, cujas posições fundamentais eram:

“ruptura completa com o social-chauvinismo, assim como com o “centro”; luta revolucionária intransigente contra seu próprio governo imperialista e sua própria burguesia imperialista. Princípio: “o inimigo principal está em nosso próprio país”. Guerra sem tréguas à verborrêia dos social-pacifistas (o social-pacifista é um socialista de palavras, um pacifista burguês de fato; os pacifistas burgueses sonham com uma paz eterna sem a derrubada do jugo e da dominação do capital) e os subterfúgios de todas as espécies que tendem a negar a possibilidade, a justiça ou a oportunidade de uma luta revolucionária do proletariado e da revolução proletária, socialista, em ligação com a guerra atual.” (Lenine – “As tarefas do proletariado na nossa revolução” – 10/4/1917 – in: Obras Completas, tomo 24)

3.8.2. Apesar das condenações ao social-pacifismo expressas mais coerentemente pelo Manifesto de Kienthal, a maioria do centro de Zimmerwald propagandeava o “princípio da neutralidade” burguesa. O movimento real exigia a individualização entre reformistas e revolucionários no ascenso da ofensiva revolucionária, em direção à formalização do partido da classe proletária.

“Não se pode mais tolerar o marasmo de Zimmerwald. Não se pode permanecer por mais tempo, por causa dos “kautskistas” de Zimmerwald, em semi-ligação com a

⁴ A delegação do PSI presente à Conferência de Zimmerwald (5-8 de setembro de 1915), era composta por social-pacifistas que exprimiam posições da direção do partido. Desta maneira, as posições da ala esquerda do PSI, que cerrava posição nas fileiras da “esquerda de Zimmerwald”, não puderam ser expressas: o manifesto da “esquerda de Zimmerwald” não foi assinado pela delegação italiana, a qual (Modigliani e Lazzari) apenas assinou o manifesto geral da Conferência.

Internacional chauvinista dos Plekhanov e dos Scheidemann. É necessário romper imediatamente com essa Internacional. Deve-se permanecer em Zimmerwald unicamente na qualidade de observadores. E preciso a nós, e precisamente na hora atual, que caba fundar sem demora uma nova Internacional, uma Internacional revolucionária, proletária; mais exatamente, não devemos temer proclamar abertamente que ela já esta fundada e que ela age.” (Lenine, idem)

4. A VAGA REVOLUCIONÁRIA DE 1917-1928

4.1. O outubro russo: vitória do programa comunista.

4.1.1. As respostas revolucionárias dadas pela corrente de esquerda ao crescente oportunismo no seio do movimento operário internacional foram: nenhuma aliança eleitoral, parlamentar ou ministerial para obter reformas e nenhuma aliança de guerra, depois de 1871, na Europa, com o Estado e a burguesia. O ano de 1871 constituiu-se numa guinada histórica decisiva para a classe proletária.

“Para Marx, que escreveu então: a partir deste momento todos os exércitos nacionais estão confederados contra o proletariado, fecha-se à época das alianças (de guerra) entre os operários e as forças burguesas insurgentes pela independência e a liberdade. Lenine o repetirá: nenhuma guerra pode mais ser chamada de “revolucionária”, como aquelas conduzidas para objetivos liberais e nacionais e estreitamente ligadas às lutas insurrecionais do período 1789-1871.” (Bordiga – “Rússia e Revolução na Teoria Marxista”)

Entretanto, esta denúncia histórica proferida por Marx na 2^a Circular da I^a Internacional, referia-se à “área” da Europa ocidental e aquela norte-americana que compreendia os países que haviam entrado definitivamente na fase de submissão real do trabalho ao capital e eram regidos por formas democráticas e parlamentares. Em outras palavras, países onde não mais se colocava a questão do retorno da restauração feudal como alardeavam os social-patriotas: Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Itália e EUA⁵. Esta área terminava, na época, nas fronteiras da área eslava (a leste do Dniepr).

Portanto, até 1871, para Marx, a Rússia dos czares assumia a função de cidadela da reação europeia anti-liberal e anti-capitalista (restauração). Em consequência, a I^a. Internacional operária apoiou totalmente os movimentos das nacionalidades oprimidas pelo czar (o exemplo clássico é a Polônia). Após 1871, o obstáculo russo ainda persiste, agora não mais no sentido da restauração de Santos Impérios na área europeia, mas naquele da defesa das democracias parlamentares do ocidente contra a revolução proletária (o que era verdadeiro, antes de 1871, apenas para a Inglaterra).

A questão que se colocava era: é possível abreviar-se o desenvolvimento histórico que, na Rússia, ainda não havia chegado ao estágio atingido, desde o século XIX ou desde 1848, pelo resto da Europa? Marx, em 1877, nos deu a resposta:

⁵ Historicamente, esta questão jamais foi colocada para os EUA.

“Sim, desde que a revolução russa dá o sinal para uma revolução operária no Ocidente, de maneira que uma complete a outra.”

Corolário: se a revolução proletária não ocorresse ou fosse traída na Europa, a Rússia não conseguiria saltar por cima das alternativas fatais do modo de produção capitalista e submeter-se-ia às suas leis inexoráveis.

4.1.2. As vacilações introduzidas no seio do movimento proletário pelo desenvolvimento do oportunismo e pela traição da II^a Internacional, impediram que aquelas reações revolucionárias dadas pela corrente de esquerda fossem eficazes, impossibilitando deste modo o proletariado de tirar proveito da crise de 1914-1918 para desencadear internacionalmente, durante a guerra, a ação do derrotismo revolucionário, a fim de transformar a guerra imperialista entre os Estados em guerra civil entre as classes.

Houve apenas uma grandiosa exceção histórica : a vitória de outubro de 1917 na Rússia, no único grande estado europeu regido por um poder autocrático feudal, mas onde o modo de produção capitalista, apesar do seu fraco desenvolvimento, já produzia um proletariado urbano bastante concentrado e um partido operário comunista. Este partido, encarnado na ala bolchevique do POSDR (Partido Operário Social-Democrata Russo), embora pouco numeroso, possuía uma tradição de grande firmeza doutrinal sobre as justas posições da teoria proletária: opôs-se, na II^a Internacional, ao oportunismo e, ao mesmo tempo, mostrou-se capaz de individualizar a dupla natureza da revolução em curso na Rússia: burguesa e proletária.

4.1.3. Ao se defrontarem com as grandes questões da revolução russa: a questão agrária e a questão política, os bolcheviques mantiveram sua coerência doutrinal. Quanto à primeira, enquanto os populistas e os socialistas revolucionários eram partidários da partilha das terras os mencheviques pela sua municipalização, os bolcheviques eram pela sua nacionalização. Embora fossem postulados de uma revolução burguesa-democrática (e os próprios bolcheviques tinham total consciência disso), a posição dos bolcheviques era historicamente a mais avançada, pois criava as melhores condições para abrir uma via ao capitalismo e, dialeticamente, ao comunismo.

No que concerne ao poder, os mencheviques eram partidários de que a burguesia tomasse o poder e, a partir de então, eles passariam à oposição (em 1917, colaboraram no governo com os burgueses). Os populistas eram a favor de um ilusório “governo camponês” e, com Kerensky, tiveram o mesmo fim que os precedentes. Os bolcheviques eram pela tomada do poder e por uma ditadura democrática do proletariado e dos camponeses. Mas o que vinha a ser esta fórmula? Ou melhor, o que significava o adjetivo “democrático” e o substantivo “camponês”?

“Essa vitória não fará, absolutamente, de nossa revolução burguesa uma revolução socialista.(...) Não apenas as transformações que se tornaram uma necessidade na Rússia não implicam na queda fatal do capitalismo, mas desbastam efetivamente o terreno para seu amplo e rápido desenvolvimento à européia, e não mais à asiática. (...) Esta vitória nos ajudará a sublevar a Europa e, após ter rejeitado o jugo da burguesia, o proletariado socialista da Europa nos ajudará a fazer a revolução

socialista.” (Lenine – “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”, in: Obras Completas – tomo 9)

O que fazer então com os camponeses aliados? Marx já havia dito que os camponeses são os “aliados naturais da burguesia”. A resposta de Lenine é bem clara.

“Na verdadeira luta, na luta decisiva pelo socialismo, os camponeses, como classe de proprietários fundiários, terão a mesma função de traição e mostrarão a mesma inconsistência de hoje da burguesia pela democracia.” (Lenine, idem)

A fórmula de Lenine: “ditadura democrática do proletariado e dos camponeses” era sustentada pela ação da tomada do poder pelo proletariado e ditadura na revolução burguesa contra a própria burguesia, com o apoio dos camponeses. Em outras palavras, sua sustentação se dava segundo um duplo objetivo: chegar à revolução proletária na Europa, condição sem a qual o socialismo não poderia vencer a Rússia; evitar a restauração do czarismo (na Rússia) que poderia retomar seu papel de guarda branca da Europa.

4.1.4. As condições para o desencadeamento da revolução russa desabrocharam-se com os revezes do czar durante a guerra pois, aos olhos dos capitalistas, dos democratas e dos social-patriotas que aderiram à causa da guerra anti-alemã, o czar tornou-se um inimigo a ser abatido. Não só porque era julgado incapaz de conduzir a guerra, como suspeitavam que realizasse uma aliança secreta com os alemães. Desse modo, a revolução de fevereiro de 1917 encontrou alguns ecos favoráveis nos patriotas, democratas ou socialistas. Embora não tendo, na sua maioria, aderido à guerra, os socialistas de direita apoiaram prontamente um governo provisório que deveria continuar a guerra de acordo com as potências estrangeiras aliadas. É sobre esta base que firmaram o compromisso com os partidos burgueses. Desmascarava-se totalmente a traição de todos os partidos que apoiavam o governo de Kerensky.

Inicialmente hesitantes, mas depois com toda firmeza, após o regresso de Lenine (Teses de Abril), dos outros chefes de 1917 e da adesão de Trotsky, o partido bolchevique preparou-se para derrubar o governo provisório que contava com o apoio dos mencheviques e populistas. A conquista do poder pelo partido comunista resultou pois da derrota de todos os outros partidos, tanto “operários e camponeses” como burgueses, na guerra civil e no “Soviet Panrusso”; da dispersão da Assembléia Constituinte convocada pelo governo provisório; da ruptura dos bolcheviques com seu último aliado: o partido dos socialistas-revolucionários de esquerda, partidários da guerra santa contra os alemães e que tinham enorme influência no campo.

4.1.5. Se a sociedade russa, após a derrota do proletariado em escala mundial em 1928, é capitalista, isto não nega o fato de que a revolução de outubro foi uma revolução proletária e comunista. Não se pode considerá-la sob o ponto de vista da transformação imediata das formas de produção e da estrutura econômica, mas como um momento da luta política internacional do proletariado.

Com efeito, ela contém uma série de caracteres que escapam totalmente aos limites de uma revolução nacional e puramente anti-feudal e que não se reduzem ao fato de ter sido dirigida pelo partido proletário.

1) Em virtude da tese de Lenine de que a guerra mundial tinha um caráter imperialista, mesmo para a Rússia, todos os comunistas e os partidos socialistas deviam praticar o derrotismo revolucionário pois, a questão não era o fato do Estado russo não ser democrático mas da guerra ser imperialista. O desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia, embora fraco já bastava para conferir um caráter imperialista à guerra. Os bolcheviks foram condenados pelos traidores por haverem colocado um fim à “guerra santa” e liquidado as alianças militares. É contra eles, contra a guerra, contra o imperialismo mundial que Outubro venceu: foi uma vitória puramente proletária e comunista.

2) Outubro definiu, para todas as nações, a via da vitória sobre a burguesia: o emprego da violência e do terror revolucionários, a rejeição das “garantias democráticas”, a aplicação ilimitada da ditadura da classe proletária dirigida pelo partido comunista, conceito essencial da teoria comunista já verificado na Comuna de Paris.

3) A lição de Outubro também verificou definitivamente que o proletariado só tem um partido, o partido comunista, mostrando que a via revolucionária não passa pelo exército do poder em comum com os servidores do capital – os quais apresentam a classe operária no cenário político de forma fictícia, como se estivesse “dividida” em diversos partidos - , mas pela sua destruição violenta até o poder total do único partido proletário

4.2. A Tragédia da Revolução na Europa Central

4.2.1. O proletariado alemão manifestou-se de forma caótica, vacilante na revolução de 6 a 9 de novembro de 1918 , pela derrubada do Estado burguês, criando conselhos de operários e soldados, como organização política máxima, por quase toda a Alemanha. Esta tentativa revolucionária foi mais fruto do enfraquecimento do imperialismo existente do que de uma ação coerente no plano doutrinário. Nesse momento, o entrave ao surgimento do partido proletário na forma pura deveu-se principalmente às manobras dos oportunistas do partido social-democrata e dos sindicatos livres, desviando completamente o proletariado da via revolucionária, em especial durante os anos de guerra.

Apesar de tudo, novembro significava que o momento da revolução comunista se aproximava e que, somente a sua fusão com a revolução bolchevique poderia superar e realizar as vacilantes palavras-de-ordem lançadas pelo proletariado insurgente.

(O fato de haver ousado, ndr) “é o essencial e o que permanece da política dos bolcheviques. Neste sentido, fica-lhes na história o mérito imperecível de ter aberto o caminho para o proletariado internacional conquistando o poder político e colocando na prática o problema da realização do socialismo, bem como de haver feito progredir consideravelmente o conflito entre o capital e o trabalho no mundo inteiro. Na Rússia o problema apenas poderia ser colocado. Não poderia ser resolvido na Rússia. Neste sentido é que o futuro pertence, por todos os lados, ao “bolchevismo”. (Rosa Luxembourg, “A revolução russa”)

4.2.2. A marcha da luta de classes impunha a reformalização do partido da classe proletária para dirigir sua luta contra o Estado burguês representado pelo governo social-patriota Ebert-Scheidemann. É sobre a linha invariante do programa comunista que o discurso de

Rosa Luxemburg, no congresso de fundação do KPD (Kommunistische Partei Deutschlands-Spartakusbund, Partido Comunista Alemão – Liga Spartakus) em 31/12/1918, reivindica a integralidade das medidas práticas para realização do socialismo, contidas no Manifesto do Partido Comunista (1848).⁶

“E agora, camaradas, atingimos hoje o ponto em que podemos dizer: retornamos a Marx, retornamos sob sua bandeira. Hoje declaramos no nosso programa: o proletariado não tem outra tarefa imediata – em poucas palavras – senão aquela de fazer do socialismo de alto a baixo. Nós nos recolocamos, assim, sobre o terreno que ocupavam Marx e Engels em 1848, o qual eles fundamentalmente jamais abandonaram”. (Rosa Luxemburg, “Nosso programa e a situação política”, Discurso no Congresso de Fundação do KPD)

Mas a derrota dos comunistas alemães (spartakistas) na insurreição de Berlim, em janeiro de 1919, culminando com o assassinato de Rosa Luxemburg e Karl Liebknecht, pelo governo social-patriota, foi decisiva para bloquear o curso da revolução comunista na Alemanha.

4.2.3. Na Hungria, em 21/3/1919, é instaurada uma República Soviética, cuja direção era composta por elementos socialistas e comunistas (estes tendo à sua frente Bela Kun). Esta união com os reformistas e as indecisões do movimento proletário europeu, traído e drogado pelos social-chovinistas impediram a pronta instauração da ditadura do proletariado na Hungria. Apesar disso, havia a esperança de que esse movimento radicalizasse a revolução na Alemanha, fundindo-os com a Rússia soviética. Houve a tentativa de individualização de um movimento comunista na Hungria: um exército vermelho húngaro ocupou parte da Eslováquia. Mas, sua derrota militar para as tropas da “Entente” franco-romena, com o consentimento dos social-patriotas, liquidou a República Soviética húngara (agosto 1919).

A traição dos social-patriotas e social-chovinistas impediu, portanto, o início de um vasto movimento de reunificação do proletariado sobre uma base de classe, impedindo a unificação das correntes de esquerda européias: os tribunistas holandeses (Pannekoek, Gorter), a esquerda inglesa (Sylvia Pankhurst), etc. Em consequência não houve o rompimento definitivo do proletariado europeu com a democracia e a fusão com a revolução russa não pôde se produzir.

4.3. A III^a Internacional (Internacional Comunista)

4.3.1. Para Lenine (em 1917) como para todos nós comunistas, a Rússia revolucionária (atrasada industrialmente, como a Alemanha de 1848) deveria abrir o caminho para a revolução comunista na Europa e no mundo. A Alemanha vencida deveria fornecer as forças produtivas, o potencial econômico. O restante da Europa Central seguiria esse movimento. Depois, uma segunda vaga submergiria os “vencedores” a França, a Itália, a Inglaterra, a América e o Japão. Assim, no núcleo Rússia-Europa, o desenvolvimento das forças produtivas na direção do socialismo, com a ditadura do proletariado não encontraria obstáculos. É somente neste sentido que o partido comunista russo defendia e exigia a

⁶ Trata-se das medidas constantes do final da II parte do Manifesto do Partido Comunista.

fundação de uma nova Internacional que pudesse vir a ser o partido da classe proletária mundial. Apesar do ascenso da vaga revolucionária que inundava todos os países provocando insurreições de caráter proletário por todos os lados, o estágio de fragmentação da classe proletária, imposto pelo oportunismo social-patriota e social-pacifista, atrasava a formalização de uma nova Internacional proletária.

Desse modo a fundação da III^a Internacional (março 1919), no cume da vaga revolucionária, marca uma descontinuidade real. Objetivamente, o curso da luta de classes impunha aos comunistas a tarefa de torná-la cada vez mais efetiva e, para tanto, a crítica materialista da falência de todos os partidos da II^a Internacional e de seus pressupostos, iniciada pela “esquerda de Zimmerwald”, foi realizada nos fatos, na revolução russa e também, parcialmente, na doutrina, com “O Estado e a Revolução”. Entretanto, no ocidente, o movimento proletário não conseguiu romper definitivamente com a democracia e, portanto, não pôde conduzir com suficiente determinação a luta contra o capital.

A não fusão entre os dois movimentos já pesava desfavoravelmente no curso da revolução mundial e impedia a plena restauração da doutrina comunista, o que fez com que a Internacional, partido mundial da revolução, não pudesse desempenhar integralmente seu papel.

4.3.2. – No I^o Congresso se exprimiu a tendência de reencontrar as firmes posições comunistas.

- Teses de Lenine sobre a democracia burguesa. A resolução desenvolve plenamente as questões da doutrina e de princípio sobre a destruição do Estado burguês e a conquista do poder proletário, como formuladas no “Estado e a Revolução” e nos textos fundamentais da teoria comunista.

- Plataforma da IC. Reafirmava as teses sobre a tomada revolucionária do poder, da destruição do aparelho estatal burguês e sua substituição por um potente aparelho estatal proletário “sempre mais centralizado em sua forma”, como órgão de repressão direta contra os adversários da classe operária”, e destinado a “quebrar e tornar impossível a resistência”, assim como realizar uma crescente centralização dos meios de produção segundo um plano único”, preparando o traspasse do modo de produção capitalista àquele socialista e da sociedade burguesa dividida em classes à sociedade sem classes, à comunidade humana.

- Resolução sobre as correntes socialistas e a conferência de Berna dos social-traidores. Aqui, é colocada plenamente a questão da reconstituição do partido revolucionário, ligada ferreamente à teoria e com a avaliação das duas linhas dos socialistas renegados: de um lado os social-patriotas, capangas declarados da burguesia, como aqueles que assassinaram Liebknecht e Luxemburg; de outro lado, os perigosos centristas (entre os quais se incluíam Kaustky e Adler, Turati e MacDonald) que negavam a ditadura do proletariado na sua universalidade e que Lenine, não por acaso, definia com o termo de social-pacifistas. Não se proclamava apenas a cisão irrevogável com os primeiros, afirmava-se que “a ruptura organizacional com o centro é uma necessidade histórica absoluta”.

- Teses sobre a situação internacional e a política da “Entente.”⁷ Referiam-se ao momento histórico dado, mas sua forma de exposição é universalmente válida. Aqui é reafirmada a condenação do pacifismo da Sociedade das Nações de então, e do pacifismo de Moscou e da ONU de hoje.

- Resoluções sobre o terror branco. A desumana defesa da burguesia e de seus privilégios faz remontar, não a formas pré-burguesas de terror, mas ao imperialismo dos países democratas da “Entente” e é indicada, como única via de saída, a derrubada do capital.

“Na sua luta para a manutenção da ordem capitalista, a burguesia emprega os métodos mais inauditos, diante dos quais empalidecem-se todas as crueldades da Idade-Média da Inquisição e da colonização. A classe burguesa, encontrando-se nas bordas de seu túmulo, destrói agora fisicamente a força produtiva mais importante da sociedade humana – o proletariado, e é desmascarada, neste momento por este terror branco em toda sua repugnante nudez”.

- Manifesto aos proletários do mundo inteiro. Reatando-se ao fio vermelho de um século de luta proletária, terminava com o grito de guerra.

“A crítica socialista flagelou suficientemente ordem burguesa. A tarefa do partido comunista internacional (nota-se como o novo organismo passa a ser concebido, a partir de então, como partido mundial único, ndr), é de destruir tal estado de coisas e de implantar em seu lugar o regime socialista. (...) Sob a bandeira dos soviets operários, da luta revolucionária pelo poder e da ditadura do proletariado, sob a bandeira da III^a Internacional, proletários de todos os países, uni-vos!”

4.3.3. A defasagem dos movimentos revolucionários fez-se aparecer mais agudamente por ocasião do 2º Congresso. Não havia, por parte da grande maioria dos partidos que propunham sua adesão, uma clareza suficiente a respeito da própria natureza e função do partido, sobre a atitude dos comunistas frente a diversas questões, tais como a democracia parlamentar, movimento sindical, questão nacional, etc.... Constituiu-se, portanto, em tarefa principal do 2º Congresso fixar as diretivas gerais sobre estas questões (verificar mais adiante a posição da Esquerda Comunista Italiana sobre estes pontos) e, neste sentido, impôs-se a necessidade de purificação dos partidos (as 21 condições de admissão para lhes dar um vigor revolucionário.

Ao mesmo tempo que era necessário tal purificação, a continuidade do influxo da vaga revolucionária dava esperanças ao movimento comunista de que houvesse uma amalgamação, em torno dos partidos comunistas, de elementos do proletariado revolucionário. Estes, mesmo que não tivessem pertencido no passado a partidos socialistas, poderiam contribuir para contrabalançar, senão com a clareza teórica, ao menos com o ímpeto revolucionário, as influências dos muitos “comunistas” de última hora que haviam se convertido “à moda” dos soviets, após um passado cheio de compromissos contra-revolucionários. A necessária expulsão de elementos oportunistas do seio das organizações operárias também era absolutamente imprescindível para que nenhuma

⁷ Acordo firmado entre Inglaterra, França e Rússia antes da 1ª guerra.

aproximação a formações centristas fosse admitida pois, apesar destas organizações comportarem uma maioria de elementos operários, elas eram praticamente burguesas.

Assim, em quase todos os países do mundo verificava-se um processo de cisão com os reformistas, embora as condições reais de descontinuidade da vaga revolucionária não permitissem que pudesse ser atingido o grau de pureza necessária nos partidos que se constituem em seção da IC.

4.3.4. No curso do maremoto e do entusiasmo revolucionários que varriam o mundo, teve lugar em Baku, sob a direção da IC e portanto firmemente ligado às diretivas da revolução proletária, em setembro de 1920, o “Primeiro Congresso dos Povos do Oriente” que reuniu quase dois mil delegados da China ao Egito, da Pérsia à Líbia. Estes representantes dos povos do oriente reagrupavam-se em bloco em torno da Rússia soviética e levantavam-se contra o bloco ocidental dirigido pelas grandes potências coloniais brancas. Sua palavra de ordem era: aliança com o Estado dos Soviets de um lado com a classe operária dos países ocidentais e, de outro, com os povos oprimidos de cor, para abaterem o imperialismo do capital.

“A Internacional Comunista convida os povos do Oriente a derrubarem, pela força das armas, os opressores do Ocidente; para tal necessidade proclama contra estes a Guerra Santa e designa a Inglaterra como o primeiro inimigo a afrontar e combater!” (Zinoviev-Manifesto Final do Congresso de Baku)

O movimento proletário devia ajudar (e ajudou) os movimentos anti-coloniais na perspectiva da realização da revolução dupla, isto é, não na perspectiva de apoio a movimentos democrático-burgueses, mas de luta ao lado da burguesia para empurrar o mais longe possível, a revolução burguesa e contra ela, sempre que ela abandone suas tarefas revolucionárias e, principalmente, no momento em que ela revela seu caráter anti-proletário. O ponto fundamental não era admitir-se, por princípio, aliança com a classe burguesa mas submissão dos movimentos nacionalistas revolucionários, anti-imperialistas, aos interesses da luta proletária, da revolução comunista mundial. Ou seja, submeter os “interesses” da luta proletária em um país aos interesses desta luta no mundo inteiro” (Lenine-Teses sobre a Questão Nacional). Apenas neste sentido é que se pode falar d uma “aliança” esporádica com os movimentos burgueses que se colocavam sobre o terreno da insurreição armada, para assim colocar-se um “fim às ilusões nacionais da pequena-burguesia sobre a possibilidade de uma convivência pacífica e de uma igualdade entre as nações sob o regime capitalista”. (idem) Sem a vitória da revolução comunista não é possível “abolir as opressões nacionais e as desigualdades sociais” (idem).⁸ A justeza dessa posição provinha da existência real tanto de uma vaga revolucionária (esperava-se a revolução mundial), quanto de um organismo internacional do proletariado que desempenhava a função de partido da classe proletária. A esperança era a de que, dialeticamente, uma revolução dos “povos de cor” acelerasse a revolução na Europa e, portanto, a revolução mundial.

⁸ O movimento de liberação ganha amplitude: Irlanda (1921), Egito (1922), Turquia (1918-1920), Afeganistão; radicalizações, sob a ação do proletariado, na China e Índia.

“A propósito da livre disposição das nações, como em todas as outras questões, o que nos interessa é a livre disposição do proletariado dentro das nações”. (Lenine)

4.3.5. Nos E.U.A., o movimento de unificação das classes se fez através dos sindicatos. Depois dos “Cavaleiros do Trabalho”, da A.F.L. (American Federation of Labor), formou-se a I.W.W. (Industrial Workers of the World): “Os males econômicos universais que afligem a classe operária só podem ser extirpados por um movimento operário universal.” (manifesto de 1905 da I.W.W.). Entretanto, não ultrapassava os limites da associação econômica (eram organizadas por indústria), a qual era tomada como forma intrinsecamente revolucionária, rejeitando, por princípio, o partido de classe.

Ao longo da guerra, uma ala esquerda internacionalista rompeu com o Partido Socialista americano (aquele fundado em 1901) acabando por constituir-se, em 1920, no PC da América, membro da IC. Este partido reconhecia a importância da I.W.W. no movimento da unificação da classe operária, mas ressaltava suas limitações revolucionárias.

“A I.W.W. recusa a necessidade de uma ação política revolucionária para a conquista do poder e para a instituição consecutiva da ditadura, após a qual – e somente graças à sua obra – poderá ser criada a organização industrial social desejada pelas ligas dos operários industriais.” (L. Fraina, Secretário do P.C. da América, in “Il Soviet” de 6/6/1920)

Evidenciava-se portanto, o grande contra-golpe que provocou a revolução russa sobre a luta do proletariado americano.

4.3.6. A partir de 1921 começa a esgotar-se a fase ascendente da vaga revolucionária e, frente à revolução que marca passo, a burguesia, reencontra forças para uma ofensiva contra o proletariado revolucionário. No país “chave” da fusão entre os movimentos revolucionários, a Alemanha, nasce em 1920, das cisões do movimento proletário que conseguiu sobreviver ao massacre do K.P.D. e da rede de conselhos operários, o K.A.P.D. (Kommunistische Arbeiter-Partei Deutschland; Partido Operário Comunista da Alemanha). Organização que teve uma participação decisiva na “Ação de Março”, tentativa insurrecional de grandes proporções na Alemanha central em 1921, a qual foi dura e rapidamente reprimida e marcou, praticamente, o descenso da vaga revolucionária sobre a área européia.

A linha geral do K.A.P.D., e de grande parte das organizações do proletariado mais ativa, era baseada no modelo da “organização dupla”: partido político – uniões operárias (sistema de “organizações de fábrica”). Ao “partido de classe”, restava elaborar, segundo os dados do movimento operário, das uniões operárias, uma linha política capaz de desenvolver a consciência revolucionária das massas e o caminho a seguir, a partir de ações de vanguarda (cf. Gorter-“Resposta a Lenine”). Mas, embora este movimento (juntamente com o dos tribunistas holandeses e outros elementos da esquerda) estivesse evitado de erros, tanto sobre a questão do partido, como sobre a questão nacional, como na sua incapacidade de compreender a importância do prolongamento da revolução russa na área asiática, etc, é necessário reconhecer que, por seu turno, Lenine e os bolcheviques não compreendiam a necessidade de se ter, para o Ocidente, uma tática muito mais radical quanto ao

parlamentarismo, a questão agrária, etc. Dessa maneira, de uma parte, como toda revolução radical, a revolução russa provocou um movimento de convergência e de formação de uma visão global de um processo revolucionário e vital. Mas, de outra parte, as dificuldades da fusão entre a luta revolucionária no ocidente capitalista e na área eslava aprofundavam a descontinuidade entre os movimentos revolucionários, marcando a incapacidade da IC de acelerar e realizar o processo de fusão da classe sobre toda sociedade.

4.4. Descenso da Vaga Revolucionária e Oposição de Esquerda.

4.4.1. A revolução triunfando politicamente numa determinada zona do globo, implantando o Estado proletário e sendo capaz de resistir aos assaltos militares dos exércitos contra-revolucionários, depara-se com a necessidade de resistir às pressões econômicas. Um Estado gerindo uma economia capitalista ou em vias de sê-la e, ao mesmo tempo, implantando as primeiras medidas do socialismo, na ausência de uma revolução mundial é reabsorvido no modo de produção capitalista. Isto significa a impossibilidade do socialismo num país, mas também significa a derrubada da tese social-democrata que afirma: para que o socialismo triunfe é necessário a simultaneidade da revolução em todos os países. Esta tese implica no abandono da luta política numa zona determinada. Num país, ou em países isolados, a manifestação da ditadura do proletariado pode iniciar-se num momento da retomada revolucionária mas, a realização do comunismo só é possível com a derrubada do capital em escala mundial, isto é, com a fusão do movimento revolucionário sobre todas as áreas do globo.

A manutenção a todo custo do poder do Estado proletário dirigido pelo partido comunista da Rússia, como vanguarda política da revolução mundial, enquanto perdurava a vaga revolucionária, demonstra a justeza de sua posição.

4.4.2. Com o recuo da revolução mundial, o Estado russo tendia a apoiar-se sobre duas classes: proletariado e campesinato. Era necessário enfrentar praticamente este problema e Lenine expressou claramente a sua natureza e a importância, para a revolução mundial, a aliança, na Rússia, do proletariado com o campesinato, empreendendo a luta teórica contra aqueles bolcheviques que viam nessa aliança apenas oportunismo.

“O camarada Trotsky fala de um “Estado operário”. Isto é uma abstração! Quando falávamos de Estado operário em 1917, isto era normal; mas hoje, quando nos dizem: “Porque defender a classe operária e contra quem, pois não há mais burguesia, pois o Estado é um Estado operário”, enganam-se redondamente pois este Estado não é totalmente operário. Eis o nó da questão! Este é um dos principais erros do camarada Trotsky. Dos princípios gerais, passamos hoje à discussão prática e aos decretos e querem desviar-nos deste trabalho prático e concreto para puxar-nos para trás. Isto é inadmissível. De fato, primeiramente, nosso Estado não é um Estado operário, mas operário-camponês. Decorrem daí numerosas conseqüências. (Boukharine: “Como? Operário-Camponês?). E o camarada Boukharine grita lá de trás: “Como? Operário-Camponês?” Não vou me dar o trabalho de responder-lhe neste ponto. Aqueles que quiserem fazê-lo recordem-se do Congresso dos Soviets que acaba de terminar (VIII Congresso dos Soviets da Rússia, ndr), ele deu a resposta. Mas isto não é tudo. O programa de

nosso Partido, documento que o autor do “ABC do Comunismo” conhece perfeitamente, mostra que nosso Estado é um Estado operário apresentando uma deformação burocrática. E é esta triste, como diria, etiqueta, que tivemos de lhe opor. Eis a transição em toda sua realidade”. (Lenine, “Os sindicatos, a situação atual e os erros de Trotsky”, 30/12/1920).

“A questão capital da revolução é lutar atualmente contra estas duas últimas classes (a classe dos pequenos produtores e a dos pequenos agricultores, ndr). Para livrarmos delas, é preciso empregar métodos diferentes daqueles da luta contra os grandes proprietários fundiários e os capitalistas. Estas duas classes, podíamos simplesmente apropriá-las e expulsá-las: foi o que fizemos. Mas não podemos agir de modo semelhante com as últimas classes capitalistas, os pequenos produtores e os pequenos burgueses que existem em todos os países.(...) O que confere o sentido do período que se inaugura atualmente na Rússia, do ponto de vista internacional, se consideramos a revolução mundial como um processo único, é que, no fundo, devemos resolver praticamente o problema das relações do proletariado com a última classe capitalista do nosso país.(...) Do ponto de vista internacional, o fato de nos apegarmos a determinar a atitude do proletariado, dono do poder, em relação à última classe capitalista, o pequeno produtor, a pequena propriedade viga mestra do capitalismo, marca um imenso progresso. Este problema coloca-se agora para nós de modo prático.

(...) Pela primeira vez na história, existe um Estado que conta com estas duas classes: o proletariado e o campesinato. Esta última constitui a imensa maioria da população. Ela é naturalmente bastante atrasada. De que forma prática manifesta-se, no desenvolvimento da revolução, a atitude do proletariado, dono do poder, em relação ao campesinato? A primeira forma é a aliança, uma aliança estreita. É uma tarefa muito difícil, mas possível, de qualquer modo, no plano econômico e político. (...) Nós tentamos realizar esta aliança entre o proletariado e o campesinato, e a primeira etapa foi a aliança militar.(...) A ditadura do proletariado na Rússia impôs à classe dominante, ao proletariado, sacrifícios, privações, misérias tais que a história não tinha jamais conhecido, e é muito provável que o mesmo venha a acontecer em qualquer outro país. Uma questão se coloca: como iremos repartir estas privações? Nós representamos o poder de Estado. Nós estamos em condições até certo ponto, de repartir as privações de impô-las a algumas classes, e de amenizar assim, relativamente a situação de certas camadas da população. De que princípio devemos nos inspirar? O princípio da justiça ou da maioria? Não. Devemos agir num sentido prático. Repartir os fardos da miséria de modo a salvar o poder do proletariado. Eis aí nosso único princípio.(...) (..)Na Rússia os camponeses tiraram mais proveito da revolução que a classe operária. Nenhuma dúvida poderia permanecer a este respeito. Do ponto de vista teórico, isto mostra naturalmente que nossa revolução foi burguesa em certa medida.(...)

Mas nós fomos o único partido que soube conduzir a revolução burguesa até o fim e facilitar a luta para a revolução socialista. O poder e o sistema soviéticos são instituições do Estado socialista. Nós já os estabelecemos, mas o problema das

relações econômicas entre o campesinato e o proletariado ainda não está resolvido.
(...)

Já disse que a falta de forragem e a má safra suscitaram, na primavera de 1921, uma miséria horrenda entre os camponeses que encontram-se em maioria no nosso país.(...) Nós ajudamos os camponeses porque sem aliança com eles o poder político do proletariado é impossível, não se teria como conservá-lo. É este motivo prático que foi decisivo para nós e não a repartição eqüitativa. Nós ajudamos os camponeses pois isto é absolutamente necessário para manter o poder político. O grande princípio da ditadura é sustentar a aliança do proletariado e do campesinato, de modo que este possa conservar seu papel dirigente e o poder do Estado. O único meio que tenhamos encontrado, é o imposto em natureza que é a inevitável consequência da luta.(..) Nós devemos passar da aliança militar para a aliança econômica, que, teoricamente, só pode ter um fundamento, a instituição do imposto em natureza. É a única possibilidade no plano teórico de colocar a base econômica verdadeiramente sólida da sociedade socialista. (Lenine – Relatório sobre a tática do partido comunista da Rússia no III ° Congresso da IC, 5/7/1921 – grifo nosso)

Sobre esta base, desenvolvem-se no seio do Estado operário e camponês, fortes deformações burocráticas.

“Na primavera de 1921 (...) nós vemos este mal (a burocracia, ndr) erguer-se à nossa frente ainda mais nítido, mais preciso, mais ameaçador. Quais são suas raízes econômicas? Elas são principalmente de dois tipos: de uma parte a burguesia evoluída precisa, para combater o movimento revolucionário dos operários (e em parte dos camponeses), de um aparelho burocrático, militar inicialmente, judiciário em seguida, etc... Isto não existe aqui. Nossos tribunais são tribunais de classe, dirigidos contra a burguesia. Nosso exército é um exército de classe, dirigido contra a burguesia. A burocracia existe, não no exército, mas nos seus serviços. Existe aqui uma outra raiz econômica da burocracia: o isolamento, a dispersão dos pequenos produtores, sua miséria, sua incultura, a ausência de estradas, o analfabetismo, a ausência de trocas entre a agricultura e a indústria, a falta de ligação, de ação recíproca entre elas. (Lenine, O imposto em natureza, maio 1921)

Desse modo, produzia-se uma involução do processo revolucionário, pois a ditadura do proletariado metamorfoseava-se em “ditadura do proletariado e do campesinato”. O traspasse do processo revolucionário encontrava-se, portanto, bloqueado e invertido. Uma tal situação só poderia introduzir uma descontinuidade, não só no Estado que se apoiava sobre duas classes, mas também no próprio ser do partido bolchevique que se tornava dual.⁹

⁹ Os socialistas-revolucionários de esquerda, no período da revolução de outubro, cristalizavam as aspirações da massa camponesa. Para que a revolução se realizasse foi necessário, como vimos, que o partido bolchevique rompesse com eles. A questão não é que a falta de um “partido do campesinato pobre” impede a realização da revolução proletária, mas que a não realização da revolução mundial impede o Estado proletário para o isolamento e este tende a exprimir, de forma crescente, as distorções causadas pelo bloqueio do traspasse do processo revolucionário.

O erro de Trotsky foi o de ter sempre recusado a possibilidade da ditadura democrática dos operários e camponeses. Entre fevereiro e outubro de 1917 os fatos pareciam lhe dar razão: realizou-se a ditadura do proletariado e a demissão dos socialistas-revolucionários de esquerda, os quais não foram capazes de executar seu programa agrário que os bolcheviques realizaram (criação dos soviets dos camponeses pobres.) Mas o desdobramento da ditadura democrática mostrou que Trotsky privilegiou apenas um aspecto do processo revolucionário, sem dúvida essencial, mas insuficiente para individualizar todos os problemas reais que uma revolução tem que enfrentar; aquele momento em que as condições reais permitem ao proletariado dirigir sozinho a totalidade das forças revolucionárias. Daí a teoria da revolução permanente.

Ora, para que haja permanência na revolução é necessário que haja permanência do movimento revolucionário, isto é, que não haja descontinuidade. Outro erro na análise de Trotsky era de que a economia “permanecendo socialista, revolucionária” (Trotsky também errava ao caracterizar a economia russa e sua gestão – a planificação – como socialistas), mesmo que o “Estado operário” degenerasse, a revolução poderia ser revigorada por qualquer sacudidela social.

4.4.3. O grande problema para os revolucionários é o de não perceber as descontinuidades, ou percebê-las parcialmente. Permanecendo o Estado apoiado sobre duas classes não se pode falar de “Estado operário”, e, nem a vontade do partido aferrado sobre posições programáticas coerentes é capaz de produzir uma inflexão na situação.

Na revolução russa, a intervenção da vontade desempenhou um grande papel pois, em primeiro lugar, o proletariado era minoria ínfima no imenso país e devia aproveitar, em profundidade, da aceleração da luta de classes ligada à derrota militar do czar para enxertar, sobre a série de revoluções que se acavalavam, a revolução proletária. Em segundo lugar, após a vitória da revolução, dever-se-ia forçar ao máximo as transformações que não poderiam se produzir espontaneamente, dado o caráter atrasado da sociedade russa. Dever-se-ia tudo controlar e tudo dirigir, em virtude da imensa população camponesa. Toda a questão era de saber qual o limite histórico e material desta vontade revolucionária. A intervenção de Lenine lembrando que não devia, no isolamento a que estava submetida a sociedade, exagerar a importância do partido, de não tomá-lo como um “deus ex-machista” mas lutar contra a doença da vontade, é fundamental para que se distinga a posição programática coerente de Lenine do “leninismo”.

4.4.4. Ao longo da revolução russa, duas formas de organização da classe se manifestam: uma mediata, o partido; outra, imediata, os soviets. As diversas correntes proletárias se dividem sobre esta questão. Uma reivindicando o partido como essencial, os trotskistas; outras os soviets, os tribunistas e os kapedistas (membros do KAPD). Estas duas posições reintroduzem, no plano organizativo, a dualidade que a revolução, num determinado momento de sua vida, havia ultrapassado, pois não conseguem encarar a classe no seu processo real de luta. Os soviets são órgãos imediatos, locais, engendrados num período revolucionário e são, necessariamente, submetidos ao partido, forma mediata que detém a totalidade do curso histórico do processo revolucionário. Na realidade, aquelas duas visões unilaterais derivavam de uma deformação voluntarista. Não se cria pela força da

vontade nem os soviets, nem o partido, pode-se apenas acelerar um movimento já em ação. Somente a Esquerda Comunista da Itália afrontou coerentemente este problema.

4.4.5. Esta dualidade se apresentou sob o falso problema: ditadura da classe ou ditadura do partido? Se a forma partido se autonomiza, isto significa que a contra-revolução provoca uma ruptura no conjunto organizativo da classe. Abre-se, deste modo, a possibilidade real de haver uma oposição.

“Com todos os meios que não excluem o direito de viver no partido, é necessário denunciar a palavra de ordem predominante como condutora ao oportunismo e contrastável com a fidelidade aos princípios do programa da Internacional. Mesmo outros grupos que não nós, podem ter o direito de defendê-los, com a condição de que coloquem a questão de investigar as deficiências iniciais, não as teóricas mas aquelas táticas, organizacionais, disciplinares, que tornaram a III^a Internacional vulnerável aos perigos da degenerescência. Creio que um dos defeitos da Internacional atual é o de ser um “bloco de oposições” locais e nacionais. É necessário refletir sobre isto sem se deixar levar pelas degenerescências, mas para utilizar vantajosamente estes ensinamentos.” (Bordiga – Carta a Korsch – 28/10/1926)

Este “bloco de oposições” em que se transformou a IC foi portanto um fenômeno da crise no seio do processo revolucionário. Ora, persistindo este fenômeno, ou há eliminação violenta do partido, ou sua reabsorção. Entretanto, na medida em que o partido, num dado momento, tende a limitar-se à porção mais consciente da classe, aparecendo como sendo somente um órgão desta porção, há efetivamente ditadura do partido. Mas, tal fenômeno só pode ser passageiro pois, se permanece, torna-se a expressão do congelamento do fenômeno revolucionário, de seu bloqueio, isto é, que a contra-revolução o arrastou momentaneamente antes de triunfar.

4.5. Final da Vaga Revolucionária e Ascenso da 3^a Vaga de Oportunismo.

4.5.1. O aprofundamento da descontinuidade revolucionária colocava, cada vez mais, para o partido bolchevique no poder e para os grupos do “bloco de oposições” portanto para a III^a Internacional, o problema de sua ligação com as massas e a necessidade de encontrar expedientes táticos para reagrupá-las mais amplamente. A questão de conjurar a influência social-democrata e oportunista, ainda encravada em vastas camadas do proletariado, isto é, a necessidade de reverter as massas influenciadas pelos partidos social-democratas para o partido comunista, utilizando-se de “manobras” estratégicas e expedientes táticos democráticos (política de alianças; a frente única, etc...), tornou-se o eixo central da linha de ação da Internacional Comunista.

A generalização de tal diretiva (aprovada no 3^o Congresso), constituiu-se num desvio da linha histórica do partido comunista pois, se na Rússia as alianças estavam fundamentadas na luta contra o poder feudal, o qual colocava todos os movimentos fora da lei e os constringia a lutar de forma insurrecional, na Europa já era longa a realidade democrática. Aqui, dever-se-ia rejeitar resolutamente qualquer aliança e qualquer proposta

de aliança com os partidos socialistas e pequeno-burgueses (rejeição da tática da frente única).

4.5.2. A generalização da fórmula “governo operário”, também adotada a partir do 3º Congresso, isto é, a formação de governos de coalizão com partidos burgueses – desvio programático que dissocia a tática do programa -, acabaria introduzindo mudanças de tática em função do exame de cada situação particular, em função de cada “realidade concreta”, desligadas do objetivo da revolução comunista: a derrubada do Estado burguês e a instauração da ditadura do proletariado.

“Quando o proletariado é levado a constatar que, para satisfazer suas reivindicações, é necessário que o governo instalado deva ser mudado, o partido comunista deve fundar sobre este fato sua propaganda para a derrubada do poder burguês e a ditadura do proletariado: da mesma forma que ele deve fazer quando os trabalhadores constatarem que suas reivindicações econômicas não podem ser realizadas no quadro da economia capitalista.

Quando o regime governamental encontra-se colocado numa situação crítica pela relação das forças sociais, deve-se fazer de sua derrubada não uma simples fórmula de propaganda mas uma reivindicação concreta acessível à massa. (...) Falar de governo operário, como de um governo de coalizão dos partidos operários, sem indicar qual será a forma da instituição representativa sobre a qual este governo poderá apoiar-se, não é lançar uma reivindicação que os operários podem compreender, mas apenas uma fórmula de propaganda que introduz a confusão na preparação ideológica e política da revolução. Os partidos são organizações constituídas para tomar o governo e os partidos que formam o governo operário não podem ser aqueles que são a favor da conservação das instituições parlamentares burguesas.(...)

A situação política mundial não permite prever a formação de governos de transição entre o regime parlamentar burguês e a ditadura do proletariado mas, sobretudo, aquela de governos de coalizão burgueses, os quais conduzirão a luta contra-revolucionária pela defesa do sistema com a máxima energia. Se for o caso de haver governos de transição, é uma necessidade de princípio para o partido comunista deixar aos partidos social-democratas a responsabilidade de dirigi-los, uma vez que eles nascem sobre a base de instituições burguesas. É a única maneira, para o partido comunista, de poder dedicar-se à preparação da conquista revolucionária do poder e à sucessão do governo de transição.” (A Tática da IC. Projeto de Teses apresentado pelo PC da Itália no IVº Congresso Mundial – novembro de 1922)

4.5.3. Assim, o aprofundamento da descontinuidade no movimento de reunificação da classe introduziu, cada vez mais, desvios e fraquezas em relação à unidade entre tática e programa comunista no seio da IC. Para conquistar grupos quantitativamente significativos de operários, chegou-se até a negociar-se com elementos reconhecidamente oportunistas no sentido de praticar fusões de seções isoladas da IC com outros organismos políticos não-proletários, bem como dar liberdade e certas seções de serem constituídas não segundo o

critério de adesões pessoais mas adesões de organizações operárias, mesmo que estas fossem politicamente não-proletárias, por intermédio de seus chefes.

Tais desvios no plano internacional produziram-se também na Rússia, onde se colocou o problema da disciplina e da organização no seio do partido comunista que chegou ao poder total e cujos efetivos aumentaram em vastas proporções. Este problema, surgido da involução da revolução russa, aliado ao isolamento e ao enfraquecimento no plano dos princípios, engendrou a subordinação do partido ao Estado russo, exprimindo as dificuldades em se harmonizar a luta social interna para uma nova economia e a luta política revolucionária exterior.

Mas, o grupo dirigente do partido que tinha nas mãos não só o aparelho do partido, mas o controle de todo o aparelho do Estado, não se utilizava, para fazer prevalecer suas diretivas, de elementos fornecidos pela doutrina do partido, de sua tradição de luta e do caráter unitário e orgânico do movimento revolucionário internacional: começava-se a reprimir oposições e protestos de certos militantes por meios disciplinares executados pelo aparelho do Estado.

Ora, o partido é um organismo unitário na sua doutrina e ação. A pertinência ao partido impõe obrigações imperativas aos militantes segundo sua hierarquia orgânica e, portanto, não se adere (ou se afasta) ao partido formal, sob constrangimento disciplinar, nem antes, nem durante, nem depois da conquista do poder. No caso histórico da Rússia, o partido bolchevique estando subordinado ao Estado russo, as medidas de recrutamento disciplinar efetuadas pelo Estado deram origem a um inchamento de elementos oportunistas nos quadros do partido no poder. Houve, portanto, uma inversão total da hierarquia programática, a única capaz de resolver os problemas da ação revolucionária no mundo e na Rússia. Em vez da ordem hierárquica ser: a Internacional dos partidos comunistas do mundo e depois suas diferentes seções, entre as quais a seção russa, isto é, para a política na Rússia, seu governo deveria executar as diretrizes do partido comunista mundial, houve a subordinação do organismo do proletariado mundial (a Internacional Comunista) aos interesses particulares do Estado russo.¹⁰ A última fase deste processo foi a vitória da tese do “socialismo num só país”, inicialmente no partido russo em 1926 e depois na Internacional em 1928, manifestando a derrota do proletariado em escala internacional.

4.5.4. A III^a Internacional começou no momento em que terminou a II^a.; na revolução, devia praticar uma teoria e precisar, antes de tudo, a formalização da classe em partido. Ela apenas conseguiu esboçar sua obra mas, negar a ruptura, mesmo que muito breve, que ela introduziu significa negar a intervenção consciente do proletariado no processo social, escamoteando-se o ponto essencial: foi a intervenção do proletariado que precipitou a transformação qualitativa do modo de produção capitalista, forçando sua passagem à predominância qualitativa da fase de submissão real do trabalho ao capital em escala mundial, embora esta transformação não fosse, de modo algum, o objetivo histórico de sua

¹⁰ Lenine admitiu muitas vezes que, caso a revolução se estendesse a outros países mais avançados, o proletariado russo passaria não a segundo, mas talvez a quarto ou quinto lugar na hierarquia direta geral, política e social, da revolução comunista. Além do mais, a Internacional Comunista, como vimos, não chegou a se constituir no verdadeiro partido comunista mundial, apesar de executar suas funções fundamentais enquanto organismo do proletariado.

intervenção. Em outras palavras, sua derrota política permitiu, dialeticamente, a vitória de um princípio: o desenvolvimento das forças produtivas do proletariado em todas as “áreas” do globo, destruindo o freio ao desenvolvimento destas sociedades.

“O movimento a vir não passará mais pela etapa da formalização de uma internacional. As bases internacionais do movimento existem por todos os lados.

A transformação do proletariado de classe para o capital em sujeito far-se-á pela formalização do partido comunista mundial. O ser da classe, melhor expresso uma vez que ela se constitui em partido, exclui diferentes teorias, diferentes almas. O ser só pode existir se é unitário. É essa unidade essencial que ele potencialmente adquiriu ao longo de (mais de) 100 anos de luta, com a eliminação de todas as taras e aberrações teóricas a ele legadas pela antiga sociedade.” (Invariance n° 6, antiga série, tese 1.2.12.)

5. A ESQUERDA COMUNISTA DA ITÁLIA NA VAGA REVOLUCIONÁRIA DE 1917-1928.

5.1. As dificuldades e os sacrifícios devidos à guerra levaram a um ascenso da combatividade operária, que permitiu, notadamente em Nápoles, fundar uma seção C.G.L. (Confederazione Generale del Lavoro) dos metalúrgicos, pela Europa, em 1916. O ano de 1917 assistiu à intensificação das lutas operárias e das insurreições proletárias em Milão e Turim.

O partido socialista reivindica a paz, em colocar todavia, como o faz a Esquerda, a tomada do poder como condição prévia. Por ocasião da derrota de Caporetto (outubro de 1917), os social-patriotas não mais se recusaram a votar os créditos de guerra, “envergonhados que estavam de participar da derrota nacional.”

No entanto, enquanto a maioria permanecia sobre uma tática neutralista do tipo “nem aderir, nem sabotar”, durante a reunião de Florença, em novembro de 1917, Bordiga colocava a questão da tomada do poder na medida em que o proletariado estava armado.

5.2. A notícia da revolução de outubro na Rússia demorou consideravelmente a chegar na Itália, por causa da censura. A partir deste momento, destacam-se duas posições sobre esta questão:

1) A de Gramsci para quem a revolução de outubro se fez contra o “Capital” de Marx! Em 24/11/1917, ele escrevia:

“A revolução dos bolcheviques é mais uma questão de ideologia do que de fatos (por isso mesmo é que pouco importa saber mais do que já sabemos). Ela é uma revolução contra o “Capital” de Marx. Na Rússia, o “Capital” de K. Marx era muito mais o livro dos burgueses que dos proletários.” (in: Avanti!)

2) A do grupo unido em torno de Bordiga, para quem, pelo contrário, as teses de Marx foram confirmadas. Ele reportava-se à posição histórica de Marx sobre a Alemanha em 1848: para este a revolução era possível naquele país, atrasado então. Ora, condições similares reproduziam-se na Rússia de 1917. Não se trata de uma nova situação que a teoria não teria previsto. Simultaneamente a Esquerda esforça-se em afirmar:

- a defesa da ditadura do proletariado;
- defesa do caráter estatal dos soviets, que nada têm a ver com os sindicatos;
- que a revolução russa mostra o caminho a seguir.

“Mesmo que se queira limitar todo o “comunismo crítico” – doutrina da emancipação do proletariado que a elabora e “representa” continuamente na história

- aos resultados aos quais Marx e Engels chegaram na época do “Manifesto”, sempre poderíamos recordar que eles consideravam possível a revolução comunista na Alemanha de 1847, social e politicamente quase feudal e ainda à espera da revolução burguesa. As condições técnicas da economia socialista, na medida em que ela representa um estágio de desenvolvimento dos meios de produção, estavam portanto presentes, conforme o marxismo clássico, na Europa de 1848; faltavam apenas os desenvolvimentos políticos das energias de classe do proletariado que a evolução do capitalismo deveria, segundo os esquemas bem conhecidos, incitara cada vez mais. Por que negar então à Rússia de 1917 as condições políticas da Alemanha de 1848, por que tergiversar sobre as condições políticas da conquista proletária do poder, quando seu sucesso prova até a evidência sua maturidade?

(...) Os filisteus, aqueles que pretendem enterrar o socialismo, os sábios defensores burocratas da ordem constituída sentem a terra tremer sob seus pés, pois que, da Rússia livre, as vitoriosas vanguardas do proletariado proclamam: a revolução social internacional está na ordem do dia da história.” (Os ensinamentos da nova história – in: Avanti! – 16/12/1918)

5.3. No fim da guerra, sem alimentar qualquer ilusão a respeito da transformação do PSI, a Esquerda trabalha na criação de um núcleo comunista, e funda o jornal “Il Soviet”.

“...A partir do fim da guerra, a extrema-esquerda expressou-se através do jornal “Il Soviet”, que foi o primeiro a expor e defender a orientação da revolução russa, lutando contra suas interpretações anti-marxistas, oportunistas, sindicalistas e anarquistas, e colocando corretamente os problemas essenciais da ditadura do proletariado e do papel da cisão no partido socialista.” (Teses de Lyon, 1926)

1919 foi um ano de intensas lutas revolucionárias e constitui de fato o ponto culminante da vaga revolucionária. A classe operária ocupava as fábricas, armada (às vezes até com metralhadoras pesadas). O PSI é totalmente incapaz de levar a bom termo a luta de classes: a maioria naufraga num democratismo cada vez mais descarado, propondo a eleição da assembleia constituinte por todas as classes sociais, no momento da guerra civil. Um passo muito importante no ascenso da Esquerda é logrado com a constituição da Fração

Comunista Abstencionista, em 6 de julho de 1919. Por outro lado, torna-se evidente que a cisão é inevitável, pois doravante será necessário um órgão centralizado ao qual estejam submetidos tanto as organizações operárias como o grupo parlamentar. Neste mesmo ano de 1919 a resposta do capital contra a violência vermelha começa a manifestar-se sob a forma de ataques dos bandos fascistas.

5.4. Da Fração Comunista Abstencionista ao Partido Comunista da Itália.

Foram realizadas eleições em novembro de 1919 e a maneira pela qual o governo privilegiava esta atividade parlamentar demonstra a justeza das posições da Esquerda: o capital traz a classe operária para o terreno no qual ela forçosamente é derrotada – o parlamento.

“Com as eleições de 1919, o governo burguês de Nitti abriu uma imensa válvula de escape à pressão revolucionária e desviou o impulso do proletariado e a atenção do partido ao explorar suas tradições de eleitoralismo desenfreado. O abstencionismo do Soviet foi então a única reação correta contra este último, verdadeira causa do desastre que se seguiu com o proletariado.” (Teses de Lyon)

Com efeito, o órgão da Esquerda escrevia em 2 de março de 1919:

“Acreditamos que, doravante, os partidos socialistas que estão orientados como o nosso para a luta de classe intransigente, revolucionária maximalista, devem deixar de valorizar, por sua participação, a armadilha burguesa das eleições e do parlamentarismo. Assim procederam os bolcheviques na Rússia e os espartaquistas na Alemanha. E nós deveríamos ter procedido da mesma maneira. Certamente, o programa do partido também considera a conquista do poder pela participação nas eleições. Mas este programa data de 1892, quando ainda podia-se acreditar que a predominância eleitoral da burguesia originava-se de um defeito intrínseco do sistema, mas nas deficiências do direito de voto ora em vigência.”

Pelo contrário, na situação de 1919:

“Chamar o proletariado às urnas equivale simplesmente a declarar que não existe nenhuma esperança de realização de suas aspirações revolucionárias e que a luta deverá necessariamente desenrolar-se dentro da ordem burguesa.” (II Soviet – 29/6/1919)

O sucesso da posição abstencionista no seio da base do PSI colocou na ordem do dia a constituição da fração em escala nacional. A Esquerda reivindica a mudança de denominação do PSI para Partido Comunista da Itália, mas com a eliminação prévia dos elementos reformistas e social-democratas. (Ela estimava todavia que o acordo com os maximalistas de Serrati constituía uma primeira medida necessária para desembocar numa cisão eficaz).

5.5. A Fração Comunista Abstencionista no II ° Congresso da Internacional Comunista: acordo de princípios com os bolcheviques, desacordo quanto à tática.

O II ° Congresso da Internacional Comunista realizado em Moscou em 1920 é o congresso verdadeiramente determinante no que diz respeito à fundação efetiva de um partido comunista mundial.

Além dos comunistas revolucionários, encontravam-se presentes numerosos social-patriotas e oportunistas de direita que, proclamavam, segundo Lenine, sua “adesão incondicional” à Internacional Comunista, apesar de “permanecerem de fato, em todo o seu trabalho prático e político, nas posições da II^a Internacional.” A França, por exemplo, mandou a nata da crápula oportunista na pessoa de Cachin e de seu colega Frossard. Sua atitude prenunciava todas as reviradas possíveis. Ao mesmo tempo em que se arrependiam choramingando sobre suas traições passadas, os Cachin-Frossard prometiam não mais ceder à tentação da colaboração de classe, pois, diziam eles, a conjuntura histórica não permitia mais tal atitude. O discurso de Cachin está confusamente repleto de frases do gênero: as condições PRESENTES, a política criminosa ATUAL da burguesia, o momento ATUAL no qual coincidem os interesses nacionais e burgueses, etc... o que subentendia o retorno sempre possível das mesmas velhas práticas de compromisso, de cuja lama as lágrimas de Cachin não conseguiram lavar.

Contra estes, Lenine era impiedoso, mas atacava igualmente ainda que de maneira diferente, o “infantilismo de esquerda” (englobando neste termo tanto os abstencionistas italianos – o que os epígonos em sua cegueira “leninista” procuram esconder ou pelo menos minimizar – a, como as esquerdas alemãs, holandesas, inglesas e os sindicalistas revolucionários, I.W.W. nos E.U.A, etc....) no qual discernia uma sadia reação (embora carregada de resquícios anarquistas) contra a podridão oportunista dos velhos partidos social-democratas da II^a Internacional.

É a seu respeito que redigiu a “Doença infantil do comunismo”, em prelúdio ao II ° Congresso. No decorrer dos debates, a Esquerda recusava, por seu lado este amálgama e insistia sobre o caráter comunista dos princípios que regiam suas tomadas de posição táticas.

5.5.1. O debate sobre as condições de admissão à Internacional Comunista.

O discurso de Bordiga, delegado da fração abstencionista, acentuava a importância excepcional do II ° Congresso, posto que este tinha por tarefa consolidar os princípios da Internacional Comunista. Nele defendeu a tese segundo a qual a revolução russa constituía uma nova prova da veracidade das teses de Marx. A revolução russa, o sucesso internacional da palavra de ordem “todo o poder aos soviets”, o assalto revolucionário a nível mundial e a constituição de partidos comunistas pareciam ter enterrado a II^a Internacional. No entanto, persistia o perigo de se assistir novamente a infiltração, dentro da Internacional Comunista, dos mesmos elementos traiçoeiros e corrompidos da II^a Internacional e subestimá-lo seria extremamente grave. É por isso que nesse debate a Esquerda foi mais intransigente do que o próprio Lenine.

5.5.1.1. Bordiga enfatizava este perigo dizendo que, em função da situação daquele momento, uma vez afastada a guerra e a revolução momentaneamente freada em seu impulso após as derrotas da Alemanha e da Hungria, seria fácil para qualquer um prometer não mais repetir a infame traição de 1914 e aderir ao programa da Internacional Comunista: ditadura, terror, etc..

Não seria possível contentar-se com uma mera aceitação formal. Esta deveria estar isenta de qualquer ressalva. A maioria dos entusiastas de última hora não tinham condições de enfrentar a repetição, no plano internacional, daquilo que ocorrera na Rússia. Pode-se até dizer que este era o seu maior temor.

Desta maneira, Bordiga propunha que as teses de admissão sofressem um certo número de modificações, no sentido de torná-las mais rígidas. Assim, a condição 15 dizia:

“Os partidos que conservam até hoje os antigos programas social-democratas têm por dever revisá-los sem tardar e elaborar um novo programa comunista, adaptado às condições especiais de seu país e concebido no sentido da Internacional Comunista. Como regra geral, os programas dos partidos filiados à III^a Internacional Comunista são ratificados por um congresso mundial ou pelo Comitê Executivo. Em caso de recusa de ratificação por parte destes últimos, o partido em questão tem o direito de recorrer ao Congresso da Internacional Comunista.”

A Esquerda considerava esta formulação demasiado vaga, e exigia que fossem eliminados os termos: “adaptado às condições especiais de seu país e concebido no sentido da Internacional Comunista”, devendo ser substituídos por:

“... um novo programa comunista no qual os princípios da Internacional Comunista estejam fixados da maneira não equívoca e inteiramente conforme às resoluções dos congressos internacionais. A minoria do partido que modificaram seu programa e aderiram à Internacional mas que não preencheram esta condição devem convocar imediatamente um congresso extraordinário para conformar-se à mesma.”

5.5.1.2. Na base da tese da Esquerda encontra-se o princípio segundo o qual a adesão ao programa não é distinta da adesão ao partido. No seio deste, não há constrangimento disciplinar para aceitar o programa: se este não é aceito, sai-se do partido.

A Esquerda logrou que um parágrafo considerado por Lenine como uma “diretriz”, um “desejo” fosse transformado em condição. Trata-se da condição 20, que a Esquerda fez acompanhar da condição 21:

“20: Os partidos que querem aderir à Internacional Comunista, mas que ainda não modificaram radicalmente a sua antiga tática, devem atentar, antes de sua admissão à Internacional Comunista, para que pelo menos 2/3 de seu comitê central e dos órgãos centrais mais importantes sejam compostos por camaradas que, já antes do IIº Congresso tinham-se manifestado pública e claramente a favor da adesão à Internacional Comunista. As exceções só poderão ser admitidas com a aprovação do Comitê Executivo da Internacional Comunista. O Executivo reserva-se o direito

de autorizar exceções igualmente para os representantes da tendência centrista mencionada no item 7”.

“21: Os aderentes ao partido que rejeitam por princípio as condições e as teses formuladas pela Internacional Comunista devem ser excluídos”.

O discurso termina com a promessa de que as condições serão rigorosamente aplicada na Itália.

“Nós afirmamos o seguinte: após ter trabalhado com vocês desejamos, uma vez regressando a nosso país, formar uma frente internacional compacta contra os social-traidores contra os sabotadores da revolução comunista.”

5.5.2. A constituição dos soviets.

A ofensiva de classe na Itália nos anos 1919-1920 tinha colocado na ordem do dia a constituição dos soviets, e tinha levado a Esquerda a precisar sua posição no início de 1920, no seu jornal “Il Soviet”.

Deve ser especificado ou, se em russo soviet significa ‘conselho’, este é um órgão de Estado proletário (e, por conseguinte, sua organização é forçosamente territorial, soviet sendo sinônimo de conselho operário territorial) e deve ser distinguido dos conselhos de fábrica (indiferentemente denominado de “conselhos operários” pelos conselhistas, donde a confusão mistificadora) , que estão centrados na empresa, célula básica do modo de produção capitalista.

A Esquerda fornecia a seguinte hierarquia organizacional: em primeiro o partido, órgão da classe proletária que dirige a insurreição, a revolução, a ditadura e o terror proletário.

“Enquanto o poder político ainda encontrar-se nas mãos da classe capitalista, uma representação dos interesses gerais revolucionários do proletariado só pode ser obtida no terreno político, num partido de classe que congrega a adesão pessoal daqueles que superaram, para dedicarem-se à causa da revolução, a consideração do estrito interesse egoísta, do interesse de categoria e mesmo do interesse de classe, na medida em que o partido admite também no seu seio os desertores da classe burguesa que aderem ao programa comunista.” (Il Soviet – 01/02/1920)

5.5.2.1. Uma vez destruído o Estado burguês e instaurado o Estado proletário, este é dirigido pelo partido e vem portanto em segundo lugar (quando o proletariado tomar o poder num único Estado, caberá ao partido internacional dirigir a política do Estado local).

Os órgãos do Estado proletário estão portanto submetidos ao partido e apenas são revolucionários quando por ele dirigidos.

5.5.2.2. Os soviets possuem duas funções distintas no tempo, uma política, outra econômica.

“As funções políticas consistem na luta contra a burguesia até sua completa eliminação, enquanto que as funções econômicas destinam-se à criação de todo o novo mecanismo da produção comunista.” (II Soviet – 04/01/1920)

Mas, contrariamente à burguesia, o proletariado não dispõe de alicerces econômicos na sociedade antes de ter conquistado o poder político. A tomada do poder político antecede a destruição do capital permitindo a emancipação do comunismo. Revela-se portanto absurdo reivindicar para os soviets uma função econômica antes que o partido detenha o poder político, pois estes converteriam-se então em órgãos de gestão do capital, ou mesmo em instrumento da contra-revolução. Após a revolução, e sob a direção do partido de classe, a rede dos soviets toma em mãos a transformação política e econômica da sociedade, formando assim a base de um Estado proletário em vias de extinção.

Em terceiro lugar na hierarquia vem o sindicato. A posição da Esquerda sobre a questão sindical será exposta mais adiante e em separado, bastando que se diga aqui que os sindicatos devem estar submetidos ao partido comunista. Finalmente, em último lugar nesta hierarquia definida pela Esquerda, aparecem os conselhos de fábrica, pois são órgãos locais e não centralizados. A Esquerda combateu, portanto, violentamente as concepções de tipo proudhoniano que visavam fazer dos conselhos de fábrica o órgão de base da organização do comunismo. Privilegiar os conselhos de fábrica implica na recusa em enfrentar o Estado e na manutenção dos proletários no terreno da empresa, isto é, no terreno do capital, reduzindo assim o comunismo a um modo de gestão (exemplo: o ‘Ordine Nuovo’ em Turim).

5.5.3. A questão parlamentar.

A total adesão evidenciada por ocasião do segundo congresso entre Lenine e a Esquerda no plano dos princípios comunistas não impediu o surgimento de divergências quanto às condições táticas próprias à situação histórica daquele momento.

Isto devia-se ao fato dos bolcheviks aplicarem abusivamente a tática vitoriosa (e correta) na Rússia aos países capitalistas avançados.

5.5.3.1. Apenas no IIº Congresso é que foi claramente exposta pelas duas partes a questão parlamentar. Diferentemente dos sindicatos e do papel neles desempenhado pelos comunistas, questão esta relativa às teses de admissão à Internacional Comunista, a questão parlamentar apresenta-se como uma questão de tática, admitindo-se por princípio (vide as condições de admissão) que os comunistas recusam-se a ver no parlamento uma forma de poder proletário, pregando sua destruição. Examinaremos as posições das duas tendências comunistas que pronunciam-se respectivamente pelo parlamentarismo revolucionário (bolcheviks) e pelo abstencionismo (Esquerda). Ressalte-se que ambas rejeitam o abstencionismo de tipo anarquista ou se desenvolveu em reação contra o parlamentarismo social-democrata. Estas correntes anarquistas permanecem extremamente superficiais quanto à luta política, a ditadura do proletariado, (recusam, em geral, a luta política, erroneamente assimilada à prática política dos partidos burgueses e social-democratas). Os anarquistas recusam tanto o Parlamento como o Estado, ambos considerados como

instrumento do mal absoluto e como fontes de corrupção. Assim como Lenine, a Esquerda criticava este tipo de considerações éticas.

“Qual foi a crítica essencial de Lenine aos erros “da esquerda”? Foi de se tornarem prisioneiros de ingênuas fórmulas morais, místicas ou estéticas e de atribuir-lhes uma influência que nosso método não reconhece. Foi, em outros termos, de ter substituído o realismo de nossa dialética histórica que julga as atitudes e os expedientes táticos pelo seu valor efetivo, por abstrações. Lenine tinha inteiramente razão ao condenar a substituição dos verdadeiros argumentos marxistas pela frase pseudo-revolucionária, e tal procedimento encontrava-se em perfeita conformidade com sua própria obra à qual devemos a restauração de autênticos valores revolucionários. É ridículo fundamenta sua argumentação tática com base na fobia de certas palavras, de certos gestos ou de certos contatos, e sobre uma pretensa imunidade dos comunistas na ação. É nisto que consiste o estúpido infantilismo, combatido por Lenine, produto de preconceitos teóricos burgueses de natureza idealista. A substituição da tática marxista por uma pequena doutrina moral não passa de uma grande estupidez.” (Lenine no caminho da revolução)

5.5.3.2. Sobre o que fundamentam-se estas divergências? Dois pontos devem ficar bem distintos. No plano dos princípios, todo mundo está de acordo: os comunistas são anti-parlamentaristas e recusam-se a ver no parlamento outra coisa senão uma instituição burguesa que deve ser destruída com a revolução comunista.

“Assim, nossa palavra de ordem vale para todos os países burgueses: Abaixo o parlamento! Viva o poder dos soviets!” (Zinoviev – Carta circular ao Comitê Executivo da Internacional Comunista.)

Mas, taticamente coloca-se a questão: pode-se utilizar o parlamento burguês para proceder à sua destruição?

5.5.3.3. Os argumentos dos bolcheviks a favor do parlamentarismo revolucionário.

- A experiência russa do parlamentarismo revolucionário foi coroada de êxito.
- Liebknecht agiu da mesma forma no parlamento alemão em 1914 ao recusar a votação dos créditos de guerra, tendo sua intervenção alcançado considerável repercussão.
- Os adversários da tática do parlamentarismo revolucionário condenam essa tática apesar de jamais terem chegado a pô-la em prática.

O argumento central, que retorna como um leitmotiv na argumentação dos bolcheviks e de Lenine, é a assimilação do anti-parlamentarismo à recusa moralista dos anarquistas. Donde a desconfiança de Lenine que acreditava que o anti-parlamentarismo poderia ocultar uma rejeição dos princípios. Isto porque na visão anarquista, anti-parlamentarismo e negação do partido estão ligados. Para Lenine, o fato do partido comunista penetrar nos Parlamentos burgueses, ou o fato dos comunistas estarem em contato com burgueses, não implicará necessariamente na corrupção do partido comunista. Se o partido defende rigorosamente os princípios comunistas, se ele forja militantes

disciplinados (revolucionários profissionais), voltando toda sua atividade para um único objetivo, a revolução comunista, (é o que diz também a Esquerda quando afirma: “para nós revolucionário é aquele para o qual a revolução é tão certa quanto um fato já ocorrido”), então este partido nada tem a temer e pode conduzir uma ação parlamentar totalmente oposta àquela dos social-democratas.

- Os comunistas podem utilizar a tribuna parlamentar e as eleições para fins de agitação revolucionários. Devem adentrar o parlamento para destruí-lo. Podem desta maneira dispor de informações e de espiões que permitem ao partido comunista, desenvolver sua ação revolucionária.

- As massas politicamente atrasadas (principalmente no campo) identificavam toda a vida política à vida parlamentar. Para poder conquistá-las, a participação parlamentar revela-se útil.

- Condições práticas para o parlamentarismo revolucionário:

- 1 ° - O centro de gravidade da luta deve estar situado fora do parlamento (nas greves, insurreições e outras formas da luta de classes).

- 2 ° - Às intervenções no parlamento devem corresponder a esta luta.

- 3 ° - Os deputados devem tomar parte do trabalho ilegal.

- 4 ° - Devem agir com mandato do comitê central do partido e submeterem-se integralmente a ele.

- 5 ° - Suas intervenções não devem se deixar levar pelas formas parlamentares. (“Que não receiem enfrentar-se com a maioria burguesa, que saibam discursar acima dela”, dizia Zinoviev.)

Por conseguinte:

“Um tal trabalho ‘parlamentar’ exige uma ousadia e um temperamento revolucionário excepcionais. Aqui, com efeito, os homens ocupam um posto particularmente perigoso. Estão minando a posição do inimigo dentro do seu próprio campo: entram no parlamento não para receber esta máquina nas mãos, mas para ajudar as massas fazê-la explodir de fora.” (Zinoviev - idem)

- Não se trata, para o parlamentarismo revolucionário, de obter o maior número de cadeiras ou de votos, mas de mobilizar as massas sobre as palavras de ordem proletárias.

- O conjunto do partido deve participar da luta eleitoral e não apenas os chefes.

A participação nas eleições ou no parlamento não constitui uma participação absoluta. Pode ser que o boicote revele-se mais útil em certas circunstâncias (principalmente nos períodos insurrecionais). O partido deve portanto proceder à análise das situações específicas.

Precisemos que o rigor que define este parlamentarismo revolucionário é que o distingue radicalmente das grotescas práticas stalinistas e esquerdistas de hoje em dia. Legitimá-las em nome de Lenine constitui uma grosseira falsificação.

5.5.3.4. Argumentação da Esquerda.

- A experiência russa desenvolveu-se num país atrasado, que encontrava-se às vésperas de uma revolução dupla (burguesa e proletária). Nos países europeus onde a revolução burguesa triunfou já muito tempo, as massas já possuem uma larga experiência do parlamento. Nestes países a tática deve ser portanto mais direta do que aquela aplicada justamente na Rússia.

- O exemplo de Liebknecht marca mais as derradeiras experiências do parlamentarismo revolucionário do que a abertura de uma nova era.

- Nossa tática abstencionista não deve ser confundida com a dos anarquistas. Somos partidários de um partido comunista centralizado disciplinado. Faz-se necessário um partido que defenda rigorosamente os princípios comunistas e que tenha à frente chefes devotados à causa revolucionária. O problema não é que o partido possa vir a corromper-se no parlamento, e sim que prepare o proletariado da melhor maneira possível para a destruição do Estado burguês. E para tanto, a tática abstencionista parece-nos a melhor.

- Na época atual do modo de produção capitalista (a fase imperialista), o capital assentou sua dominação sobre o conjunto da sociedade. Na sociedade burguesa o parlamento perde sua importância, embora sua função mistificadora reforce-se cada vez mais. Ao participar nas eleições e no parlamento, é possível que não sejam eliminadas radicalmente as ilusões parlamentaristas. A participação de representantes proletários no mesmo palco dos representantes burgueses corre o risco de ocultar o caráter fundamentalmente anti-democrático do movimento comunista.

- Não se deve exagerar as possibilidades da ação revolucionária dentro do parlamento. O fato de passar pelos mecanismos próprios a estas instituições (tanto o parlamento como as leis eleitorais) entrava a eficácia da propaganda revolucionária.

- A participação nas eleições reforça também “a sensação de que aí se encontra o foco da ação central para os objetivos comunistas.”

- “O sucesso da campanha eleitoral será sempre e unicamente avaliado a partir do número de votos ou de mandatos obtidos.” (in: Tese 12 da Fração Comunista Abstencionista)

As teses da Esquerda obtiveram três votos (dos quais o voto dos Partidos comunistas belga e suíço). Por disciplina, a Esquerda submeter-se-á às diretrizes táticas da Internacional Comunista e praticará no espírito e na palavra o parlamentarismo revolucionário tal qual Lenine havia definido.

5.5.4. A questão agrária.

A Esquerda criticava igualmente as teses da Internacional Comunista sobre a questão agrária, julgando-as insuficientes para os países capitalistas avançados. Nestes, a luta contra os médios e ricos camponeses deve assumir de preferência um caráter de enfrentamento violento. Isto significava novamente que a Internacional Comunista continuava a não perceber as discontinuidades existentes, no plano das relações proletariado-campesinato, entre a área eslava e a área ocidental.

5.6. Posição sindical da Esquerda Comunista.

5.6.1. O quadro histórico tal qual não o viu a Esquerda.

A passagem do MPC para a sua fase de submissão real, engendrou uma profunda modificação nas condições materiais da organização imediata (econômica) da classe proletária. Com efeito, o sindicato não nasceu com a fase de submissão real do trabalho ao capital, mas quando a sociedade apenas conhecia a dominação formal do capital sobre o trabalho. Segundo a concepção comunista clássica, o sindicato, dirigido pelo partido de classe, desempenhou, na fase formal, um papel de alavanca para subverter as condições existentes e para a instauração da sociedade comunista. Quando a fase de submissão formal do trabalho ao capital era ainda predominante na maioria dos países, os sindicatos desempenharam, de fato, um importante papel na unificação da classe frente ao capital, sendo mesmo indispensáveis para assegurar de certo modo a proletarização em seu seio dos membros da sociedade, enquanto as bases materiais desta socialização eram ainda insuficientes. Com a fase de submissão real é o próprio capital que realiza esta unificação, esvaziando o conteúdo proletário dos sindicatos.

Mas, o esvaziamento de suas funções proletárias não se dá de uma forma pacífica e é apenas progressivamente que vão manifestar-se seus limites até sua integração, pela força, ao capital.

A partir de 1848 o comunismo é possível, mesmo se é apenas na Inglaterra que existe a fase de submissão real do trabalho ao capital. A dialética da luta de classes deixava ao MPC uma possibilidade histórica de desenvolvimento (passagem à fase real) e foi principalmente a luta operária que acabou por favorecer esta passagem, obrigando o capital a lançar-se na produção de mais-valia relativa. Mas, se o resultado do movimento histórico é que a luta do proletariado favoreceu indiretamente a generalização da dominação real do capital sobre o trabalho, este não foi de modo algum seu objetivo. Com efeito, desde que existe, o proletariado luta pelo comunismo.

Logo, se para o partido de classe, o sindicato constituía uma mediação necessária para a passagem ao comunismo, favorecendo a unificação da classe em si, como prelúdio à unificação em si e para si (isto antes como depois da revolução), ao contrário, a unificação de classe para o capital suprime a utilidade dos sindicatos enquanto mediação para o comunismo. Desde que se realizam as superestruturas próprias à fase de submissão real do trabalho ao capital (Estado capitalista, etc...), o sindicato deixa de ser um órgão proletário e se afirma como órgão do capital. Todavia, esta integração apenas pôde se realizar através da crise violenta aberta pela primeira guerra mundial, pelo refluxo da vaga revolucionária e pela derrota da classe proletária e de seu partido.

Criando o mercado mundial, desenvolvendo o operário coletivo, o próprio MPC cria as bases para a emergência destes “homens universalmente desenvolvidos, universalmente preparados e sabendo tudo fazer”, dos quais falava Lenine na “Doença infantil do comunismo”. Emergência que devia ser favorecida pelos sindicatos. Mas, com a realização do MPC (predominância qualitativa da fase real a nível mundial), a realização da Gemeinwesen (Comunidade) humana não tem mais necessidade da mediação dos sindicatos. Por conseguinte, os comunistas não devem ter mais por objetivo a conquista dos sindicatos e a ditadura do proletariado deverá tomar as medidas necessárias para destruí-los enquanto órgãos do capital.

Esta evolução foi algumas vezes (em certas ocasiões) intuída pela Esquerda Comunista, sem que ela chegasse todavia a tirar as devidas conclusões no plano da tática, o que constitui, novamente, uma prova de que ela jamais restaurou efetivamente o ponto de vista comunista da periodização em duas fases do modo de produção capitalista.

É necessário precisar que os anti-sindicalistas por princípio (aqueles que acreditem que não se devia participar dos sindicatos nem mesmo na época da I^a Internacional) também pensam que o sindicato deve ser destruído, mas recaem imediatamente no mesmo erro economicista ao querer substituí-los pelos conselhos de fábrica.

5.6.2. É por isso que a Esquerda italiana, diferentemente dos alemães e dos holandeses, não colocava a questão parlamentar e a questão sindical no mesmo plano. Com efeito, o parlamento é o órgão do Estado burguês, e, mesmo se for correta a participação neste órgão (parlamentarismo revolucionário) num dado momento, seu poder será sempre burguês. Ao contrário, para a Esquerda, o sindicato permanece um órgão proletário e, mesmo com uma direção moderada ou reformista, ele é sempre suscetível de ser recuperado num sentido revolucionário. No curso do movimento revolucionário, a Esquerda aplicou integralmente esta tática, defendendo igualmente a frente única sindical na base.

5.6.3. A Esquerda tinha portanto aceito sem dificuldade a tese de Lenine, segundo a qual os comunistas devem formar núcleos nos sindicatos e submeter seus organismos dirigentes.

A estratégia sindical configurada por Lenine, a qual mostrava-se correta para a Rússia, não podia ser certamente aplicável de maneira mecânica às “áreas” nas quais os progressos da fase de submissão real tendiam a integrar cada vez mais os sindicatos ao Estado capitalista.

No entanto, esta integração não era realizada com o mesmo grau em todos os lugares, como atesta a possibilidade que tiveram os comunistas de reconquistar os sindicatos, embora ao preço de cisões (vide igualmente a criação da Internacional Vermelha). Ainda assim, colocava-se a questão da deserção dos proletários em relação aos sindicatos.

Pode-se afirmar que, se uma certa ambigüidade podia subsistir nos anos 20 à respeito da estratégia sindical a ser adotada nos países avançados, é imperdoável que a Esquerda tenha mantido integralmente a posição da Internacional Comunista sobre a

questão nos anos que se seguiram, apesar da evidente integração do movimento sindical. Embora certas frações da Esquerda Comunista Internacional tenham avançado bastante no estudo do fenômeno da integração e da crítica do sindicato, houve, sob influência de Bordiga, um retorno forçado das posições da Internacional Comunista (vide a seguir, tese 6.6.).

5.7. O Partido Comunista da Itália.

5.7.1. Após o II ° Congresso Internacional Comunista, a Esquerda deixou Moscou com a firme decisão de varrer os oportunistas da Itália e de desembocar na cisão: o crescimento das lutas torna necessária a constituição de um órgão dirigente e centralizado que possa enquadrar o impulso revolucionário do proletariado italiano. Tal órgão não poderia ser o Partido Socialista Italiano, mesmo remanejado, na medida em que ele mostrou-se totalmente insuficiente à preparação revolucionária.

A esquerda acreditava que, embora implicando num enfraquecimento numérico, a cisão era necessária à sua reafirmação programática.

“Nós (antes de 1921, trata-se ainda do Partido Socialista Italiano – ndr) somos mais de 200.000 membros. Em relação à população, nossos efetivos são superiores aos do partido comunista russo, com a única diferença de que aqui a burguesia surra-nos quando bem entende, enquanto lá não há cão contra-revolucionário que ouse latir ou suspirar.” (Il Soviet – 24/10/1920)

Em relação ao problema da depuração do Partido Socialista Italiano, distinguem-se a grosso modo três tendências:

- A maioria reformista (Turati) que reivindica a democracia e a liberdade de expressão. Ela agita justamente o espantinho democrata da maioria numérica.
- Os maximalistas (Serrati) que aceitam o princípio da exclusão, sem chegar todavia a uma verdadeira depuração.
- Os comunistas abstencionistas, exigem a cisão. Juntaram-se a eles bem ou mal (contrariamente à lenda oportunista), os ordinovistas (Gramsci).

Colocados em minoria no congresso do Partido Socialista Italiano em Livorno no dia 21 de janeiro de 1921, os comunistas abandonam a sala e fundam, neste mesmo dia, o Partido Comunista da Itália.

5.7.2. Dentre os partidos comunistas europeus, o Partido Comunista da Itália foi o único a constituir-se com base no autêntico programa comunista, tendo à frente uma fração de esquerda ortodoxa e decidida a dirigir toda a atividade do partido em função desta alternativa: “ou ditadura do proletariado, ou ditadura da burguesia”.

Livorno consagrava desta forma a ruptura definitiva com a democracia e o retorno ao princípio comunista. No entanto, como a própria Esquerda o afirmaria mais tarde, este fato verificou-se tardiamente. O ponto culminante da vaga foi atingido em 1919.

A Esquerda ocupou a direção do partido comunista até 1923 –24 , quando foram aprisionados pelos fascistas seus principais dirigentes. Moscou tirou proveito da situação para impor uma nova direção, desta vez centrista e mais submissa às diretrizes da Internacional Comunista.

5.7.3. As Teses de Roma.

As fraquezas inerentes à Internacional Comunista, que marcavam-na desde o começo da sua existência, agravaram-se nos anos de 1921-22 em função, por um lado, do recuo da revolução mundial e, por outro, da pressão do capital internacional externa e internamente à Rússia, inclusive no seio do próprio Partido Comunista. Isto conduziu não apenas ao estabelecimento de regras táticas francamente prejudiciais (as quais exercem, a longo prazo, uma influência nefasta sobre todo o programa).

A Internacional Comunista queria impor pela força a tática da gente única que a Esquerda recusava totalmente. Os antagonismos que desembocaram em Livorno, dizia ela, são inconciliáveis, assim como um acordo entre o Partido Socialista Italiano e o Partido Comunista implicaria em negar Livorno, revalorizando aqueles sobre os quais ontem atirava-se com balas vermelhas e portanto, desorientando a classe. (Simultaneamente, Gramsci descobria que Livorno tinha sido “o maior triunfo da burguesia”.)

Por conseguinte, o II ° Congresso do Partido Comunista da Itália reservou um amplo espaço para a questão tática, exposta nas Teses de Roma (1922). Estas constituíram uma tentativa de fixar rigorosamente as normas táticas às quais deve obedecer o partido comunista. Sua contribuição fundamental foi mostrar que as regras táticas e os princípios programáticos são indissociáveis por natureza. É por isso que, intituladas “Teses sobre a tática do Partido Comunista da Itália”, as teses dedicaram amplo espaço à reafirmação da natureza e da função do partido comunista. Nenhum debate pode ser realizado sobre tática sem que estes pontos tenham sido definidos e aceitos de uma vez por todas.

O proletariado só age enquanto classe na história, na medida em que ele é capaz de atribuir-se um programa e um método de ação comum, isto é, na medida em que ele é capaz de organizar-se em partido. Enquanto órgão de classe, o partido tem a função de integrar e superar os interesses momentâneos e particulares do proletariado. Só o partido pode manter o objetivo visado pelo proletariado, e cabe a ele dirigir, unificando as energias proletárias que tendem para este objetivo. Assim como existe somente um único programa, só pode existir um único partido comunista.

O programa traçou as direções gerais e os limites da ação proletária, porque ele conhece e prevê o desenrolar do ciclo capitalista até seu aniquilamento, sua destruição violenta.

Assim, a tática pode ser, ela também, determinada com antecedência, pois o exame da situação segue regras definidas pelo programa. O curso do modo de produção capitalista está claramente determinado, assim como o estão igualmente as fases sucessivas da luta pela sua abolição.

É por isso que as Teses de Roma consideram um certo número de situações bem como o caminho a seguir que lhes corresponde distinguindo duas fases: a tática “indireta” (quando não existem todas as condições para que se possa lançar um assalto ao poder burguês, fase durante a qual o partido procura influir na situação para apressar a vinda do momento decisivo) e uma tática “direta” (quando o partido comunista assume sozinho a iniciativa de atacar o poder burguês).

5.7.4. Frente única e governo operário.

Nesse mesmo período é que se situa o debate sobre a frente única. A Esquerda recusava a frente única política pelas razões alegadas acima: a cisão do Livorno é Irrevogável.

“A tática da frente única não deve ser entendida como uma coalizão política com outros partidos aparentemente operários, mas como a utilização das reivindicações imediatas provocadas pela situação com o objetivo de estender a influência do partido comunista sobre as massas sem comprometer sua autonomia.” (Teses de Lyon – 1926)

Portanto, a frente única deve situar-se no nível das organizações proletárias “econômicas” onde se agrupam trabalhadores de diversas filiações políticas ou sem partido. Não se pode cogitar do estabelecimento de alianças políticas cuja prática já demonstrou a inutilidade. Quanto ao “governo operário”, é a “frente única proletária aplicada a uma reivindicação central que toca no problema de uma tática errada e constitui uma ruptura declarada com o programa. Com efeito, constitui uma contradição com o princípio da ditadura do proletariado fazer crer que a tomada do poder possa ser realizada graças a uma coalizão de partidos ou através dos órgãos tradicionais do Estado burguês.

Os próprios termos, “governo operário”, constituem uma contradição e devem ser abandonados. As Teses de Lyon afirmam que o único sinônimo que poderia ser aplicado à “ditadura do proletariado” é “governo do partido comunista”, sendo que tal mudança não tem a menor utilidade.

Em síntese, a Esquerda da Itália esboçou portanto aquilo que a III^a Internacional Comunista não soube cumprir: a ligação orgânica entre o programa e a tática. (As posições táticas da Esquerda estão aqui expostas a título histórico, sendo que caberá um trabalho de partido ulterior, visando enquadrar as características da próxima crise, elaborar, em ligação dialética com a previsão, o quadro tático da revolução futura.)

No II^o Congresso da Internacional Comunista, a Esquerda havia proposto que o partido mundial estabelecesse, para o mundo inteiro e para os anos seguintes, normas táticas estreitamente ligadas aos princípios e intangíveis como eles, cuja aceitação prévia teria constituído o critério de admissão à Internacional Comunista. Tal não ocorreu. A Internacional Comunista fracassou no restabelecimento desta unidade orgânica entre o objetivo (princípios) e o movimento (tática). Ela morre fornecendo os elementos da solução que a tinha minado. O partido de amanhã só existirá se realizar desde seu nascimento esta ligação orgânica, defendida pela Esquerda.

5.8. A Esquerda e o Fascismo.

O proletariado não foi capaz de lançar sua grande ofensiva no momento (1919) em que estavam reunidas as condições previstas de longa data pelo comunismo (Marx, depois Engels e Lenine) para a vitória da revolução mundial. A revolução russa teria sido então o prólogo da revolução mundial e, de vanguarda política do proletariado mundial, a Rússia voltaria a ser, como acreditava Lenine, a retaguarda da ditadura internacional do proletariado. A junção entre o movimento do proletariado russo e do proletariado dos países avançados (principalmente na Alemanha) não se concretizou, isolando simultaneamente a Rússia e reduzindo as chances de se transformar a Internacional Comunista em verdadeiro partido mundial. A partir desse momento, as fraquezas táticas da Internacional Comunista adquirem importância primordial pois o proletariado tem que afrontar a burguesia de maneira defensiva.

No IV ° Congresso da Internacional Comunista, Bordiga enfatiza que, nos anos de 1919 e 1920, a burguesia tinha se conformado amplamente com a vitória do proletariado. Mas a fraqueza do Partido Socialista Italiano e a trégua que confere à luta permitem à burguesia reerguer-se e reorganizar-se a fim de lançar uma ofensiva contra o proletariado: eis aí a origem do fascismo.

Até 1923-24 a linha da Esquerda é majoritária no seio do Partido Comunista da Itália, sendo assumida inicialmente pela direção até 1923, e depois ainda amplamente defendida pela base, apesar da direção centrista (Gramsci) à sua testa.

A atitude do partido comunista frente ao fascismo a partir de 1924 (vide caso Matteoti) e mormente a partir de 1926 encarnará todas as vicissitudes da Internacional Comunista, sendo incapaz de oferecer ao proletariado a alternativa de classe frente ao fascismo. O importante aqui é ressaltar a análise que a Esquerda fez do fascismo pois somente esta visão sólida e coerente impedirá, mais tarde, que a Esquerda Comunista internacional naufrague no delírio anti-fascista e resista ao democratismo desenfreado que investiu contra as hostes proletárias.

Retomando a ofensiva, a burguesia respondeu no terreno em que o proletariado desferia seus golpes: o terreno da violência amplamente utilizado durante todos estes anos pelo proletariado italiano, como vimos acima. Os bandos fascistas passaram a organizar “expedições punitivas” rumo ao campo, atacando em primeiro lugar os socialistas. Os dirigentes do Partido Socialista Italiano pregavam a calma e a passividade. A Esquerda explica que:

“... a violência fascista não visa a supressão da democracia burguesa, nem mesmo o esmagamento do social-democratismo operário, mas unicamente a defesa do regime democrático contra os assaltos revolucionários do proletariado. Os trabalhadores comunistas retiram-se do âmbito da luta parlamentar e anunciam sua intenção de conseguir o poder pela violência; a burguesia organiza-se para resistir-lhes com o auxílio das milícias fascistas, não para suprimir por conta própria a democracia, mas para defendê-la contra nós, comunistas, que queremos aboli-la.” (Il Comunista – 12/04/1921; grifo nosso, ndr)

5.8.1. A este artigo, sucedem-se vários outros visando demonstrar que não existe desacordo entre o liberalismo e o fascismo, este sendo a realização do primeiro. É por isso que a análise do fascismo começa pela análise da democracia.

A partir do momento em que a burguesia fincou seu alicerce sobre a sociedade de maneira suficientemente sólida para não mais temer o inimigo feudal, ela dedica-se então à tarefa de sufocar o novo inimigo que se ergue à sua frente e que tinha sido sua massa de manobra contra a nobreza feudal: o “quarto-estado”, o proletariado. De arma revolucionária, a democracia torna-se doravante, para a burguesia, um meio de conservação. A democracia é empregada contra uma parte da sociedade: o proletariado. O Estado liberal defende o capital por todos os meios, inclusive pela supressão de liberdade, se necessário. Não há todavia uma revisão da doutrina liberal.

“Assim sendo, a burguesia não deve arrepender-se de ter sido liberal, nem abjurar o liberalismo: é por um desenvolvimento de certo modo “biológico”, que seu órgão de dominação é levado e preparado a defender a causa da “liberdade” por meio de prisões e metralhadoras.” (Il Comunista - novembro de 1921)

O Estado sempre é um estado de classe, mas a mistificação que lhe é auto-suficiente em tempos normais: o Estado é forte. Mas é possível que no caso de crise social ele exija a participação ativa da classe cujos interesses defende. O partido constitucional de tipo eleitoral deixa de ser suficiente.

“É preciso que a classe sobre a qual se ampara o Estado socorra-o nas suas funções conforme as novas exigências. O movimento político conservador e contra-revolucionário deve organizar-se militarmente e desempenhar uma função militar face à previsão de guerra civil” (Idem)

No fascismo portanto, o Estado desdobra-se. A classe burguesa mantém o Estado “árbitro” acima das classes, representante “neutro” do interesse geral, e, paralelamente (a fim de preservar a mistificação) ela forma a organização militar na figura dos bandos fascistas, os camisas negras. Se o Estado enquanto tal assumisse a ofensiva, isto implicaria em provocar por conta própria a guerra civil, quando o objetivo é destruir a resistência da classe operária.

“É porque o Estado deve conservar o direito de apresentar-se como a expressão democrática dos interesses comuns, que esta milícia de classe deve forçosamente formar-se fora dele”.

É por esta mesma razão que a ideologia fascista é totalmente ôca e vazia (“Nós, os fascistas, não possuímos doutrina pré-constituída: nossa doutrina é o fato” – Mussolini, ou ainda “O fascismo é pragmático. Ele não tem, a priori, nem objetivo distante”.)

O fascismo não tem programa e não sabe definir-se, pois ele é o produto do desdobramento da consciência de toda uma classe. A ideologia do fascismo pode ser assim resumida: a organização é tudo, a ideologia não é nada, contrapartida dialética daquela do liberalismo: a ideologia é tudo, a organização não é nada.

5.8.2. No IV ° Congresso mundial da Internacional Comunista, em 1922, Bordiga prosseguirá esta análise, enfatizando que o fascismo é a tentativa de organizar a classe burguesa em partido único. Ele visa unificar os interesses divergentes desta classe e sobrepujar suas divisões políticas (pois não compete a quem quer que seja, nem mesmo ao fascismo, superar a anarquia econômica inerente ao modo de produção capitalista).

É por isso que o fascismo coloca-se acima dos partidos burgueses tradicionais esvaziando-os progressivamente de sua substância. Ele é a classe burguesa unida e não a parte reacionária desta classe.¹¹

5.8.3. Encontramos novamente aqui a importância fundamental da tática assim como a equação segundo a qual a análise teórica errônea conduz inexoravelmente a uma tática incorreta. A Internacional Comunista não compartilhava da análise da Esquerda, identificando equivocadamente Mussolini a Kornilov (general russo reacionário que representava os interesses do antigo regime, e principal agente de Kerensky na tentativa de golpe de estado contra Petrogrado em julho de 1917). Os bolcheviques haviam formado uma frente com os social-democratas contra Kornilov, todavia sem abjurar em nada os princípios. Mas Kornilov representava realmente a reação e o retorno ao antigo regime, enquanto que Mussolini é o instrumento do capital plenamente desenvolvido.

A Esquerda sustentou que não se devia fazer aliança com uma fração da burguesia contra outra, nem recorrer às burguesias de outros países. Pelo contrário, era necessário permanecer isolado, pois este era o único meio de trazer a ofensiva para o terreno onde ela deveria ser desenvolvida: isto é, no nível do antagonismo proletariado-capital. É por isso que, enquanto Gramsci flertava com os “Arditi del Popolo”¹², a direção (a Esquerda, na ocasião) proibia qualquer aliança militar com estes.

A Esquerda Comunista mantinha uma posição de isolamento que a historiografia oficial designa hoje como sectária, atribuindo a este sectarismo a vitória do fascismo!

“Acreditamos que na base deve existir este critério: nenhum acordo de organização, nenhuma frente única com os elementos que não tem por objetivo a luta revolucionária armada do proletariado contra o Estado constituído, isto é, a luta entendida como ofensiva, uma iniciativa revolucionária, a luta que visa a abolição da democracia parlamentar e a instauração da ditadura política do proletariado que colocará fora-da-lei os adversários da revolução.” (II Comunista – agosto de 1921)

O partido comunista, se compusesse uma frente com os democratas, teria arrastado o proletariado para o terreno da defesa das instituições democráticas, isto é, teria sido o agente da derrota da classe. O partido comunista recusava as alianças políticas o que não o impediu de ser extremamente ativo durante este período, travando, sempre que necessário,

¹¹ É este entendimento totalmente errôneo que conduz ao frentismo: o fascismo seria o retorno ao feudalismo e da barbárie, e, em consequência, o perigo fascista autorizaria a aliança com outras frações, ditas progressistas, da burguesia. Ora, cada vez que a classe proletária caiu nesta armadilha – vide as frentes populares – ela sofreu suas maiores derrotas políticas.

¹² Esta organização constituída sobretudo por antigos militares advogava uma “unidade” suspeita, tendo como programa a “ordem”. Não cabia portanto aos comunistas aliarem-se a eles, frente à evidência de que defendiam “a ordem” contra todos os propagadores da violência, inclusive os comunistas.

a luta na rua contra os camisas negras, impedindo que estes se impusessem totalmente, embora ao preço de numerosas vidas operárias.

5.8.4. Dentre as características importantes do fascismo que a Esquerda da Itália expôs, destaca-se a força do fascismo enquanto fenômeno de integração contra-revolucionária do proletariado ao capital: o fascismo pilha a teoria proletária.

A “ideologia” fascista constitui-se de fórmulas herdadas do liberalismo mescladas a uma demagogia exacerbada. Através do fascismo, a burguesia compreendeu que, assim não era possível destruir a potência revolucionária do proletariado a não ser integrando-o ao máximo no Estado, não é também possível lutar contra a teoria proletária tentando provar sua invalidade, a não ser pilhando o seu conteúdo. O fascismo tomou emprestado igualmente a experiência russa, sobretudo no nível da organização em partido único, chegando inclusive a nomear (macaquice suprema) comissários fascistas nos postos-chaves do aparelho de Estado.

Mas a analogia cessa aí, pois o fascismo consegue apenas reduzir momentaneamente os antagonismos da burguesia, sem conseguir entretanto, eliminá-los. Ele pode reduzi-los no âmbito da nação, mas exagera-os no plano internacional, na medida em que conduz ao militarismo e à guerra.

“Novas vitórias no estrangeiro não auxiliariam em nada o fascismo, pois longe de tender à organização internacional dos interesses, ele os impele ao afrontamento e à guerra. Eis porque Moscou, que ousou destruir a velha máquina de Estado inaugurou novos caminhos para a história, enquanto Roma, que tentou ao contrário rejuvenescê-la, apenas sincronizará a derrota do furor reacionário e do delírio reformista.” (Discurso de Bordiga no IV ° Congresso da Internacional Comunista)

5.9. A Esquerda e a Degenerescência do Movimento Proletário. As Teses de Lyon (1926)

5.9.1. Em 1924, a Internacional Comunista decide pela “bolchevização” dos partidos comunistas europeus, isto é, sua transformação em partidos de massa baseados nas células de fábrica. A Esquerda combateu duramente a bolchevização, considerando-a apenas um meio de agravar os erros constatados nas seções da Internacional Comunista. A ruptura com a concepção de um partido pequeno mas muito disciplinado e centralizado, além de monolítico do ponto de vista teórico, introduz uma certa condescendência nos critérios de admissão que acabam por tornar-se cada vez mais vagos. Ademais, a organização por meio de células de fábrica “corresponde a um sistema federativo que nega a centralização e a fusão das energias revolucionárias.”

Por outro lado, a disciplina severa que acompanha a bolchevização revela-se completamente inútil no que tange à eliminação do fracionismo, ao qual só se pode remediar mediante a aquisição de uma maior coerência teórica e política. O grupo de Bordiga funda, em fevereiro de 1924, a revista “Prometeo” em Nápoles, que a direção do Partido Comunista suprime em agosto do mesmo ano.

Em 1925, o 14 ° Congresso do PCUS teoriza o “socialismo num só país”.

5.9.2. Em 1926, o curso da revolução mundial balança definitivamente, pois a única forma de salvaguardar a Rússia proletária reside na sublevação maciça do proletariado de todos os países. É em nome deste internacionalismo vivo que a Esquerda pedia que a política do Estado russo fosse dirigida pela Internacional. Mesmo assim, fiéis a Lenine, nem Trotsky nem Zinoviev, nem a Esquerda pensavam ou esperavam passar naquele momento para o socialismo; na ausência da revolução mundial, a única via histórica aberta à Rússia era a transição para o capitalismo.

No entanto, com o apoio da classe operária internacional, teria sido possível manter o caráter politicamente proletário do Estado russo “mesmo durante 50 anos” dizia Trotsky. O IV ° Congresso da Internacional (1928) assiste à vitória da linha do “socialismo num só país”. A vaga de refluxo era portanto demasiado forte, e, trinta anos mais tarde, a Esquerda retomava o estudo deste período no texto “Dialogato coi Morti” – “Diálogo com os mortos”, mostrando a trágica dimensão da derrota do proletariado:

“Desde 1926 era previsível a vitória do stalinismo, forma moderna e agravada da traição à revolução e ao comunismo. Com efeito, a partir daquele momento ficou patente para a oposição comunista internacional que a salvação só poderia ocorrer uma vez findo o longo ciclo de degenerescência do Estado e do Partido russos, assim como dos vestígios da Internacional. Em suma, a salvação era impossível antes que se pudesse fazer o balanço teórico (já esboçado então) da renúncia a todos os princípios cardinais da revolução formulados por Marx e Lenine”.

No mesmo ano, realiza-se em Lyon (França), por motivo de clandestinidade, o II ° Congresso do Partido Comunista da Itália. Nele a Esquerda apresenta aquilo que constituirá as Teses de Lyon.

Elas reafirmam o papel do partido comunista na revolução proletária, enfatizando que a revolução não é uma questão de forma de organização. Não é a forma partido que está sendo privilegiada, em nome de um fetichismo qualquer, mas seu conteúdo dinâmico que é o programa comunista. É na força ou na fraqueza do programa que reside a possibilidade ou não da vitória da revolução que seria, por oposição ao partido, magicamente preservada dos riscos de corrupção e degenerescência. Enquanto modo de ser do partido, o centralismo orgânico é nele reafirmado. As regras táticas do partido assim como suas relações com a doutrina são novamente desenvolvidas.

Finalmente as teses fazem uma espécie de balanço do período que finda, recordando o papel da Esquerda na direção do partido e fornecendo os elementos de crítica aos erros cometidos pela direção centrista que lhe sucedeu.

As teses terminam sobre as perspectivas de trabalho para o partido. Destaca-se o seguinte trecho:

“O partido deve preparar o proletariado à retomada de sua atividade de classe e de luta conta o fascismo recorrendo às duras experiências empreendidas recentemente. Deve, simultaneamente, destruir todas as suas ilusões sobre o alcance das modificações da política burguesa ou sobre as possibilidades de auxílio oriundas das

classes médias urbanas, utilizando-se das experiências do período liberal e democrático para evitar a renovação das ilusões pacifistas”.

Os limites das “Teses” são portanto os limites impostos pela própria história ao proletariado italiano e internacional. O curso fôra invertido. No congresso Gramsci obteve 91% dos votos.

6. A ESQUERDA COMUNISTA DA ITÁLIA NA CONTRA-REVOLUÇÃO EM ESCALA MUNDIAL. OS ANOS QUE SE SEGUIRAM A 1928.

6.1. “Após o congresso de Lyon em 1926, a Esquerda perde definitivamente a direção e a forte influência sobre o Partido Comunista na Itália. Em 1927, alguns camaradas fundam, em Pantin, a fração da esquerda comunista no seio do Partido Comunista da Itália, publicando um jornal, Prometeo. Entram em conflito constante com os trotskistas, com os elementos provenientes do KAPD e com os Tribunistas que os recriminavam por não terem aprofundado como eles a crítica à revolução russa, isto é, por não terem afirmado que a contra-revolução era obra de Lenine, etc... (Note-se que a Esquerda só reconheceu o caráter capitalista – do ponto de vista econômico e político – da Rússia mais tarde: em 1933 – ndr). A Esquerda acentuou a impossibilidade de se criar um partido.

‘Em vez de uma rigorosa análise da situação para examinar se existem as condições para a fundação de novos órgãos, determina-se a priori a necessidade de criar a nova internacional. A partir da fórmula: a revolução é impossível sem partido comunista, chega-se à conclusão simplista que o novo partido deve ser imediatamente construído! (Bilan, n° 1, 1933) ¹³

Em 1935 constituiu-se a fração independente. Por ocasião da guerra da Espanha ela enfatizou inicialmente o aspecto altamente revolucionário deste movimento, denunciando posteriormente sua transformação em guerra imperialista. A Esquerda mantém firmemente seu anti-democratismo e sua recusa em participar na luta de defesa nacional, qualquer que seja o pretexto e, mais particularmente, em nome da defesa da Rússia, enquanto que muitos trotskistas acabaram por entrar na resistência.

Nas publicações Prometeo e Bilan encontram-se algumas fraquezas decorrentes da não-individualização clara e nítida da fase de recuo e do estudo do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Todavia, esta fração teve o mérito de defender corretamente os princípios fundamentais do comunismo, o que a impediu de cair na armadilha democrática ou naquela da criação do partido.

A força deste movimento residia na compreensão de que era preciso bater em retirada.” (Invariance, n° 6, antiga série, Teses 1.3.8.)

¹³ Em novembro de 1933, um punhado de emigrantes comunistas italianos começaram a publicar mensalmente a revista teórica “Bilan” (Balanço), no sentido de operar um trabalho de clarificação internacional no seio do movimento comunista, sobre as causas do recuo da classe proletária e sobre o desenvolvimento do MPC em nível mundial, atacando violentamente as palavras de ordem democráticas que campeavam no movimento internacional, notadamente na “Oposição Internacional de Esquerda” que tinha Trotsky à sua frente.

6.2. A partir deste momento, o trabalho da Esquerda prossegue na emigração, sobretudo no plano da atividade teórica, necessária após qualquer derrota. Ou o proletariado é revolucionário ou ele nada é!

Isto significa que quando a contra-revolução os derrota, os comunistas devem saber viver este recuo e interromper toda e qualquer atividade organizacional, a qual torna-se então um entrave à necessária clarificação e ao balanço imposto por este período.

O principal dirigente da Esquerda, Bordiga (excluído do Partido Comunista em 1930, e sobre o qual é inútil jogar um véu de um anonimato hipócrita, eis porque citamos o seu nome), não participará de nenhuma atividade pública durante este período.

Sem dúvida, é graças a esta atitude que ele não foi arrastado no fúnebre carnaval da contra-revolução onde mesmo ex-grandes dirigentes revolucionários, como Trotsky, foram exibidos como palhaços.

6.3. Embora o curso da contra-revolução não tenha sido alterado em nada, o Partido Comunista Internacionalista é fundado, em 1943, por militantes da Esquerda que estavam em contato com elementos franceses e belgas desde o final da guerra.

O partido publica “Battaglia Comunista” e “Prometeo”. Este movimento nasceu impregnado de um certo número de erros ligados à idéia segundo a qual era possível e necessário repetir aquilo que ocorrera no primeiro pós-guerra. Acreditava-se na emergência de uma fase revolucionária tal qual a de 1917 e portanto na possibilidade de intervenção do proletariado.

Acrescia-se a isto a personalização da contra-revolução na Rússia soviética, a qual estaria conhecendo uma nova fase: o capitalismo de Estado, considerado como um estágio intermediário, particular, entre o modo de produção capitalista e o comunismo.

Existia portanto uma corrente significativa que não tinha rompido suas ligações com a III^a Internacional e com suas polêmicas: esta corrente permaneceria no seu terreno, manifestando assim um desvio de tipo trotskysta, tão evidente, que numa plataforma de 1944 encontrava-se o que segue:

“Nosso partido, que não subestima a influência dos outros partidos de tradição operária, bem como a importância desta influência sobre as massas, faz-se defensor da “frente única”, manifestação da unidade operária acima dos partidos, etc...”

6.4. Contudo, existia simultaneamente uma outra corrente que tinha realmente tirado as lições dos acontecimentos verificados desde 1928, para a qual a constituição do partido era prematura mas que considerava necessária a preservação das poucas energias do proletariado, a fim de que não viessem a cair nas garras do imediatismo. Esta corrente aceitou o partido, um pouco como Engels reconheceu a fundação da II^a Internacional. Assim, Bordiga acreditava ser prematura e inútil qualquer atividade organizacional, mas

redigia a rubrica “Sul Filo del Tempo”, considerando que era preciso preservar e manter intacta a herança do programa comunista.

6.5. As posições “imediatas” esta corrente (defendidas nos “Fili” e em “II Programma Comunista”, assim como na maioria dos artigos de “Prometeo” – até 1952), podem ser assim resumidas:

- O fascismo ganhou a guerra. (Mesmo se os fascistas perderam-na. Os elementos surgidos com o fascismo: intervenção crescente do Estado, centralização política correspondente à centralização e à concentração econômica, totalitarismo crescente do capital, etc., generalizam-se após a guerra. Apesar desta corrente ter sido a única a colocar corretamente em evidência o fato de que o fascismo correspondia ao curso do capital previsto pela teoria, não sendo nenhum “acidente” na história, nem uma recaída na barbárie, ela não conseguiu ligar diretamente aquilo que ela chamava de “fase imperialista e fascista” ao processo de extorsão da mais-valia relativa, preferindo insistir na concentração e centralização do capital (que são, na verdade, conseqüências do processo de valorização/desvalorização do capital. Sobre esta questão, não tinha havido também um rompimento total desta corrente com o leninismo e a III^a Internacional).

- Não há uma 3^a Guerra iminente. (tal era a previsão, por exemplo, de “Socialismo ou Barbárie”, sendo inclusive nesta perspectiva que ocorreram várias cisões no trotskismo (“SouB” na França, “International Socialism” na Grã-Bretanha), por ocasião da guerra da Coréia, sobre o problema do auxílio à URSS em caso de conflito armado. Na realidade, a guerra fria é apenas uma forma de terror branco, destinada a disciplinar o proletariado mundial).

- A URSS é pacifista e os EUA belicistas.
- O movimento proletário deve acabar com todas as escórias do passado, ele deve acabar com a democracia.
- Luta contra o novo revisionismo que semeia a dúvida! E, segundo o qual, o proletariado não poderia mais cumprir SOZINHO sua missão histórica (última manifestação do passivo da teoria da frente única e das frentes populares, depois).

6.6. A oposição entre as duas correntes só poderia ampliar-se. O ponto de ruptura foi constituído pela Rússia e pela questão sindical (mais precisamente, a ligação do partido com a classe e as possibilidades de intervenção deste na situação imediata).

A primeira tendência (dirigida por O Damen, antigo dirigente do PC da Itália e membro da esquerda nos anos 20), considerava os sindicatos integrados no Estado capitalista, e ilusórias as tentativas de reconquista destes.

Para esta tendência “ativista”, era preciso:

- a) Organizar “grupos comunistas de fábrica”.
- b) Participar de todas as lutas cuja origem fosse a exploração dos operários.
- c) Denunciar o papel dos sindicatos e, neste sentido, participar nas eleições dos organismos sindicais e das comissões internas de fábrica.

A tendência Damen, influenciada pela ideologia reinante, chegava a teorizar que na Rússia ocorriam novos fenômenos que impunham uma revisão da teoria. A Rússia teria

sido um Estado capitalista de uma nova forma, cuja burocracia teria sido a classe dominante. Ainda segundo esta corrente, o Stalinismo teria sido outra coisa do que o antigo oportunismo. Ela criticava ainda os papéis respectivos de URSS e dos EUA. (Os stalinistas acreditavam na iminência de uma terceira guerra mundial, que colocaria frente a frente URSS e USA. A fórmula “ditadura do partido” era recusada.

A outra tendência condenava qualquer ativismo, o que implicava portanto em:

- a) Abandonar o trabalho dos grupos comunistas de fábrica.
- b) Recusar a participação dos movimentos dirigidos pelos Stalinistas.
- c) Recusar qualquer participação nas eleições sindicais ou nas comissões internas de fábrica.
- d) No plano mais geral, renúncia à atividade organizacional, centrar a prática na atividade teórica, a fim de facilitar a retomada quando o proletariado estiver em condições de reformular o partido comunista.

Note-se que em meio aos partidários de Bordiga, verificava-se em 1948, uma certa hostilidade em relação aos sindicatos.

“O partido afirma que o sindicato atual é um órgão fundamental do Estado capitalista, que tem por objetivo aprisionar o proletariado no mecanismo produtivo da “coletividade nacional”. Esta característica de órgão estatal é imposta aos organismos sindicais e de massa do totalitarismo capitalista... Disto resulta que, qualquer que seja a forma revestida pelo sindicato: unitária ou resultante de uma eventual cisão; qualquer que seja sua etiqueta (mesmo revolucionária, como no caso dos sindicatos constituídos pelos anarquistas ou pelos sindicalistas), o sindicato não pode ser, hoje, diferente daquilo que ele é, nem pode deixar de exercer uma função abertamente contra-revolucionária que lhe é imposta pela sociedade capitalista. É por isso que se deve rejeitar categoricamente toda perspectiva de reerguimento do sindicato, toda tática que visa a “conquista” de seus órgãos centrais ou locais, toda participação na direção das comissões internas ou organismos sindicais em geral. No decorrer do seu ataque revolucionário, a classe operária deverá destruir o sindicato enquanto um dos mecanismos mais sensíveis à dominação de classe do capitalismo.” (“Battaglia Comunista” n° 19 – 10/6/1948)

No entanto, frente à pressão de Bordiga, estes elementos mostrar-se-ão, três anos mais tarde, favoráveis a uma intervenção no seio dos sindicatos e à sua reconquista. (O que marca as insuficiências desta tendência, ou melhor, de Bordiga, em relação à superação da estratégia da IC e portanto do leninismo).

As condições históricas de recuo impediam uma superação dinâmica das divergências que desembocasse numa coesão. Uma separação tornou-se necessária, realizando-se em 1951.

6.7. Em 1951 efetua-se uma depuração na medida em que os resíduos da história anterior são eliminados. O movimento assume então um aspecto mais puro, mais verdadeiramente comunista. É aquela ruptura efetiva, eficaz, com a democracia, tal como houvera sido

proclamada em Livorno, em 1921 (e no “Princípio Democrático” – 1922) mas que não pudera ser realizada por causa da própria IC. O princípio vital do partido não é mais o centralismo democrático, mas o centralismo orgânico. As teses de 1945 são retomadas e precisadas nos seguintes pontos:

- as lições da contra-revolução: a Rússia não ocupa o centro das preocupações nem é tampouco o centro da contra-revolução. (A doutrina comunista é tanto teoria da revolução como teoria da contra-revolução, período durante o qual é necessário manter firme o leme na direção da revolução comunista. Aquela que dura desde 1928 não é a primeira contra-revolução que os comunistas se defrontaram. Não há portanto margem para revisar a teoria. Em consequência, não pode haver uma polarização sobre um pretenso “enigma russo”)¹⁴

¹⁴ A Rússia nos anos 50 pôde usufruir de uma certa paz social uma vez que suas dificuldades econômicas nacionais eram sobretudo suportadas pela exploração dos países satélites. Tornava-se necessário destruir o “enigma russo” que engolfava o proletariado. Neste sentido, a Esquerda comunista da Itália precisou, em diversos trabalhos importantes (“Diálogo com Stalin”, 1953; “O Urso e seu Grande romance”, 1953; “Diálogo com os Mortos”, 1957; “Estrutura econômica da Rússia de hoje”, 1955, entre outros...) o caráter capitalista da sociedade russa que já vinha se edificando, principalmente a partir de 1928.

“1) O processo econômico em curso nos territórios da União russa define-se, essencialmente, como a implantação do modo de produção capitalista, sob uma forma e com uma técnica moderníssima, nos países de economia atrasada, rural, feudal e asiático-oriental.

2) O Estado político é, bem entendido, aquele nascido de uma revolução na qual o poder feudal foi derrubado por forças entre as quais o proletariado era preponderante, secundado pelo campesinato, enquanto que uma verdadeira burguesia era praticamente ausente. Mas este Estado consolidou-se enquanto órgão político do capitalismo, em virtude da derrotada revolução política proletária na Europa.

3) As manifestações e todas as superestruturas de tal regime, com as devidas diferenças de tempo e lugar, coincidem, no fundo, com aquelas de todas as formas de capitalismo, desde a emergência e progressão de seu ciclo inicial.

4) Toda a política e a propaganda dos partidos que nos outros países exaltam o regime russo, foram esvaziadas do conteúdo de classe e revolucionário, e, representam um complexo de atitudes “românticas” ultrapassadas e privadas de vida no desenvolvimento histórico do ocidente capitalista.

5) A afirmação segundo a qual não há, atualmente, na Rússia uma classe burguesa estatisticamente definível, não basta para contradizer as teses precedentes pois, é um fato constatado e previsto pelo marxismo – bem antes da revolução, que a potência do capitalismo moderno é definida pelas formas de produção e não pelos grupos nacionais de indivíduos.

6) A gestão da grande indústria, por parte do Estado, não contradiz em nada as teses precedentes, pois que ela se desenvolve sobre a base doariado e da troca mercantil externa e interna. Ela é um produto da técnica e foi aplicada na Rússia do mesmo modo que no Ocidente: logo que caíram os obstáculos das relações pré-burguesas da propriedade.

7) A ausência de uma forma de democracia não entra em contradição com as teses precedentes. Onde existe, ela não é mais que a máscara da ditadura do capital. Ela é superada e tende a desaparecer, em qualquer parte, onde a técnica produtiva para invenções ulteriores se funda sobre sistemas gerais e não sobre instalações autônomas. Por outro lado, a ditadura aberta foi adotada por todo o capitalismo emergente e em fase “adolescente”.

8) Isto não autoriza, absolutamente, dizer que o capitalismo russo é “a mesma coisa” daquele de todos os outros países, porque há diferença entre a fase na qual o capitalismo desenvolve as forças produtivas e impele suas aplicações para além dos antigos limites geográficos, completando a trama da revolução socialista mundial, e aquela em que ele explora estas forças apenas de um modo parasitário, uma vez que elas já atingiram e superaram há tempos o nível que permite desenvolvê-las “para o melhoramento das condições do trabalho vivo”. Melhoramento somente possível, graças à forma econômica não fundada sobre o salário, mercado e moeda; graças somente à forma socialista”. (O Urso e seu Grande Romance – in ‘Il Programma Comunista’, n° 2, 1953)

- O Stalinismo apenas realiza o conteúdo da social-democracia. (Assim como o fascismo apenas realiza o liberalismo. Nem um nem outro constituem fenômenos novos).
- condenação do ativismo e explicação da inversão da praxis. (Isto é, o momento no qual inverte-se a atividade humana. A consciência sempre sucede à ação. Só quando a classe constitui-se em partido é que a ação é subordinada a atos de consciência e de vontade prévios. Descrever a inversão da praxis significa portanto ligar-se diretamente à revolução futura e definir o momento no qual o proletariado se constituirá em partido, isto é, quando de classe frente ao capital ele se tornará classe em si e para si, livre na sua ação;
- apreciação das revoluções anti-coloniais como fenômenos positivos, mesmo se não são proletários e desembocam no triunfo de revoluções burguesas;
- luta contra o revisionismo e a dúvida; refutação da opinião segundo a qual possa existir uma nova classe (inicialmente na Rússia e, a seguir, no mundo inteiro), a burocracia; denúncia do perigo representado por certos grupos que defendem posições que tendem, definitivamente, a negar a importância da intervenção do partido político no desenrolar da revolução.

6.8. Este pequeno grupo pôde assim resistir, graças a um esforço teórico intenso e à criação de certa maneira, de um cordão sanitário em sua volta.

(O “cordão sanitário” é uma prática que consiste em preferir um isolamento teórico fecundo a um inchaço numérico a qualquer preço, o qual – conforme prova a experiência – sempre acaba por ser pago com uma renúncia às posições de classe. Marx e Engels, por seu lado, estabeleceram este cordão sanitário cada vez que julgaram-no necessário e acabaram por servir muito melhor à classe dedicando-se a seus trabalhos críticos, do que deixando-se arrastar no turbilhão da agitação e da tagarelice democrática. Alguns epígonos da Esquerda teorizam atualmente o cordão sanitário num sentido anarquista. Temem o contato com a realidade e com a corrupção que esta engendra, revelando portanto que nada compreenderam da mistificação inerente ao modo de produção capitalista, que não é nenhum fenômeno moral ou ideológico, pelo contrário, é um fenômeno material. Por sua vez Marx afirmava que não se pode escapar à lama na sociedade burguesa, pois este é seu verdadeiro lugar.

O pequeno grupo preparou assim a transmissão da experiência revolucionária às gerações jovens, para a formalização do verdadeiro partido de classe em escala mundial. De certa forma, este grupo podia ser considerado um partido (no sentido histórico do termo), pois expressava a situação na qual encontrava-se a classe operária: derrota no plano político, mas vitória total no plano programático. Sua forma reduzida no plano organizacional, mas extraordinariamente vigorosa no plano teórico lhe era imposta pelas próprias coordenadas da luta de classes, totalmente contrárias ao desenvolvimento extensivo do movimento. Este grupo vivia plenamente consciente de que a revolução ainda estava distante.

6.9. O XX ° Congresso do PC russo e o 40 ° aniversário da revolução de outubro constituíram a ocasião para que fossem detalhadas as perspectivas da futura crise. Os trabalhos de Bordiga levavam à previsão de uma crise dentre-guerras semelhante à de 29 , para 1965, que não pouparia a Rússia, prevendo a alternativa revolução comunista ou guerra mundial para 1975, o que coincidia simultaneamente com os trabalhos de economistas burgueses americanos e com as colocações de Trotsky que dizia, em 1926 (vide tese 5.9.2.) que a URSS poderia resistir 50 anos antes de reintegrar-se ao mercado capitalista.

As fontes norte-americanas eram de um relatório do “New York Research Institute”, a respeito do qual o “Diálogo com os Mortos” enfatiza que:

“Neste relatório que merece nossa atenção, um aspecto chocou-nos: é que sua perspectiva coincide com a nossa no que tange a duração da paz, estimada em cerca de vinte anos. A partir de cálculos sobre o volume de matérias primas disponíveis nos dois lados, e sobre a importância da industrialização a ser realizada nas zonas sub-desenvolvidas, o relatório admite com efeito que a dupla acumulação capitalista dos EUA e da URSS certamente encontrará mercados durante vinte anos ainda. Quem vencerá em 1975, a guerra ou a revolução? Até lá, a luta teórica terá decidido entre a economia da explosão e a do bem-estar crescente. Todavia, os dois adversários progressistas que se alinham para o desafio combatem, do ponto de vista teórico do mesmo lado”.

Alguns elementos da Esquerda pararam aí, sem procurar compreender e estudar como a previsão poderia verificar-se na realidade. Na medida em que se optou pela impaciência e pela rapidez para confirmar a previsão, esta assumiu portanto definitivamente um aspecto negativo. Polarizaram-se sobre a Rússia à espreita da suma confissão: o reconhecimento do modo de produção capitalista na Rússia por parte de seus próprios dirigentes.

“Entre o terremoto do XX ° Congresso e as declarações que amanhã a realidade histórica imporá inevitavelmente, a ligação aparecerá claramente àqueles que, com audácia inaudita atiram às traças os sagrados ensinamentos de seu mestre Stalin, suas obras completas, o meio-milhão de cópias da nova economia que tinha substituído a de Marx e de Lenine. Caminhamos para o congresso da confissão. A força dos fatos é uma força física que se impõe aos homens, mesmo quando ela se apresenta como força de uma teoria. Se estes podem trapacear com a teoria durante épocas inteiras, eles são finalmente constrangidos a inclinarem-se diante dela. Virá o momento em que eles deverão confessar que a estrutura da economia e da sociedade russa é capitalista, e este será o momento decisivo. A economia pseudo-científica de Stalin perturbaria então a manobra pois, para salvar a estabilidade do poder do Estado, seria útil retirar do marxismo autêntico a prova deste fato, sustentando que era uma necessidade histórica. Será então cômodo recordar que Trotsky, Zinoviev e tantos outros nunca haviam deixado de afirmar tal coisa, até que se abatesse sobre eles a repressão de 1926, mas será incômodo ter pretendido que eram declarações mentirosas de agentes secretos do capital”. (“Diálogo com os Mortos”)

No entanto, nem a confissão nem a reabilitação de Trotsky , etc., ocorreram, mas ninguém se preocupou em tirar as devidas conseqüências. Fiel a seu hábito, o PC Internacional minimiza totalmente a situação. Assim, numa recente edição italiana do “Diálogo com Stalin”, na qual menciona-se a ‘Confessione’, acrescenta-se numa nota que logicamente, a confissão não ocorreu, mas que isto não é grave na medida em que está implícita na assimilação crescente do “socialismo russo” com o modo de produção capitalista! O PCI defende também a “invariância”: aquela da irresponsabilidade!

Aliás, era completamente incoerente esperar uma tal confissão, quando já fôra dito anteriormente, e de forma bastante correta, que a burguesia pilha a teoria proletária por ser incapaz de refutá-la.

Em primeiro lugar, portanto, a burguesia jamais abandonará de si mesma esta arma mistificadora. Em segundo lugar, se a burguesia pilha a teoria proletária, ela o faz sem compreendê-la: ela não possui uma consciência das diferenças entre modo de produção capitalista e comunismo. Ela é portanto incapaz de buscar no “marxismo autêntico” (pela simples razão de que este lhe é incompreensível) a certeza de que, após 1926, a Rússia só poderia seguir um curso capitalista. Cabe aos comunistas definir isto, e somente eles podem fazê-lo.

Para alguns, esta solução aportada ao “enigma russo” pelos próprios russos, eliminava o derradeiro obstáculo à restauração da doutrina. Isto constituía uma incompreensão da posição de pós-45 : a URSS não é nem um fenômeno novo que impõe uma revisão da teoria, nem o centro da contra-revolução.

O esforço teórico foi considerado encerrado, devendo-se partir então para a prática.. Ora, abstratamente, é possível conceber que, para um determinado grupo de homens, exista a realização da restauração. Mas, será que isto significa então que seja possível retomar-se uma atividade externa efetiva? Isto constitui puro esquematismo, metafísica. A possibilidade de intervenção não depende unicamente de uma restauração teórica, mas também, fundamentalmente, de profundos abalos que subvertem toda a sociedade. É por isso que cabe perguntar em que medida um tal movimento - no seu conjunto - poderia ter integrado uma “teoria restaurada”, quando ignorava que as condições de intervenção no movimento dependem de fatores externos à sua vontade. Na verdade, a obra de restauração encontrava-se apenas no seu início e foi rapidamente abandonada.

6.10. O elemento essencial na decomposição do movimento foi a fraqueza na restauração da teoria comunista das crises e dos ciclos do capital, isto é, na previsão da crise catastrófica do Modo de Produção Capitalista e da alternativa revolução comunista ou 3^a Guerra Mundial. No texto “Diálogo com os Mortos” (1957) encontrava-se escrito: “Durante vinte anos que nos resta suportar, a produção industrial e o comércio mundial conhecerão uma crise que terá a dimensão da crise americana de 1929 –32, mas que desta vez não poupará o capitalismo russo”. Mas em 1975, não havia nenhuma manifestação desta crise entre duas guerras que teria permitido a formação dos primeiros núcleos do partido de classe. No entanto – salvo raras exceções – não houve esforços teóricos para apreender a não verificação desta previsão. Agiu-se como se nada tivesse acontecido,

como se a crise tivesse sido simplesmente adiada. Na realidade, ocorria uma ruptura na previsão e teria sido necessário afrontá-la, em vez de citar a qualquer momento a crise do capital, sua agonia, etc... clássicas ladainhas do trotskysmo.

Das revistas saídas da cisão de 1966, no seio da Esquerda (conforme parágrafo 6.12. adiante), apenas Invariance (1ª série, nº 1 a 7), esforçou-se para tirar todas as conseqüências do fato de que a previsão de uma crise dentre duas guerras para 1965 não se realizou. Mas, mesmo Invariance não havia se livrado completamente das insuficiências da Esquerda. Assim, “a tradição de todas as gerações mortas pesa enormemente no cérebro dos vivos (...). A revolução não pode tirar sua poesia do passado mas apenas do futuro. Ela não pode começar para si mesma antes de ter liquidado completamente toda superstição relacionada ao passado. As revoluções anteriores tinham necessidade de reminiscências históricas para dissimularem-se, a si mesmas, seu próprio conteúdo. A revolução... deve deixar os mortos enterrarem seus mortos para realizar seu próprio objeto”. (Marx – O 18 Brumário de Luis Bonaparte)

Com relação à previsão, a posição de Invariance era a seguinte: a crise de 1965 tinha sido englobada, fôra temporariamente sobrepujada e devia se engavetar naquela de 1975, a qual ela engrossaria em amplitude e violência. Conseqüentemente, a previsão fundamental da Esquerda: 1975= alternativa revolução comunista ou guerra mundial foi mantida. Não se procedeu, portanto, nenhuma reavaliação da compreensão que a Esquerda tinha das crises.

A previsão da Esquerda baseava-se num ciclo do capital de 10 anos, tal como se manifestava no início da fase de submissão real do trabalho ao capital, isto é, a partir de 1848 na Inglaterra. Assim, após o período de reconstrução de 1945/55, a Esquerda previa, como vimos, que uma gravíssima crise, similar àquela americana de 1929, sacudiria o conjunto do mundo capitalista, inclusive a URSS, em 1965 (crise dentre duas guerras) abrindo um período de luta de classes que devia desembocar na revolução comunista com a crise de 1975, ou engendrar a derrota definitiva do proletariado revolucionário com o desencadeamento da 3ª guerra mundial. Esta tese foi expressa – entre outros textos – no “Diálogo com os Mortos”.

“A progressão da produção capitalista mundial durante os dez anos do após guerra continua ainda por alguns anos. Chega, em seguida, a crise dentre duas guerras, análoga àquela que explodiu na América em 1929. Massacre social das classes médias e dos trabalhadores aburguesados. Retomada de um movimento mundial da classe operária que terá rejeitado todo aliado. Nova vitória das velhas teses. Partido Comunista único para todos os Estados do mundo. Ao fim de uma vintena de anos, a alternativa deste século difícil: terceira guerra dos monstros capitalistas, ou revolução comunista internacional. Apenas se a guerra não acontece é que os “emuladores” morrerão”.

Em lugar dos vencimentos que ritmaram a contra-revolução: 1929 – crise; 1939 – segunda guerra mundial, tinha-se portanto a previsão dos seguintes vencimentos marcando o curso revolucionário a vir: 1965 – crise; 1975 – revolução comunista mundial. De fato, a Esquerda havia gravemente subestimado o profundo rejuvenescimento operado pelo capital

através da 2^a guerra mundial e o enorme reforço de suas capacidades, que decorria desta regeneração. A contra-revolução triunfante tornava possível o que é necessário para que o capital possa desabrochar-se plenamente na fase de submissão real: a dominação completa do proletariado pelo capital e o assenhoreamento deste sobre todos os setores da atividade social.

Eis aí, fundamentalmente, o sentido da orgia capitalista após 1945. Este aniquilamento é que permitiu a exploração desenfreada do proletariado, a integração irreversível dos sindicatos ao capital, o inchaço desmesurado das classes médias, o desenvolvimento inaudito da ciência e da técnica e, evidentemente, da anarquia, do desperdício das forças produtivas.

Ora, como havia previsto Marx, a duração do ciclo do capital devia prosseguir encurtando-se.

“Até aqui, a duração periódica destes ciclos é de 10 ou 11 anos, mas não há nenhuma razão para considerar esta cifra como constante. Pelo contrário, devemos inferir das leis da produção capitalista, tais quais acabamos de desenvolver, que ela é variável e que o período dos ciclos reduzir-se-á gradualmente”. (Marx, “O Capital”, I, 7, XXV)

A partir da segunda guerra mundial, a duração do ciclo do capital e de suas crises intermediárias encurtou-se, passando de 10 para 6 anos (1951, 1957, 1963, 1969, 1975).

O ponto mais baixo da próxima crise que conhecerá o capital deverá portanto, situar-se neste ano de 1981. Desse modo, em 1975, mesmo se o mundo capitalista era ferido pela primeira grave crise do pós-guerra (seguindo-se àquelas de menor amplitude de 1969, 1963, etc...) seria necessário ser bastante tolo e ignorante para aí ver a crise catastrófica conduzindo à alternativa revolução comunista ou guerra mundial. Ora, somente as leis matemáticas do múltiplo comum, que fazem com que 3 ciclos de 10 anos sejam equivalentes a 5 ciclos de 6 anos explicam que 1975 coincidia efetivamente com uma crise do modo de produção capitalista. Assim, 1975 não era a crise catastrófica tão esperada. Os fatos mostram, portanto, que não se podia permanecer nas simples críticas de Invariance sobre a previsão e que se deveria ir mais longe na crítica da Esquerda, na sua superação não num sentido modernista, mas no sentido ortodoxo voltando-se aos fundamentos da teoria revolucionária traída pela contra-revolução e incompletamente restaurada pela Esquerda.

Quando um movimento qualquer tornar-se incapaz de perceber as discontinuidades é que ele abandonou a totalidade da teoria; sua degenerescência é inevitável. Foi o que ocorreu

6.11. “Os fatos são cabeçudos”, como gostava de repetir Lenine, e os desejos dos elementos polarizados sobre a URSS não eram realizados. Estes trancaram-se em seu esquema e retornaram finalmente aos desvios combatidos anteriormente, denunciando a

Rússia como o centro da contra-revolução, e por extensão, os outros países que haviam se emancipado das metrópoles coloniais e diziam-se socialistas.

Para estes elementos, pareciam existir potencialidades revolucionárias que não estavam sendo aproveitadas, que não estavam sendo exploradas. Em suma, se o partido não exercia mais influência é porque encontrava-se simplesmente mal organizado. Donde um retorno a Lenine. Argumentando que este último tinha feito propaganda, em 1903, pela formação de um órgão central e pela criação de um partido mais centralizado e estruturado (havia então uma multidão de círculos e fazia-se necessário unificar as unidades existentes), acreditava-se que era preciso agir como Lenine. Mas as situações não eram as mesmas, pois se naquela época, dois anos antes de 1905, existiam verdadeiramente as bases materiais para uma tal estruturação, a mesma política nos anos 60 originava-se de um puro voluntarismo. E com este todas as taras do leninismo – não confundir com Lenine – recobriam suas forças.

“O leninismo ou bolchevismo é a doutrina nascida e desenvolvida após a morte de Lenine. Todos os agrupamentos e teóricos russos contribuíram para sua edificação, seja Stalin, Zinoviev, Boukarin, Trotsky, etc. Ela consiste na fixação de um certo número de posições de Lenine, mas isto não permite que seja possível escrever a equação: Leninismo = teoria defendida por Lenine. Este considerava-se seguidor de Marx, restaurador da doutrina. É através da obra de restauração teórica da doutrina do proletariado que se deve apreciar a atividade de Lenine. Esta está diretamente ligada ao processo revolucionário do fim do século XIX e do início do século XX. É somente quando a revolução afirma seu traspasseamento que ele reencontra realmente o próprio ser da doutrina (O Estado e a Revolução), senão ele sofreria todo o peso do retardo não apenas da Rússia, mas de toda a Ásia. Lenine pôde apenas afirmar uma parte do marxismo correspondente a um momento dado da vida da classe: aquele no qual ela deve lutar nos flancos do capital contra as antigas formas sociais e no qual ela pode chegar até a derrubar o capital (dupla revolução). Mas não houve restauração integral, pois o movimento real, o seu substrato, foi destruído pela democracia no ocidente. Permanecer em Lenine é deter-se numa afirmação fundamental, mas unilateral da teoria do proletariado. O leninismo é fundamentalmente a generalização do esquema russo à revolução ocidental. Ele contém a teorização do partido deus-ex-machina com a consciência vinda de fora, o culto da vontade e da manobra tática, o fetiche da organização com o culto do chefe, uma sofística à guisa de dialética que permite justificar qualquer coisa. Mais precisamente, que permite à direção do partido justificar-se. O leninismo leva o dualismo para o seio da classe e da doutrina até as últimas conseqüências e, neste sentido, ele é a expressão teórica perfeita da derrota proletária. Ora, a derrota é a própria fragmentação da classe.

O leninismo conserva o esquema internacional da revolução mas de modo abstrato: ladainhas sobre o internacionalismo proletário. É um internacionalismo que se coloca simplesmente como negativo do nacionalismo. Ora, estando dada a preponderância da URSS no seio da IC, o conteúdo deste internacionalismo restringiu-se rapidamente à defesa da URSS. Chegou-se progressivamente à afirmação nacionalista. O leninismo é o fundamento teórico do estalinismo. Este é uma afirmação nacional do primeiro. Ele é também o fundamento do trotskismo.

Este último conserva a visão internacional, enxertando no leninismo a teoria da revolução permanente. De outra parte, estalinismo e trotskismo convergiram-se e se convergem sempre na defesa da URSS. Do mesmo modo que, no século passado, a totalidade das correntes do movimento operário, tirando alguns elementos que estavam em torno de Marx e Engels, convergiam sempre para proclamar a defesa da França, terra da liberdade!

Mesmo se na obra de Lenine não permanecem muitos elementos válidos para a revolução futura, ela se situa inteiramente numa fase e numa ótica realmente revolucionárias. Ela representa a superação real de uma situação histórica numa área geo-social. Em compensação, leninismo, trotskismo e estalinismo – nas suas diversas modalidades – são expressões da reabsorção da revolução proletária pela avizinhação do ambiente capitalista. Eles não têm, portanto, nenhuma relação com a revolução proletária futura e devem, por conseguinte, ser proclamados contra-revolucionários.” (Invariance – n ° 6 – antiga série – tese 2.5.17)

Estes elementos queriam, portanto, encontrar um outro modo de organização para favorecer a exportação da teoria. Mais precisamente, o partido foi considerado como um instrumento que poderia utilizar a democracia. A mistificação democrática triunfava no seio do partido.

A especificação do partido pré-figuração da comunidade, do partido como órgão, era negada em proveito de uma concepção instrumentalista. A ideologia burguesa ressurgia fortemente no seio do movimento porque a teoria instrumentalista era tão somente uma variante do utilitarismo nascido no século XVIII. A diferença é que ela exprime que o essencial é o instrumento, a máquina e não mais o homem.

Ademais, colocar as questões do ponto de vista da organização significa ser vítima da ideologia reinante, da ideologia da fase de submissão real do trabalho ao capital: o fascismo, que só enxerga questões organizacionais, nunca de teoria.

6.12. No fundo, num primeiro momento, quis-se forçar a realização da previsão. No entanto,

“O que é grave, é quando se fixa um prazo limite à história para confirmar as previsões da doutrina: o oportunismo jamais teve outra origem e nunca conduziu em outras bases suas campanhas de sofisticação, dentre as quais a mais perniciosa foi a do socialismo na Rússia”. (“Diálogo com os Mortos”)

A partir de 1962, em virtude da agitação operária iniciada em 1960 e aprofundada em 62, o Partido Comunista Internacionalista sucumbe totalmente nos movimentos contingentes – movimentos que eram apenas sintomas mas não a crise -, caindo no ativismo sindical. Há o abandono completo de suas posições originais, nivelando-se ao movimento trotskista com o qual passa a concorrer. Tudo isso também evidenciava a insuficiência da tese da Esquerda sobre o sindicato, na medida em que não se encontravam claramente precisadas sua evolução, sua integração no Estado, assim como o comportamento dos proletários a seu respeito: a deserção.

A dúvida revisionista chega a seu auge em 1966, manifestando-se sobretudo no abandono da perspectiva traçada em 1957. Isso não foi feito de maneira clara e precisa, mas através da afirmação pura e simples de novas perspectivas e sem qualquer esforço teórico para ligá-las à anterior, no sentido de confirmá-la ou rejeitá-la. A China foi transformada em novo foco revolucionário, a Índia foi proclamada o barril de pólvora da Ásia, o mercado comum considerado realizado, etc... Recolocava-se, também, em questão a importância das revoluções anti-coloniais, negando-se toda manifestação revolucionária (no seu número 21 de outubro-dezembro de 1962, “Il Programma Comunista” publicou um artigo com o título: “A Revolução Argelina é uma Revolução?”), enquanto que nos anos anteriores havia-se saudado a imensa vaga revolucionária (mesmo sendo burguesa) dos países da Ásia e da África e estigmatizado a Europa mergulhada na estupidez democrática.

Apesar de tudo, algumas reações importantes verificaram-se: as notas para as teses sobre a questão da organização (1964), as teses de Nápoles (1965), as de Milão (1966), que recordaram como o partido tinha vivido desde 1951, como tinha se manifestado na realidade o centralismo orgânico. Infelizmente, a corrente era demasiado forte, arrastando tudo no seu caminho. A aceitação das teses foi meramente formal, pois na vida, na prática do movimento, o mecanismo não estava nem mesmo à altura do centralismo democrático tão denegrido: estava à altura de um movimento em decomposição. A cisão (1966) foi inevitável.

6.13. Em seu número 6, “Invariance” não chegou a ir realmente até o fim da crítica das implicações da constituição do PCI em 1943. Esta é considerada como prematura, em continuidade com a posição de Bordiga assumida a partir da fundação do partido. Mas isto não bastava, era necessário afirmar que a própria constituição de um partido formal numa fase de recuo atesta uma fraqueza doutrinária. Já pudemos observar que esta última manifestou-se sob diferentes aspectos.

Embora não fosse o principal, era preciso inicialmente proceder claramente a crítica à III^a Internacional enquanto fenômeno global. Ora, recriminar à IC apenas uma tática incorreta (embora com justa razão) não era somente prejudicial ao plano da ação imediata, mas colocava em questão o ser do partido, pois pressupunha-se que a IC realizava corretamente este ser, quando na realidade tal não ocorria. Muitos fatos podem justificar que a crítica não foi efetuada no decorrer da grande luta que vai até 1928, mas este argumento não pode ser válido anos após, quando nada mais existe. A não ruptura com a ideologia leninista, com a concepção leninista da tática e da organização devia produzir inevitavelmente efeitos nefastos. Mas existiam ainda aspectos mais graves da fraqueza doutrinária.

Já vimos alguns deles: questão sindical, insuficiência na apreensão do movimento do capital (periodização), fraqueza da teoria das crises, restauração insuficiente da dialética contra os estragos do marxismo acadêmico, etc...

6.14. Todavia, a insuficiência na restauração programática poderia ter sido superada caso o movimento real tivesse fornecido as condições materiais para permitir a restauração com base nas posições de 1951, que exprimiam dentro de que limites o pequeno agrupamento podia ser um partido, expressando um certo momento da vida da classe. Para poder

considerar-se um partido e continuar a sê-lo, isto é, para que não houvesse ruptura entre a organização atual e aquela que dirigirá a revolução de amanhã era preciso que o partido fosse numericamente fraco e que agrupasse apenas os elementos totalmente persuadidos da validade da doutrina, não somente para todo o arco histórico passado, mas principalmente para aquele que virá. Ela persistirá na medida em que se mostrar apto a lutar contra o revisionismo. Esta não nasce após uma derrota sangrenta do proletariado, mas em pleno período de expansão deste (como na época da revogação das leis anti-socialistas na Alemanha, por exemplo), em pleno período também de reforço do modo de produção capitalista, de tal forma que o objetivo parece afastar-se apesar do aumento crescente da capacidade de intervenção na sociedade. Donde a idéia de encontrar uma via mais rápida (provocar um curto-circuito na história): o objetivo não é nada, o movimento é tudo. A dúvida revisionista denunciada em 1945 triunfa em 1966. Pode-se resumir seu modo de afirmação na seguinte frase: a previsão não é nada, a organização é tudo. Reaparecia o mesmo erro de 1925, quando da bolchevização.

6.15. O frágil partido formal de 1951, frágil numericamente mas forte no plano programático sucumbia igualmente ao assalto revisionista. Talvez nunca um partido formal tivera uma expressão tão possante, durante tão longo período. Nunca uma tal resistência à contra-revolução fôra operada. Infelizmente, também sucumbiu resolvendo a questão que o minara desde o início e que ele aparentara superar: qual deve ser o modo de vida do partido? Resposta: que o agrupamento que defende o programa – portanto, as linhas teóricas fundamentais bem como as grandes linhas da ação futura – do partido na sua ampla acepção histórica, seja um vasto movimento ou a reunião de alguns indivíduos tenha um único e mesmo modo de vida: o centralismo orgânico; portanto, exclusão de toda e qualquer ignominiosa referência à mistificação democrática.

Em outros termos, não deve haver distorção entre programa e tática, aquisição da Esquerda no decorrer do primeiro pós-guerra; assim como não deve haver distorção entre programa e princípio de organização: aquisição definitiva do segundo pós-guerra.

6.16. O revisionismo que arrancou o Pci foi portanto engendrado pelo considerável fortalecimento do capital no período que segue o segundo pós-guerra, pelo seu rejuvenescimento. Por outro lado, as classes médias, produtos híbridos do capital, penetraram no partido, fazendo triunfar uma posição híbrida. Esta manifestou-se sobretudo a respeito de sua organização. Isto era inevitável pois, já que não se buscava mais nos fatos materiais a causa da ausência de ligações entre o partido e a classe, restava então recorrer aos princípios do movimento.

A contra-revolução triunfava totalmente. O ser do partido era recolocado em questão, já que se negava o centralismo orgânico. As forças de tensão foram tais que conseguiram desintegrar o derradeiro núcleo que permanecia sobre as bases do programa.

6.17. Dois acontecimentos poderiam ter favorecido a passagem deste partido na sua acepção histórica para um partido formal eficiente:

1 ° - uma crise econômica, do gênero de 1929. Esta foi prevista para meados da década de 60. Mas esta previsão resultava, como já mostramos, da ausência de restauração

integral da teoria revolucionária, favorecendo assim o assalto revisionista. Teria sido necessário afirmar que o partido histórico ainda deveria viver longos e difíceis anos antes do proletariado reformular-se em partido. Mas isto era impossível para aquele grupo. Mesmo “Invariance” estimava que a crise tinha sido apenas sobrepujada e vivia na espera da chegada iminente da revolução (1975).

2 ° - a revolução anti-colonial, provocando uma certa radicalização nas metrópoles capitalistas. O fenômeno ocorreu, mas sua envergadura era fraca, e, por outro lado, o partido abandonou demasiado rápido a justa interpretação destas revoluções.

É preciso bater em retirada, como em 1852 quando da dissolução da Liga dos Comunistas, como em 1872, quando da transferência da AIT para Nova York, como em 1906 após a derrota da primeira revolução russa, ou ainda como em 1928, quando alguns elementos da Esquerda acreditaram que tudo estava acabado e que era necessário esperar uma outra vaga revolucionária. Bater em retirada significa retornar às posições fundamentais, àquelas de 1969, 1951, 1945, ir além da revolução russa aos próprios fundamentos do comunismo afirmados na obra de Marx e Engels.

6.18. “O partido destruído peça por peça em trinta anos não recompõe-se gota a gota feito um coquetel, conforme a arte burguesa de se drogar. Ele deve situar-se ao termo de uma linha única e sem ruptura de continuidade, que não se caracteriza pelo pensamento de um homem ou grupo de homens presentes “no mercado”, mas pela história coerente de uma sucessão de gerações. Mas, acima de tudo, ele não pode surgir desta nostalgia ilusória do sucesso que, longe de fundar-se na certeza doutrinária inabalável (que possuímos há um século) da realidade do curso revolucionário, apóia-se de maneira mesquinha na exploração subjetiva da incerteza e dos tropeços de outrem; isto seria um reles, estúpido e ilusório trajeto para um resultado histórico imenso!” (“Diálogo com os Mortos” – Prefácio)

A ruptura da continuidade organizacional impõe um estudo teórico mais exaustivo, uma retidão ainda maior e um enraizamento mais profundo no passado, uma integração de todas as correntes que – mesmo parcialmente – defendem a teoria do proletariado.

Entretanto, esta ruptura deve permitir ao mesmo tempo que se rompa efetivamente com a III^a Internacional, pois é impossível que o partido de amanhã possa formar-se apenas com base nas próprias teses dos dois primeiros congressos (aqueles que melhor representam a posição revolucionária integral).

6.19. O partido só pode reformular-se com a fusão de dois movimentos: o do retorno à totalidade da teoria do proletariado e aquele da unificação da classe. Desde 1914 o movimento proletário busca a unidade perdida. Alguns esperam reencontrá-la conquistando sindicatos, outros teorizando um sistema de conselhos de fábrica que escamotearia partido-direção-autoridade, etc... Todavia, a exigência de reafirmar-se a doutrina enquanto totalidade (quando de todos os lados tenta-se efetuar cortes, rupturas) só chegou a manifestar-se realmente no Partido Comunista Internacionalista, e finalmente em Invariance. Este movimento também acabou por naufragar. É portanto necessário retomar a obra unificadora acompanhando-se sempre, simultaneamente, o movimento real.

6.20. Não se cria um partido principalmente quando se está a grande distância histórica da vaga revolucionária. Ele será formalizado a partir do movimento de unificação da classe. Sua existência formal seria hoje um entrave na medida em que – dado o marasmo político – após certo tempo, ele tenderia a considerar-se um deus ex-machina, que tudo deve passar por suas mãos e ser dirigido por ele. E isto, justamente no momento em que ele é o menos reconhecido pelo movimento real. É preciso, ao contrário, mostrar como a tríplice exigência da unificação, da requalificação da totalidade da doutrina e da formação da Gemeinwesen (a Comunidade humana), implica obrigatoriamente na formalização do partido.

6.21. A incapacidade de superar as fraquezas revisionistas que levaram à cisão de 1966, demonstrou que a Esquerda Comunista da Itália, apesar de exprimir a mais intransigente defesa do programa do proletariado, não conseguiu restaurá-lo integralmente. Mas, ela forneceu elementos importantes que permitem reencontrar o conteúdo original e invariante do programa comunista.

Desse modo, não fetichizamos a Esquerda Comunista da Itália, mas ligamo-nos a ela enquanto expressão de um momento fundamental do curso da luta de classes. A derrota definitiva desta corrente impõe a necessidade de sua superação.

Quanto aos falsários e renegados que reivindicam posições de classe, interessa-nos aqui falar rapidamente do PCi (Partido Comunista Internacional), e de “Invariance” (nova série).

6.22. Órgão do Partido Comunista Internacional, “Il Programma Comunista” (“Programme Communiste” – França, “El Programa Comunista” – Espanha, etc.), proclama-se o “herdeiro oficial” da Esquerda Comunista da Itália, assim como seu órgão, “Le Proletaire” (“El Proletario” – suplemento para a América Latina de “El Programa Comunista”, etc.). Prosseguindo seu processo de degenerescência no trotskismo (ativismo desenfreado, docilidade crescente ao leninismo, frente comum com a contra-revolução, apoio crítico aos partidos burgueses revolucionários nas lutas anti-imperialista, etc.), após haver cuidadosamente relegado ao esquecimento as previsões e as perspectivas da Esquerda, no momento em que aborda a questão da previsão não faz mais que negar a importância e as perspectivas da previsão da própria Esquerda. Enquanto que esta última indicava inequivocadamente o ponto de ruptura no equilíbrio capitalista mundial, colocando a alternativa revolução comunista ou guerra mundial, o Pci faz disso uma vaga reminiscência, em que a ausência de realização não constitui um problema, nem teórico, nem prático.

Assim, quando “Programme Communiste” faz referência à previsão de 1957 é para praticamente negá-la.

“Se efetivamente a primeira crise geral do capitalismo mundial, que marca a fase de expansão do segundo pós-guerra, produziu-se em 1975, quer dizer, bastante próxima do momento que havíamos previsto em 1957, ela está longe de conter todas as conseqüências previstas. Trata-se apenas de uma sacudidela preparatória ao

terremoto. A crise política, o desenvolvimento de importantes lutas do proletariado e o retorno de grupos proletários sobre posições marxistas está ainda atrasada em relação à crise econômica. Esse fato, como explicamos em “Crise e revolução”, não constitui, entretanto, um desmentido da previsão de 1957, a qual não pretendia de nenhum modo calcular matematicamente a data da revolução. Seu objetivo era sobretudo fixar um *punctum proximum* e um prazo *minimum*, antes do qual seria ilusório esperar uma retomada revolucionária geral”. (“Programme Communiste”, n° 68, outubro de 1975)

Em suma, a previsão foi vagamente realizada e remetida aos amanhães que cantam. Além das vaguidades, o Pci adiciona que para a retomada do movimento proletário é indispensável a organização de um partido comunista e uma restauração teórica. Ora, a menos que se considere o Pci como o partido comunista mundial do proletariado, dirigindo a revolução em curso e preparando a insurreição, qualquer revolucionário lúcido deve aperceber-se que não existe hoje nenhum partido formal, nem mesmo um embrião ou um núcleo de partido. Quanto à obra de restauração teórica já entravada e incompleta antes de 1966 (abandono do trabalho sobre a China no início dos anos 60, variações sobre a questão do epicentro da futura revolução - Alemanha, China, Índia? - fraquezas na questão da crise, polarização sobre o “enigma russo” retorno acrítico ao leninismo, ascenso do ativismo no seio do partido, etc.), ela é completamente abandonada depois dessa data, como testemunha o lamentável nível dos trabalhos teóricos fornecidos pelo Pci. Por conseguinte, se até 1966 o Pci tinha uma perspectiva (mesmo falsa e que a maioria, gangrenada pelo ativismo, tendia a recolocá-la em causa) para guiá-lo, agora não há mais nenhuma, o que o leva a navegar sem rumo através dos meandros da atualidade e das armadilhas do imediatismo, saindo sempre para justificar não importa qual orientação política na melhor tradição social-democrata. Não é absolutamente necessário nenhum grande esforço teórico para calcular o “*punctum proximum*” a partir do qual o Pci se liga ao campo do oportunismo.

6.23. Produto da cisão de 1966, a revista “Invariance” na sua antiga série, ao longo de 7 números, trabalhou na direção de assumir uma tarefa histórica específica, na medida em que a restauração programática efetuada pela Esquerda e seu revés impunham o retorno aos princípios defendidos pela Esquerda no PSI, na III^a Internacional e no Pci (1951), e para além dela à revolução russa e finalmente Marx.

Embora estejamos de acordo com estes passos, não podemos nos enganar: “Invariance” sucumbiu igualmente sob o peso dos mortos, sob o peso da contra-revolução. Explicar o revés da Esquerda pela ruptura na previsão é a análise correta mas “Invariance” não conseguiu levar esta análise até o fim. A previsão da revolução para 1975-1980 foi, como já vimos, mantida abertamente. Desse modo “Invariance” a partir do número 8 caiu nos mesmos erros que os outros, pois era obrigada a preservar seu estatuto de ver na realidade os signos de verificação da previsão. Teorizou-se, na nova série, Maio de 1968 como a irrupção do comunismo (quando na antiga série foi justamente circunscrito como movimento de classes médias assalariadas). Estava-se próximo da data prevista e, para justificar as taras desta verificação, era necessário abandonar os princípios.

Assim, a revolução comunista não era mais obra de proletários, mas de uma “classe universal”, da “humanidade”. As classes médias assalariadas foram englobadas no proletariado. Como nenhum partido surgiu em 1968, “Invariance” deveria ter razão, apesar do movimento real. Renegando os princípios, acabou por degenerar num confucionismo esquerdista que deifica o movimento, sem ver que o movimento da classe é precisamente aquele de sua constituição em partido político distinto.

Mesmo sucumbindo posteriormente, na nova série, nas pregações clérico-esquerdistas, místico-pacifistas e histórico-democratas, “Invariance”, antiga série (nº 1-7) é o único de todos os grupos que reivindicam a Esquerda Comunista da Itália, cuja contribuição consideramos fundamental.

Isto porque, após a Esquerda, impunha-se uma transição na qual “Invariance” constitui um momento ainda negativo. O espectro da Esquerda constituía ainda a mediação através da qual “Invariance” podia se afirmar. Neste sentido, sua existência corresponde a uma “positividade ainda não verdadeira”. Duas vias históricas abriam-se a “Invariance”: ou o sucesso na superação da Esquerda (e portanto a auto-superação de sua própria trajetória inicial), ou ser reenglobada. No primeiro caso, ela teria chegado a se colocar como seu próprio pressuposto e passaria de uma positividade ainda negativa a uma positividade verdadeira (é na perspectiva de tomar firmemente esta direção que Comunismo ou Civilização nasceu). Foi a outra via, seguida pela nova série, que mostra o reenglobamento de Invariance no modernismo, abandonando o ponto de vista classista histórico do programa comunista.

Assim, no trabalho de restauração da integralidade do programa comunista, muitos elementos paralelos podem ser necessários (tribunistas, KAPD, diversos movimentos descendentes dos conselhos, etc.). O trabalho de unificação implica, portanto, na recusa de anátemas. Todavia, esta unificação implica, simultaneamente uma nítida delimitação, caso contrário será a unificação de qualquer coisa. Reunificar não é abjurar as cisões (com a democracia sob todas as suas formas, com o movimento anarquista, etc...). Significa, pelo contrário, que graças a delimitações rigorosas, o movimento de unificação pode realmente desembocar na formação de um ser unitário: a classe enquanto classe e, portanto, constituída em partido político distinto.

Mas a revolução, travestida e mistificada, reaparece, reemerge. Todavia, aqui é necessário, de uma parte, individualizar o caráter democrático e burguês dos movimentos nacionais revolucionários nas outras áreas que não a euro-norte-americana, verificando a amplitude do possível impacto que eles podem provocar no imperialismo mundial (Cuba, Vietnã, Angola, Moçambique, Nicarágua, Iran, etc...). Ou seja, verificar os efeitos, o choque de retorno, que tais movimentos podem provocar no seio do proletariado da área euro-norte-americana, radicalizando-o, e no enfraquecimento da dominação imperialista. De outra parte, é necessário distinguir bem destes movimentos, os movimentos proletários que anunciam um retorno do proletariado. Estes últimos, embora herdem, se assim se pode dizer, do instinto (e da vontade) da classe, a possibilidade de percorrer o caminho que vai dos atos imediatos contingentes da luta econômica às reivindicações sociais revolucionárias, não conseguem ultrapassar – uma vez que ainda não estamos no momento do retorno do ser unitário da classe proletária - a zona minada da ação inter-classista (para

falar dos mais recentes: lutas do proletariado negro dos EUA nos anos 60; lutas na Grã-Bretanha e na Espanha; maio 1968 na França, Itália 1968; Polônia 1970, 1976, 1980; Brasil 1979; África do Sul 1976, etc...). No entanto, por mais admiráveis que sejam estes movimentos eles não são o nosso movimento.

Todas estas lutas são apenas o prólogo da revolução comunista ou 3ª guerra mundial, mostrando que entramos numa nova fase que conhecerá, com a irrupção da crise catastrófica, o triunfo das posições comunistas.